



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES**  
**INTERNACIONAIS – PPGRI**

**RAFAEL ALEXANDRE MOREIRA MELLO**

**A QUESTÃO DO PROBLEMA AGENTE-ESTRUTURA:  
A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE A TEORIA MARXISTA  
DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA CRÍTICA NEOGRAMSCIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mello, Rafael Alexandre Moreira

A questão do problema agente-estrutura: a construção de pontes entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Crítica Neogramsciana / Rafael Alexandre Moreira Mello; orientador, Jaime Cesar Coelho - Florianópolis, SC, 2016.

200 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. Ontologia e epistemologia. 3. Debate agência-estrutura. 4. Dependência e subdesenvolvimento. 5. Hegemonia e subimperialismo. I. Coelho, Jaime Cesar. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Rafael Alexandre Moreira Mello

**A QUESTÃO DO PROBLEMA AGENTE-ESTRUTURA:  
A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE A TEORIA  
MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A TEORIA CRÍTICA  
NEOGRAMSCIANA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de julho de 2016.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarissa Dri  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Saggiore Garcia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Este trabalho é dedicado ao meu  
companheiro Luiz Felipe e à luta que  
travamos juntos na nossa contribuição  
à construção de uma sociedade em que  
não haja mais exploração e opressão  
do homem contra a mulher, a travesti,  
a preta, a viada, a trabalhadora.



## AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, meu amor, meu carinho, ao Luiz Felipe, pelo carinho incondicional, pela força, pela paciência, pelo afeto, pelo sorriso. Pelo apoio e por seus pensamentos, mesmo quando críticos e difíceis, nos momentos em que mais precisava. Por ter me feito chorar e rir; por rir das minhas risadas. Por ter feito esse mestrado comigo. Enfim, por ser um companheiro.

Aos meus pais, irmão e irmã, que, por meio de brigas e alegrias, carinhos e desafetos, contribuíram para a formação da pessoa que sou, com quem construí relações complexas e difíceis, porém amorosas, e que foram, portanto, essenciais para as conquistas que hoje tenho como minhas.

Aos meus companheiros de militância, em especial do Movimento Esquerda Socialista e do Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual, que me ajudaram a amadurecer a minha compreensão da luta e o meu comprometimento com o mesmo. Foram fundamentais nos processos de desconstrução dos meus preconceitos, no reconhecimento dos meus privilégios enquanto homem cis branco e, com isso, na minha formação política e militante.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e das disciplinas que cursei nos outros programas, assim como os do Grupo de Estudo sobre o Estado e o Capitalismo Contemporâneo, pelo carinho, pelas críticas, pelos debates e pelos momentos de descontração.

Aos meus amigos, dos círculos acadêmicos e de fora, pelo apoio nos momentos difíceis, por emprestarem seus ouvidos e oferecerem suas palavras, às vezes amáveis, às vezes duras, e por me abraçarem. Em especial ao Diogo, mais do que amigo, um irmão, que, para além dos abraços e do apoio emocional, se prestou para ler, criticar e comentar este trabalho. Ao Jorge, à Mari e à Poliana, que fizeram parte, comigo, de um grupo de estudos autônomo sobre a Teoria da Dependência; e à Poliana, mais uma vez, pelas conversas sobre a dissertação e pela leitura que fez do capítulo referente à TMD. À Camila, uma amiga que caiu do céu para dentro da minha casa e que, junto à Sâmia, me ofereceu carinho e apoio com a dissertação. Às duas, agradeço.

Aos professores que me instigaram, em especial à Prof.<sup>a</sup> Juliana Viggiano, ao Prof. Ary Minella, ao Prof. Nildo Ouriques e ao Prof. Raul Burgos. Ao meu orientador, Prof. Jaime Coelho, pelas conversas, pelo apoio, pelo carinho, pelas contribuições críticas e pela abertura ao me

ajudar a pensar esta dissertação. À FAPESC, pela bolsa de estudos que permitiu dedicação exclusiva ao meu segundo ano de mestrado.

E à Frida, pelas brincadeiras, lambidas e carinho.

## RESUMO

Permeado pelo positivismo e hegemônico pelo academicismo norte-americano, o campo das Relações Internacionais desenvolve pouco o olhar para a transformação e marginaliza as teorias críticas e seus objetos de estudo/pesquisa, em particular as problemáticas da dependência e do subdesenvolvimento. Problematizar a dependência sob uma ótica da transformação, defende-se aqui, pressupõe uma ontologia que enxergue uma relação entre agência e estrutura não reducionista e que consiga apreender os diferentes graus de voluntarismo e determinismo no espaço-tempo. Em prol do desenvolvimento do debate em torno da transformação e da superação da dependência e do subdesenvolvimento, esta dissertação tem como objetivo a construção de pontes entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Teoria Crítica Neogramsciana (TCN), uma vez que ambas tratam ao menos parcialmente dos elementos supracitados, a partir da verificação da compatibilidade e da complementariedade entre ambas nos níveis onto-epistemológico, metodológico e teórico. Utilizando a ontologia social do Emergentismo como ferramenta heurística na análise da compatibilidade, verificou-se, por meio de um processo de sintetização e reflexão nos diferentes níveis de análise supracitados, que a TMD e a TCN adentram na metateoria do materialismo histórico e se erguem sobre uma perspectiva ontológica semelhante no que diz respeito a relação agente-estrutura. Constatada a compatibilidade, apreendeu-se, por um lado, a maneira em que uma teoria complementar a outra e, por outro, as contribuições que poderiam ser auferidas do diálogo propriamente dito entre a TMD e a TCN.

**Palavras-chave:** Dependência. Hegemonia. Debate Agente-Estrutura. Metateoria. Emergentismo.



## ABSTRACT

Positivism permeates the field of International Relations and US-American academicism hegemonizes it, to such an extent that it does not privilege a perspective on change and marginalizes critical theories and their objects of study/research, in particular the problematics of dependency and underdevelopment. To problematize dependency under the lens of change, as defended here, would presuppose an ontology that recognizes a non-reductionist relation between agency and structure and that is able to apprehend the different degrees of voluntarism and determinism in space-time. In view of developing the debate around change and possibilities for overcoming dependency and underdevelopment, this dissertation has as its objective the building of bridges between Marxist Dependency Theory (MDT) and Neogramscian Critical Theory (NCT), given the fact that both develop, at least partially, the aforementioned elements. Bridge-building will be grounded on the verification of compatibility and complementarity between these two theories on onto-epistemological, methodological and theoretical levels. The social ontology of Emergentism served as a heuristic device to verify, through a process of synthesis and reflection within the above-mentioned levels of analysis, that MDT and NCT can be included within the metatheory of historical materialism and are supported upon similar ontological perspectives of the relation between agency and structure. Having ascertained the compatibility between the two theories, the next step was to apprehend, on the one hand, the manner in which one theory complements the other, as well as the contributions that could be fruit of a dialogue between MDT and NCT.

**Keywords:** Dependence. Hegemony. Agent-Structure Debate. Metatheory. Emergentism.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ciclo Morfogenético/stático e suas três fases .....	60
<b>Figura 2</b> – Categorias de Força (TCN).....	70
<b>Figura 3</b> – Graus de Relação de Força (Teoria Gramsciana) .....	74
<b>Figura 4</b> – Esferas de atividade (TCN).....	75
<b>Figura 5</b> – Esferas de atividade (Teoria Gramsciana) .....	86
<b>Figura 6</b> – Níveis de Análise .....	97
<b>Figura 7</b> – Graus de Exploração.....	122
<b>Figura 8</b> – Elementos do Subimperialismo .....	135
<b>Figura 9</b> – Categorias de Força/Base-Superestrutura .....	169
<b>Figura 10</b> – Níveis de Estrutura, Ampliado.....	177
<b>Figura 11</b> – Ciclo Morfogenético e Níveis de Estrutura.....	184



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Principais diferenças entre Emergentismo e Elisionismo .....	62
<b>Quadro 2</b> – Possíveis Pontos de Divergência.....	154



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América  
BRICS – Agrupamento entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
DIT – Divisão Internacional do Trabalho  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
LGBT – lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MIR – Movimiento Izquierda Revolucionaria  
ONU – Organização das Nações Unidas  
POLOP – Política Operária  
RI – Relações Internacionais  
TCN – Teoria Crítica Neogramsciana  
TMD – Teoria Marxista da Dependência  
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas  
UNE – União Nacional dos Estudantes



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>2 TENTATIVAS DE SOLUCIONAR O PROBLEMA AGENTE-ESTRUTURA</b> .....	29
<b>2.1 Individualismo e Coletivismo</b> .....	30
<b>2.2 Agência e estrutura nas Relações Internacionais</b> .....	36
2.2.1 <i>O terceiro debate</i> .....	36
2.2.2 <i>Positivismo nas Relações Internacionais</i> .....	38
2.2.3 <i>Conflação nas Relações Internacionais</i> .....	42
<b>2.3 A não precedência ontológica: duas abordagens</b> .....	46
2.3.1 <i>Elisionismo e a Teoria da Estruturação</i> .....	47
2.3.1.1 <i>Estruturacionismo nas Relações Internacionais</i> .....	50
2.3.1.2 <i>Críticas à Teoria da Estruturação</i> .....	55
2.3.2 <i>Emergentismo e a Abordagem Morfogenética de Archer</i> .....	58
<b>2.4 Considerações Finais</b> .....	62
<b>3 TEORIA CRÍTICA NEOGRAMSCIANA: ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE</b> .....	65
<b>3.1 Quadro teórico de Cox/Gramsci</b> .....	66
<b>3.2 Conceito de Hegemonia em Gramsci e Cox</b> .....	76
3.2.1 <i>Hegemonia e a Periferia</i> .....	85
<b>3.3 Relação TCN - Abordagem Morfogenética</b> .....	96
<b>4 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE</b> .....	103
<b>4.1 Epistemologia e ontologia da dependência</b> .....	104
4.1.1 <i>Subdesenvolvimento e dependência</i> .....	109
<b>4.2 Principais categorias da TMD</b> .....	113
4.2.1 <i>Categorias fundantes da dependência: transferência de valor/excedente e superexploração da força de trabalho</i> .....	114
4.2.2 <i>Tipologias: movimento do abstrato para o concreto</i> .....	125
4.2.2.1 <i>Subimperialismo: categoria analítica e fenômeno histórico</i> .....	126
<b>4.3 Perspectiva dependentista-marxista sobre a Relação Agência-Estrutura</b> .....	136
<b>5 CONSTRUINDO PONTES ENTRE TMD E TCN: COMPATIBILIDADES E COMPLEMENTARIEDADES</b> .....	145
<b>5.1 Discussão metateórica: questões epistemológicas</b> .....	148
<b>5.2 Discussão metateórica: questões ontológicas e teóricas</b> .....	156
5.2.1 <i>A problemática da dependência e do subdesenvolvimento</i> .....	156
5.2.1.1 <i>Subimperialismo e hegemonia regional</i> .....	162

<i>5.2.2 Marco conceitual: relação base-superestrutura e relação nacional-internacional</i> .....	168
5.2.2.1 Categorias de forças: relação conceitual entre TMD e TCN .....	169
5.2.2.2 Níveis de estrutura: relação conceitual entre TMD e TCN .....	174
<b>5.3 Agência em sua relação com a estrutura: algumas considerações</b> .....	178
5.3.1 <i>Abordagem Morfogenética e a ponte TMD-TCN</i> .....	184
<b>CONCLUSÃO</b> .....	187
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	193

## INTRODUÇÃO

A problemática de fundo que orientou o desenvolvimento desta dissertação foi o subdesenvolvimento e a necessidade histórica de superá-lo. O campo das Relações Internacionais (RI) negligencia a mesma e acaba por marginalizar os esforços teóricos que buscam enfrentá-la. Na América Latina em especial, essa marginalização é evidenciada na pouca atenção voltada aos trabalhos das diferentes vertentes da Teoria da Dependência, assim como nas obras da escola desenvolvimentista, nos estudos das Relações Internacionais, e mesmo no subcampo de Economia Política Internacional<sup>1</sup>. Neste sentido, tanto os estudos latino-americanos quanto problemas inerentes à região são negligenciados no ensino e pesquisa das Relações Internacionais no Brasil<sup>2</sup> (SILVA, 2015). É ao sublinhar a centralidade desta problemática à nossa realidade que esperamos melhor contribuir para o campo das RI, em particular no que tange à pesquisa.

Problematizar a superação de um problema como o subdesenvolvimento é desenvolver o debate em torno da transformação, é questionar como e por quais meios ocorrem as mudanças em uma sociedade ou em um sistema, para, posteriormente, olhar o problema em sua concretude para pensar o processo que levaria à superação. E foi em uma brecha que se abriu em nosso ensino no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais que encontramos espaço não só para discutir e problematizar a transformação, como para a construção de pontes teóricas que viabilizariam a inserção dos estudos latino-americanos em torno das problemáticas da dependência e do subdesenvolvimento nas RI. Isso se deu na disciplina de Teoria das Relações Internacionais, dentro de uma unidade que tratou da Teoria Crítica e abordou os trabalhos de Robert Cox (1981, 1983), deparamo-nos, em pesquisa individual, com o debate agente-estrutura.

Seguindo a linha de raciocínio anterior, problematizar a relação entre agência e estrutura é justamente buscar compreender como se efetiva uma mudança. É buscar entender se há espaço de manobra para diferentes ações e se estas enfrentariam limitações ou não. Foi na leitura

---

<sup>1</sup> A Economia Política Internacional, enquanto subcampo da Economia, teve, ao parecer, um desenvolvimento diferente daquele dentro das Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Para um estudo mais apurado a respeito do ensino das Relações Internacionais no Brasil e a predominância das diferentes perspectivas teóricas, ver Silva (2015).

de um texto de Andreas Bieler e Adam D. Morton (2001) a respeito da perspectiva neogramsciana dentro do debate agente-estrutura das RI que apreciamos as semelhanças onto-epistemológicas entre a Teoria Crítica Neogramsciana (TCN) e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), uma vez que nos ocorreu que, em vários trechos desse trabalho, Bieler e Morton (2001) poderiam estar discorrendo sobre a perspectiva dependentista-marxista.

Um esforço parecido foi empreendido na reflexão sobre a anedota de Cox (1981) sobre perspectivas de perspectivas, em que o autor defende que toda teoria serve para alguém e para algum propósito. Neste sentido, Cox (1981) traça uma diferenciação entre o que seria uma teoria de solução de problemas e uma teoria crítica, atribuindo a cada um papel diferente na sociedade. A inflexão desta categorização se daria a partir do olhar da teoria para o estático ou para a mudança, respectivamente, em que o enfoque no estático levaria a uma teorização favorável à manutenção do sistema ao buscar solucionar os problemas enfrentados pelo mesmo; e, contrário a isso, o enfoque na mudança serviria como força motora para a efetivação da mesma, valendo, em parte, do reconhecimento do caráter político das teorias. Veio o questionamento, neste primeiro momento pré-elaboração da dissertação, de a TMD deveria ser tipificada como uma teoria de solução de problemas, como Cox (1981) caracterizara a Teoria de Sistemas-Mundo, ou uma teoria crítica, um questionamento que para os dependentistas-marxistas estaria fora de cogitação. A dúvida central se apresentou a partir da constatação de que a TMD trabalha dentro do tema da reprodução da dependência e do subdesenvolvimento, o que aparentaria se contrastar com um futuro almejado de transformação do sistema capitalista.

A partir do discernimento das possíveis semelhanças onto-epistemológicas da TMD e da TCN, a leitura bibliográfica das respectivas correntes foram nos oferecendo pontos em que cada uma poderia contribuir conceitualmente com o desenvolvimento das problemáticas da dependência e do subdesenvolvimento. Chegamos, com isso, a uma pergunta inicial: Como interpretar, a partir das perspectivas neogramsciana e dependentista-marxista, a relação entre agência e estrutura na análise da reprodução do subdesenvolvimento? O objetivo geral que orientou a formação das hipóteses foi: desenvolver os pontos de convergência e divergência da Teoria Crítica Neogramsciana e da Teoria Marxista da Dependência para a compreensão da reprodução do subdesenvolvimento. Já os objetivos específicos incluíam: 1) Discernir qual visão ontológica sobre o subdesenvolvimento seguiria das teorizações neogramscianas; 2) Desenvolver, a partir do modelo

apresentado por Bieler e Morton, a perspectiva dependentista-marxista sobre o debate agente-estrutura; 3) Questionar se há possibilidades de construção de uma ponte onto-epistemológica entre as duas abordagens, dentro da qual couberam: 3.1) Identificar até que ponto há uma convergência ontológica entre as duas perspectivas no que tange ao problema agente-estrutura; 3.2) Identificar até que ponto há uma convergência epistemológica entre as duas perspectivas; 3.3) Auferir como a TCN trabalharia a macroestrutura e a TMD a mesoestrutura, como níveis de análise, na busca de convergências teórico-analíticas; 4) Verificar como elas podem (ou não) contribuir para uma análise agencial-estrutural do subdesenvolvimento; 5) Identificar as contribuições de um diálogo entre as duas teorias para se pensar a superação do subdesenvolvimento.

A partir da pergunta e dos objetivos, traçamos seis hipóteses. A primeira hipótese colocava que (1) a Teoria Marxista da Dependência desenvolveria amplamente a questão estrutural da dependência e do subdesenvolvimento enquanto categorias ontológicas. Em seguida, que (2) a Teoria Crítica neogramsciana ofereceria um marco conceitual bem elaborado para se pensar o espaço para a agência a partir das categorias: forças sociais, formas de estado e ordem mundial. A TMD, por sua vez, desenvolveria a agência a partir de análise de classes e frações de classe, mas não enquanto categoria. Uma terceira hipótese afirmava que (3) ambas as teorias incorporariam o tempo enquanto fator em sua compreensão da relação agente-estrutura, o que permitiria analisar sua evolução e como um modela o outro. Uma quarta, que (4) eventuais dificuldades em conciliar as duas teorias partiriam do fato de trabalharem sobre níveis de análise diferentes – a Teoria Crítica trabalharia mesoestruturas (ordem mundial), enquanto o foco da TMD recairia sobre a microestrutura (conjuntura) e a macroestrutura (modo de produção) –, e as consequências daí derivadas sobre perspectivas de mudança. A quinta hipótese afirmara que (5) a perspectiva dependentista sobre a natureza do subdesenvolvimento seria compatível com a TCN e ambas teriam, subsequentemente, convergências no que concerne a sua superação. Por último, a sexta hipótese alegara que (6) a abordagem analítica da TCN, com seu foco nas mesoestruturas, poderia oferecer um escopo mais amplo para se pensar possibilidades de rompimento com (e superação da) reprodução do subdesenvolvimento. Na mesma linha, o foco da TMD em macroestruturas ofereceria um desafio à TCN a pensar mudanças de modos de produção, e não somente mudanças *dentro* do mesmo.

Essa análise, das possibilidades de convergência entre a TMD e a TCN, perpassa dois momentos, um de sintetização e outro de reflexão, os

quais, por sua vez, são desenvolvidos em torno de dois eixos, um teórico e outro metateórico. O trabalho de sintetização visa trazer as principais contribuições dos teóricos dentro dos objetivos específicos e vale de uma revisão bibliográfica que abrange não só as teorias sob análise, como obras dos campos da teoria social e das Relações Internacionais, quando pertinentes ao objeto. O segundo momento, o de reflexão, se entrelaça com o primeiro, se ressaltando nos desenvolvimentos finais de cada capítulo e no último como um todo.

Os dois eixos igualmente se mesclam na análise, nesta tentativa de contribuir para o debate da dependência a partir de uma discussão que ressalta os diferentes níveis ontológico, epistemológico, metodológico e conceitual da teorização crítica. Neste sentido, o debate que travamos dialoga com um esforço dentro das Relação Internacionais direcionado à construção de pontes, um ensaio teórico que, em um primeiro, sofrera de rigor por os expoentes ignorarem os níveis metateóricos de análise. Como coloca Checkel (2012, p. 223): “colocar a metateoria à margem do debate levou a que os construtores de pontes negligenciassem assuntos fundantes. Há limites filosóficos a este exercício?”<sup>3</sup>

Com isso, apontamos um pressuposto que sustentou nossa análise das possibilidades de construção de pontes entre a TMD e a TCN: a importância da conexão tripartite entre a ontologia social, a metodologia e a teoria prática para a consistência interna de qualquer teoria. Como sustenta nossa autora de referência do realismo crítico, Margaret Archer (1995), a ontologia social de qual parte um teórico terá implicações na metodologia explicativa utilizada. Isso porque a maneira em que se define ou se entende a natureza das coisas irá transcender não apenas na escolha do objeto de estudos como na forma utilizada para descrevê-lo. A ontologia social adotada irá, portanto, se refletir diretamente na explicação que se constrói. Nas palavras de Archer (1995):

Ao descrever [o objeto] em termos específicos, estamos, de fato, delineando conceitualmente aquilo que será explicado. Em outras palavras, nossos conceitos ontológicos servem para definir o explanandum, e as diversas ontologias sociais descrevem a realidade social de modos diferentes [...]. Isso necessariamente circunscreve o explanans ao tipo de afirmação que poderia potencialmente explicar a realidade *na maneira em*

---

<sup>3</sup> “[...] this bracketing of meta-theory has led bridge builders to neglect foundational issues. Are there philosophical limits to the exercise?”

*que foi previamente definida* por cada<sup>4</sup> (p. 17-18, itálicos originais, tradução nossa).

Do mesmo modo, a metodologia explicativa empregada influenciará a teorização social prática, tendo um papel regulador sobre a mesma. No entanto, a relação entre esses três elementos é dialética, pois o fato de que a realidade social tem um caráter independente dos compromissos teóricos daqueles que a estudam exige que o intelectual esteja aberto ao revisionismo metodológico e ontológico. Em outros termos: “aquilo que se pensa a respeito da realidade social não pode ser um tema à parte daquilo que se evidencia”<sup>5</sup> em pesquisa (Ibidem, p. 23, tradução nossa). Assim, a relação que a teoria prática traça com a realidade concreta permitirá não apenas a sua revisão, como a de sua metodologia e ontologia social.

O raciocínio da conexão tripartite seguiu na elaboração da estrutura da dissertação. Assim, o **primeiro capítulo** apresentará o debate agente-estrutura, contextualizado dentro da teoria social, por meio da apresentação de uma discussão entre o Individualismo Metodológico e o Coletivismo Metodológico, duas abordagens que atribuem precedência ontológica à agência e à estrutura, respectivamente. Em um segundo momento, discutimos as manifestações destas duas perspectivas dentro do campo das Relações Internacionais, com um olhar particular para o Terceiro Debate e a relação entre o positivismo e o epifenomenalismo nas RI. Em seguida, apresentamos as duas abordagens onto-metodológicas que buscam solucionar o problema agente-estrutura sem recorrer ao epifenomenalismo, isto é, à atribuição de uma precedência ontológica a nenhuma das duas categorias: a Teoria da Estruturação de Giddens (2009), que se sustenta sobre uma ontologia social elisionista; e a Abordagem Morfogenética de Archer (1995), apoiada no Emergentismo. Discute-se, brevemente, a manifestação da Teoria da Estruturação dentro das Relações Internacionais e críticas tanto da abordagem como das tentativas de incorporá-la ao campo.

---

<sup>4</sup> “By describing it in particular terms we are in fact conceptually denoting that which is to be explained. In other words, our ontological concepts serve to define the explanandum, and different social ontologies describe social reality in different ways [...]. Necessarily this circumscribes the explanans to such statements as could potentially explain social reality *as it has been defined* by each of them”.

<sup>5</sup> “What we think social reality is cannot be a separate matter from what we find it to be”.

Já elaborado o terreno para a discussão metateórica a ser desenvolvida, o **segundo capítulo** busca trazer o marco conceitual da Teoria Crítica Neogramsciana, a partir das contribuições de Robert Cox (1981, 1983, 1987 e 1996) e amparado em construções teóricas e analíticas de Antônio Gramsci. Com isso, o enfoque recai sobre o conceito de hegemonia, aquele que julgamos ser a principal contribuição de Gramsci e de Cox na sua aplicação ao nível de análise internacional. Visando o diálogo a ser estabelecido com a TMD, estreitamos nosso olhar para as contribuições dos dois autores para pensar a hegemonia e sua relação com a periferia, buscando apreender sua visão em torno da dependência e do subdesenvolvimento. Com a relação agente-estrutura permeada no desenvolvimento do capítulo, voltamos nossa atenção para a relação entre a TCN e a Abordagem Morfogênética.

Na mesma linha que o segundo, o **terceiro capítulo** visa apresentar as principais contribuições onto-epistemológicas no que tange à dependência e ao subdesenvolvimento de teóricos dependentistas-marxistas para, posteriormente, trazer as categorias fundantes da TMD, com um foco principal nas obras de Ruy Mauro Marini (1977, 2011, 2012, 2013). O enfoque se volta para a categoria do subdesenvolvimento como expressão máxima da agência no capitalismo dependente, para, em seguida, relacionar as categorias mais diretamente com a ontologia social emergentista, representada na Abordagem Morfogênética.

O quarto capítulo é o mais rico no que tange ao esforço de reflexão, onde buscamos traçar mais diretamente as possibilidades de convergência nos diferentes níveis de análise: questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas no eixo metateórico, as questões relacionadas às principais categorias e conceitos trabalhados na TMD e na TCN. No desenvolvimento do capítulo, não tomamos como pressuposto certas interpretações das visões onto-epistemológicas das duas teorias. Ao contrário, arguimos que haveria compatibilidade dentro de certas interpretações e incompatibilidade a partir de outras, buscando, no entanto, definir qual seria a mais adequada leitura de ambas para questionar, em seguida, se a mesma conferiria sustentação para a construção de pontes teóricas. Permeia o capítulo, também, um espírito inquisitivo em torno das possíveis contribuições que uma teoria poderia oferecer à outra.

Neste processo de construção da dissertação, nos deparamos com o fato de que haveria vários debates que se poderia travar no decorrer deste trabalho, mas optamos por excluí-los porque, embora certamente agregariam à riqueza analítica metateórica pretendida, trazem uma importância de segundo plano no que diz respeito ao debate maior que se

busca travar. O primeiro capítulo poderia ter se apresentado a partir de vários outros microdebates que ocorreram no campo da teoria social. O segundo capítulo poderia ter trazido as polêmicas dentro das diversas perspectivas neogramscianas. E o terceiro teria certamente muito a ganhar se tivesse oferecido um debate sobre a dependência entre os diversos teóricos latino-americanos, desde Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto até Celso Furtado e Raul Prebisch, se estendendo a Florestan Fernandes. Se de um lado estes debates enriqueceriam o tema geral aqui apreendido, também é verdade que outros autores já apresentaram estes debates de modo extensivo. Perderíamos espaço, portanto, no desenvolvimento de um diálogo entre duas vertentes específicas da Teoria Crítica e da Teoria da Dependência, real motivação por de trás deste trabalho.

Assim, esta dissertação espera contribuir, por um lado, para o enriquecimento da teorização do campo das RI, primeiramente, ao trazer uma perspectiva latino-americana à frente da discussão, assim como ao reforçar sua reivindicação da centralidade do debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento para o estudo e a pesquisa do campo em questão. Por outro, busca oferecer ao corpo teórico dependentista-marxista contribuições enriquecedoras da TCN e de Gramsci, para o desenvolvimento rigoroso e contínuo da TMD. Busca-se, ainda, apresentar as contribuições de ambas essas teorias substantivas para o debate geral da teoria social, que ainda é permeado pelo positivismo mas também pelo interpretativismo, que ignora questões fundamentais desenvolvidas em torno da realidade concreta de formações econômico sociais dependentes.



## 2 TENTATIVAS DE SOLUCIONAR O PROBLEMA AGENTE-ESTRUTURA

Those who try to ignore philosophy only succeed in reinventing it.  
– Mario Bunge (1983 apud LAPID, 1989)

A presente dissertação parte de um suposto epistemológico, qual seja: o problema sociológico central da teoria social é aquele que questiona a relação entre o agente e a estrutura em que este vive. Como entender e/ou explicar um acontecimento, um fenômeno, seja este político, econômico ou social? No século XIX, travava-se o debate entre a “ciência da sociedade” versus o “estudo do(a) homem(mulher)”, com Auguste Comte e Émile Durkheim defendendo uma visão da sociedade enquanto uma totalidade não reduzível aos indivíduos que a compõem e teóricos como Max Weber e John Stuart Mill desenvolvendo teorias sociais que enxergam uma sociedade composta por nada mais que pessoas e suas atividades. Este grande debate terá diferentes expressões e nomenclaturas através do tempo, passando por um debate entre o coletivismo metodológico e o individualismo metodológico, “sistema e ator”, “macro e micro”, “objetivismo e subjetivismo”, para, posteriormente, ter a contraposição posta entre estrutura e agência (ARCHER, 1995; CARLSNAES, 1992).

Para simplificar essa exposição inicial, este momento de contextualização, apresentaremos a estrutura argumentativa do individualismo e do coletivismo, apontando suas insuficiências ontológicas e metodológicas que levaram às alternativas para sua superação, real objeto deste capítulo. Por se tratar apenas de um primeiro momento de contextualização, e por o foco desta pesquisa centrar-se no que o seguiu, não vemos a necessidade de desenvolver um relato pormenorizado das diferentes fases deste debate. Num segundo momento, discutiremos os impactos do debate nas Relações Internacionais, com um olhar para o Terceiro Grande Debate do campo<sup>6</sup>. Daremos mais atenção,

---

<sup>6</sup> A exposição do campo das Relações Internacionais frequentemente perpassa um recorte em três grandes debates que viriam a definir a disciplina: o primeiro entre o Idealismo e o Realismo nas décadas de 1930 e 1940; o segundo, entre o tradicionalismo e o cientificismo nos anos 1960; e o terceiro entre o positivismo e o pós-positivismo (ou racionalismo e reflexivismo, para KEOHANE, 1988) nos anos 1980 (Cf. LAPID, 1989; SMITH, 2008; REUS-SMIT e SNIDAL, 2008). Contudo, vale ressaltar uma crítica feita a essa explanação tradicional

num terceiro momento, às alternativas propostas por Anthony Giddens (2009), com sua Teoria da Estruturação, e por Margaret Archer (1982, 1995), por meio da Abordagem Morfogenética, na busca de uma “solução” ao problema agente-estrutura.

## 2.1 Individualismo e Coletivismo

Pano de fundo para as discussões da teoria social ocidental, o empirismo delimitou os parâmetros da teorização *mainstream* dos últimos séculos e deu fundamentação filosófica para a tradição positivista. Neste cenário, desenvolveram-se tentativas de fundamentar a descrição e explicação de fenômenos a partir de indivíduos ou do coletivo. No entanto, antes de adentrar nas particularidades da visão individualista e da coletivista, vale ressaltar o que se entende por ciência nesta teoria do conhecimento.

O empirismo parte da concepção de que o filósofo está na melhor posição, vis-à-vis o cientista, de demarcar o que é, e o que não é, ciência. Esta demarcação, para o empirista, se fundamenta no critério da percepção, isto é, que o real se limita ao que se pode conhecer empiricamente, aos dados dos sentidos; portanto, entidades não observáveis caem fora do escopo do cientista; e, com isso, a inferência abduziva—quando termos teóricos se referem a entidades e processos reais, porém inobserváveis—torna-se um perigo epistêmico. Disso, segue a compreensão da natureza e dos requisitos da explicação científica: os fenômenos subsomem-se em regularidades legiformes e observáveis; entende-se, com isso, que a explicação científica teria como objetivo a descoberta de leis que corroborariam relações causais (WENDT, 1987).

O confinamento da descrição e da explicação a entidades observáveis levou o individualista a deduzir que todo o social pode ser reduzido ao indivíduo, uma vez que o critério da percepção garantiria que todas as referências a indivíduos denotam coisas reais e definidas. Isto é, todo e qualquer fenômeno social é constituído por nada mais que indivíduos e só pode ser entendido nesta conformação. A análise de qualquer fenômeno social não poderia ser feita considerando uma substância própria ao fenômeno, mas a partir da compreensão de que são

---

que tende a ocultar a presença de outras contribuições aos Grandes Debates, como ocorre com o Marxismo, segundo Miguel Borba de Sá (2013). Não se deve confundir, aqui, o “grande debate” da teoria social, entre agência e estrutura, e os “grandes debates” das Relações Internacionais.

compostas por indivíduos. No caso de eleições, por exemplo, por eleitores e candidatos.

A leitura sobre o contexto social, na delimitação empirista, perpassa duas possibilidades: sua constituição por coisas reais ou por entidades reificadas. Como a segunda possibilidade é descartada enquanto instrumento analítico viável, dentro da ontologia individualista, cabe a esta abordagem demonstrar empiricamente que o contexto social é epifenomenal, ou seja, que surge enquanto fenômeno *depois* do surgimento do indivíduo. Isto acarreta demonstrar que a estrutura social não é (1) autônoma ou independente, (2) pré-existente, ou (3) causalmente eficaz (ARCHER, 1995).

Dar autonomia ou independência à estrutura social significaria que o contexto social precisaria ser tratado como um agregado de pessoas, e o ambiente social como relações interpessoais. Se a estrutura social for apenas um agregado, então “o grupo” se torna sinônimo “do social”. O coletivista, no entanto, contra-argumentaria que o estudo sociológico não se restringe a *como* determinados grupos fazem determinadas coisas, mas se estende à investigação das regras que regem suas relações. O individualista afirma, também, não haver tendência social que não possa ser alterada tendo os indivíduos a vontade e a informação necessária para alterá-la.

Disso seguiria que o contexto social seria o resultado de escolhas individuais racionais, conformadas por um padrão específico de preferências. O presente social (a temporalidade do social) é a soma das preferências individuais que conforma um padrão dominante de comportamento e estas escolhas conformam um tipo específico de sociabilidade. A explicação está sempre no presente, assim como a responsabilidade por tudo no presente cabe aos que estão presentes. Designar uma pré-existência à estrutura acarretaria, além de aceitar a não precedência ontológica do indivíduo, reconhecer os constrangimentos impostos à ação individual. Negar a pré-existência da estrutura social leva, logicamente, a esvaziá-la de qualquer eficácia causal. Essa alegação teria que se sustentar diante de resistência estrutural à mudança; ou seja, precisar-se-ia explicar por que certas coisas não mudam a despeito da vontade de indivíduos (ARCHER, 1995).

O coletivista aponta que o individualismo metodológico não consegue desenvolver sua explicação sem recorrer ao contexto social, uma vez que são precisamente as características não observáveis das pessoas – disposições, valores, etc. – que constituem a base do relato individualista. Os dados dos sentidos assegurariam nada mais que a observação de que o indivíduo é um organismo vivo; e as disposições

somente poderiam ser identificadas a partir do contexto social. A disposição de votar, por exemplo, pressupõe uma noção de eleição; a intenção de votar “direita” ou “esquerda” depende da existência de um partido conservador ou um progressista.

Todavia, comprometido com o **atomismo social** – a alegação de que aquilo que importa de um indivíduo pode ser identificado independentemente do contexto social –, o individualista argumenta, porém, que é possível isolar disposições mais elementares, uma vez que precederiam sua manifestação no contexto social. Estas poderiam adentrar na descrição e explicação enquanto influências interpessoais (e.g. socialização e enculturação). Características tidas como sociais são ressignificadas em termos individualistas. Em suma, a ontologia social individualista enxergaria uma agência por indivíduos socializados e compreenderia a estrutura como nada mais que relações interpessoais. (ARCHER, 1995).

Por compartilhar a base comum do empirismo, o coletivismo metodológico não se prontifica a um enfrentamento ontológico com o individualismo. O coletivista é complacente com a precedência ontológica do agente, mas defende que no campo explicativo não é possível desenvolver uma compreensão em termos individuais. Ernest Gellner (1968) coloca que “talvez, no final das contas, haja um acordo de que a história (humana) seja sobre pessoas – e nada mais. Mas, talvez, isto deva ser escrito: a história é *sobre* pessoas. Não segue que suas explicações estejam sempre em termos de pessoas” (apud ARCHER 1995, p. 45, tradução nossa.)<sup>7</sup>. Resulta que o individualismo tem uma capacidade explicativa fraca, já que mesmo quando ensaia pôr o debate em termos individualistas, não o consegue fazer dentro do molde empirista.

Na análise individualista, aspectos do contexto social são incorporados ao indivíduo. Archer (1995) propõe duas objeções a essa metodologia, questionando: (1) em que sentido pode-se falar em indivíduos quando a estes foram atribuídas tantas características das realidades natural e social (sistemas culturais, relações socioculturais, recursos físicos e meio ambiente)? 2) Seria possível desagregar o contexto social (e mesmo o meio natural) desta maneira? E se, (2.1) na (des-?) construção individualista, as relações de papéis não seriam nada mais do que relações interpessoais.

---

<sup>7</sup> “Perhaps in the end, there is agreement to this extent (human) history *is* about chaps – and nothing else. But perhaps this should be written: History is *about* chaps. It does not follow that its explanations are always in terms of chaps.”

Uma relação entre professor e aluno não poderia ser afetada pela função de professor ou de aluno que cada um desempenha, uma vez que o que está em jogo é a relação entre os dois indivíduos que desempenham o papel, e não a relação entre as funções. Tampouco pode-se explicar, a partir desta metodologia, por que a relação entre colegas de trabalho poderia mudar com a promoção a uma função de chefia de um em relação aos outros. Archer (1995) desmonta a negação da relação de papéis ao fundamentar que o desenvolvimento de papéis sociais pré-data (ou precede) a ocupação dos mesmos por indivíduos no presente e estes papéis condicionariam, conseqüentemente, seus ocupantes por trazerem atribuições não reduzíveis a pessoas.

Na mesma linha, para o individualismo, (2.2) sistemas de crença seriam nada mais que aquilo que as pessoas acreditam e rejeitam, portanto não poderia falar-se em "sistemas". (2.3) E recursos se refeririam meramente àquilo possuído. O funcionamento descritivo (em contraposição ao explicativo) desta ontologia social tem se baseado na junção de relações sociais complexas e difusas e na posterior inserção desta junção no indivíduo como se fossem atributos de pessoas (ARCHER 1995).

Para além do confinamento pelo empirismo, o coletivismo teve seu desenvolvimento estrangido pela experiência traumática do holismo. John Stuart Mill (1984 apud ARCHER 1995), criticando a posição do holismo de defender uma Sociedade reificada, coloca que reconhecer *emergência* – processo pelo qual uma propriedade passa a existir a partir de uma combinação social que não pode ser reduzida a suas partes – se iguala a sancionar a existência de uma substância social nova. Falar de propriedades societais seria o mesmo que tratar de coisas geradas pela sociedade, conferindo a esta uma posição *superordinada*<sup>8</sup> aos indivíduos.

Por compartilhar a compreensão de que a emergência trataria de um processo de reificação do contexto social, o coletivismo não a desenvolveu enquanto complemento ontológico para a sua metodologia explicativa. Maurice Mandelbaum (1973 apud ARCHER 1995, p. 49), demonstrando o cuidado do coletivismo de não reificar o contexto social, coloca que “não é necessário defender que a sociedade é uma entidade independente de todos os seres humanos para defender que fatos societais

---

<sup>8</sup> Utilizado na bibliografia consultada, o termo *superordinado* se apresenta como contraponto ao subordinado. Isto é, tendo o indivíduo como central em uma perspectiva, poder-se-ia colocar a sociedade numa posição metodológica subordinada ou *superordinada* em relação ao indivíduo.

não são redutíveis ao comportamento individual.”<sup>9</sup> Neste movimento, porém, o coletivista se resguarda na explicação sem aportar os avanços metodológicos à esfera ontológica. A defesa do uso de fatos sociais se restringe às esferas da explicação e da descrição.

Gellner (1968 apud ARCHER 1995) encontrou uma saída ao critério da percepção, isto é, à necessidade de perceber a realidade por meio dos dados dos sentidos. Para o autor, a realidade de conceitos relacionais poderia ser evidenciada ao demonstrar sua eficácia causal. No entanto, o conceito empirista de causalidade demonstrou-se outra barreira ao desenvolvimento desta perspectiva. Os poderes de estruturas internamente relacionadas muitas vezes não se evidenciam porque outras contingências intervêm na sociedade, que é necessariamente um sistema aberto. Em sistemas fechados, tais como aqueles que se pode construir em um laboratório, um poder ou um conjunto de poderes é isolado para que este possa operar sem a interferência dos outros poderes constitutivos do mundo; já no mundo, um sistema aberto, há uma interação entre os diferentes poderes que geram as nossas experiências. Roy Bhaskar (sem ano apud BHASKAR e CALLINICOS, 2003) utiliza esta diferenciação para criticar o monismo metodológico, demonstrando que as alegações epistemológicas utilizadas para justificar as demarcações postas para as ciências naturais não serviriam para as ciências sociais. Por operarem em um sistema aberto, propriedades emergentes raramente produzem regularidades constantes e, portanto, não se sustentam na interpretação da realidade sob o critério empirista da causalidade (ARCHER 1995).

O coletivista, ao não assumir o emergentismo, se voltava para uma metodologia que regulamentava sua ontologia, sob o empirismo, fragmentando a sociedade em uma série de propriedades discretas ao invés de reconhecer um estrato distinto da realidade social. Estas propriedades entram, então, na explicação de forma *ad hoc*, governadas pelo modelo humeano de causalidade; isto é, adentram na análise sob a égide de propriedades de grupos não definidas à medida que aumentam a capacidade explicativa e de previsão para a compreensão de regularidades observáveis. A indispensabilidade descritiva de certos elementos estruturais, daqueles que se aproximam aos observáveis, é o que permite a sua entrada na explicação. No entanto, permite-se a entrada apenas de certos efeitos emergentes, mas nunca de um mecanismo emergente,

---

<sup>9</sup> “One need not hold that a society is an entity independent of all human beings in order to hold that societal facts are not reducible to individual behaviour”.

Deste modo, por exemplo, o tipo de sistema eleitoral (representação proporcional ou majoritário) será necessário para explicar o tipo de governo que emergirá de qualquer eleição, além de declarações a respeito das disposições políticas dos indivíduos, que, por sua vez, são identificáveis apenas em relação aos partidos políticos. Estas duas propriedades estruturais passam a ser aceitas e o Coletivista talvez ainda consiga sugerir que os eleitores estão em uma situação (pré-estruturada) em que sua filiação a algum partido é afetada pelo sistema eleitoral (i.e. apoiar um partido minoritário faz mais sentido sob representação proporcional). No entanto, o que o guardião humeano exclui a priori são proposições que dizem respeito à distribuição de poder anterior e seus efeitos no sistema eleitoral vigente, nos partidos existentes, sem mencionar as disposições dos eleitores (ARCHER, 1995, p. 55, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Nenhuma das duas abordagens até aqui trabalhadas, a individualista e a coletivista, consegue confinar sua análise aos observáveis. Suas raízes no empirismo as impede de desenvolver uma metodologia explicativa capaz de contemplar as realidades sociais, induzindo-as ao epifenomenalismo. Archer (1995) traz o conceito de conflação para tratar o epifenomenalismo na teoria social, que se entende por ser uma falácia lógica, por meio da qual se trataria dois conceitos distintos como se fossem um. A conflação, para a autora, seria a solução apresentada ao problema agente-estrutura. Dar um tratamento epifenomenal à agência (ou dar à estrutura precedência ontológica) seria considerado uma conflação para baixo, e a agência seria consumida pela

---

<sup>10</sup> Thus, for example, the type of electoral system (proportional representation or first-past-the-post) will be needed to explain the kind of government to emerge from any election, in addition to statements about people's political dispositions, which in turn are only identifiable in relation to Political Parties. These two structural properties earn their ticket and the Collectivist might even manage to suggest that voters are in a (pre-structured) situation where their Party affiliation is affected by the electoral system (i.e. supporting a minority party makes more sense under proportional representation). However, what Humean gatekeeping will preclude are propositions about the prior distribution of power having affected the electoral system in operation, the Parties in existence, let alone the political dispositions of voters themselves

estrutura. Na perspectiva contrária, tratar a estrutura como epifenômeno (dar precedência ontológica à agência), levar-nos-ia a uma conflação para cima<sup>11</sup>, com a absorção da estrutura pela agência (ARCHER, 1995).

Veremos, em seguida, ramificações deste debate e da ciência empirista no campo das Relações Internacionais.

## 2.2 Agência e estrutura nas Relações Internacionais

### 2.2.1 O terceiro debate

O terceiro “grande debate” das Relações Internacionais (RI), travado a partir da década de 1980 entre positivistas e pós-positivistas<sup>12</sup>, pôs na mesa a necessidade de se repensar a maneira de se fazer ciência neste campo. Neste momento, se consolidou o fim do consenso da epistemologia positivista/empirista no campo das Relações Internacionais (RI) (LAPID, 1989).

De acordo com Yosef Lapid (1989), três temas teriam marcado esse debate, quebrando o consenso positivista: o **paradigmatismo**, que

---

<sup>11</sup> Tradução nossa dos termos: *downwards conflation* como conflação para baixo; e *upwards conflation* como conflação para cima.

<sup>12</sup> No texto de Lapid (1989), entende-se por *positivismo* os trabalhos que utilizariam uma lei ou generalização empiricamente corroborada como unidade de pesquisa científica e que não se preocupariam com questões ontológicas (entre as perspectivas epistemológicas contemporâneas, entraria aqui a popperiana). E o *pós-positivismo* abarcaria os trabalhos que trazem unidades metateóricas para o centro da pesquisa, com considerações ontológicas no desenvolvimento dos mesmos (nessa definição, caberia aqui as epistemologias kuhniiana, lakatosiana, laudaniiana e interpretativista, entre outras). Cf. 1989, 239.

Vale mencionar que não há consenso nessa definição, por haver tanto aqueles que restringiriam o conceito *positivismo*, para não incluir os popperianos, e aqueles que teriam uma visão mais ampla do termo, que passaria a abarcar todas as epistemologias que demarcariam a ciência a partir do monismo metodológico (NEUFELD, 1993, p. 39). Este uso é condizente com a categorização que Wight (2006, p. 16) faz do terceiro debate, como sendo travado entre a tradição naturalista (positivista) e a tradição antinaturalista hermenêutica (interpretativa). Nota-se o cuidado de Neufeld (1993) ao dizer, em vários momentos de seu texto, que os naturalistas seriam *de inspiração positivista*, demonstrando que reconhece a polêmica em chamar seus contemporâneos de positivistas. Confronte, também, com a diferenciação de Keohane (1988, p. 379), entre racionalistas (positivistas) e reflexivistas (interpretativistas). Adotamos, aqui, a definição mais ampla do positivismo como utilizada por Wight (2006) e Neufeld (1993), igualando a ao conceito de racionalista desenvolvida por Keohane (1998).

demarcaria uma preocupação com unidades metateóricas; o **perspectivismo**, que enfrentaria premissas e suposições subjacentes; e o **relativismo**, que engataria uma movimentação em direção ao pluralismo metodológico.

No campo do paradigmatismo, a movimentação do positivismo ao pós-positivismo foi nítida. No primeiro, a unidade que daria centralidade à pesquisa científica seria a lei ou generalização empiricamente corroborada. Com avanços na filosofia da ciência, o foco passou a girar em torno de construções maiores, com mais longevidade e durabilidade, para além da lei e da generalização, e introduziu-se *paradigmas* (Kuhn, em 1962), *programas de pesquisa* (Lakatos, em 1970) e *tradições de pesquisa* (Laudan, em 1984), entre outras.

A intenção dessa abordagem paradigmática era criar outra unidade científica melhor capacitada para produzir, acumular e conservar o conhecimento, uma que abarcaria conjuntos de teorias inter-relacionadas e suas premissas e suposições. Apesar destes debates no campo da filosofia da ciência terem começado antes, vimos suas maiores repercussões no campo das Relações Internacionais a partir do terceiro debate.

A nova visão filosófica, tal como apresentada por Lapid (1989), reconhece no conhecimento científico um complexo triádico: o **eixo fenomênico** abarcaria o conteúdo empírico das teorias científicas; o **eixo analítico** abarcaria as hipóteses, as explicações e os modelos teóricos; e o **eixo temático** trabalharia o campo epistemológico e ontológico, que abarcaria as suposições e premissas a respeito da realidade e outras distinções ideológicas e metafísicas.

Por sua vez, o perspectivismo trouxe ao centro do debate as premissas e suposições subjacentes da ciência positivista. Entre outras movimentações, passou-se a dar mais atenção para questões ontológicas e epistemológicas. Veio um questionamento mais enfático sobre as bases encobertas do campo teórico até então produzido. Para termos uma noção da difusão destas questões no campo das relações internacionais, lembremos que Lapid (1989) cita a preocupação implícita de Robert Keohane (1986) em não se tornar “prisioneiro de suposições não ditas”<sup>13</sup>, a necessidade explicitada por Robert Cox (1981) de “tomar consciência da perspectiva de onde nasce a teorização”<sup>14</sup> e a convocação de pós-

---

<sup>13</sup> “[...] the prisoner of unstated assumptions”.

<sup>14</sup> “[...] to become clearly aware of the perspective which gives rise to theorizing”.

estruturalistas como Richard Ashley para desconstruir as estruturas problemáticas vistas até então como dadas.

Em nossa interpretação, esta preocupação explicitada por Keohane, Cox e Ashley - que citamos anteriormente -, tem validade exatamente porque muitas vezes aquilo que não é dito, que é pressuposto é mais importante do que o conteúdo explicitado. Portanto, não se partiria mais do mesmo ponto pré-estabelecido como no passado. Com isso, passou-se a valorizar o dissenso sobre o consenso; a desconstrução da tradicional maneira de se fazer ciência, que disfarça suas limitações e os interesses por trás do seu funcionamento, a favor de uma ciência potencialmente emancipatória, mas que, para atingir tal objetivo, necessitaria se ver livre de prescrições epistemológicas do consenso.

Talvez como parte integral do debate, senão como uma continuação do mesmo, vimos dois momentos de discussão em torno da ontologia do problema agente-estrutura e suas implicações metodológicas. A primeira onda teria ocorrido no final dos anos 1980 e começo dos 1990; e a segunda, no final dos anos 1990 e começo dos 2000 (BIELER e MORTON, 2001). Não pretendemos aqui oferecer uma revisão da literatura de forma extensiva, mas algumas contribuições tidas como centrais que contribuiriam para a apresentação da problemática dentro das Relações Internacionais.

O questionamento e movimento de pôr em dúvida premissas e suposições subjacentes, estabelecido mais contundentemente a partir do terceiro debate, nos induz a refletir de maneira crítica não só sobre o positivismo dentro das RI como também sobre as ramificações do problema agente-estrutura e a relação entre ambos. Quais as limitações impostas à teorização dentro do campo pela ciência empirista? E quais as repercussões quanto à confluência?

### *2.2.2 Positivismo nas Relações Internacionais*

Mark Neufeld (1993), partindo da crítica ao monismo metodológico da ciência empirista, oferece uma caracterização empirismo individualista dentro das Relações Internacionais. Dentre os teóricos positivistas das ciências sociais, Neufeld (1993) apresenta duas abordagens quanto ao trato da consciência humana, tema desenvolvido a partir do conceito weberiano de significados subjetivos – os significados que atores atribuem a seu comportamento.

De um lado, os behavioristas rígidos consideram que o comportamento seria o objeto apropriado de pesquisa e que o conhecimento científico deveria se basear apenas em evidências

empíricas. Para poder analisar qualquer fenômeno, este precisaria estar aberto ao escrutínio público; portanto os significados subjetivos não poderiam entrar como elementos que validariam o conhecimento científico (NEUFELD, 1993).

Do outro lado, encontram-se os behavioristas orientados aos significados<sup>15</sup>, que, embora compartilhem da crença de que não há espaço para a “compreensão” dos significados subjetivos na validação teórica, veem um papel para estes na *explicação científica* da ação social. Solucionam o problema da necessidade de abrir a variável ao escrutínio público por meio do desenvolvimento de técnicas de pesquisa — tais como análise de conteúdo, entrevistas, enquetes e questionários — que não só trariam os significados subjetivos (preferências, objetivos, motivações) ao âmbito público, mas também facilitariam a medição padronizada dos mesmos. Há uma continuidade aqui na preocupação em manter as variáveis abertas ao escrutínio público; isto é, mantê-las dentro dos parâmetros dos dados dos sentidos. Em ambas as abordagens, há um espaço para a utilização da operação *Verstehen*, porém somente no contexto da descoberta, na formação de hipóteses (NEUFELD, 1993). Archer (1995) reconheceria neste movimento a fraca capacidade explicativa do individualismo metodológico, argumentando que esta abordagem permite, crescentemente, a aceitação heurística e *pro tempore* de métodos exógenos para rodear suas dificuldades.

A incorporação dos significados subjetivos pelos behavioristas orientados aos significados em sua análise teria se traduzido em uma operacionalização que correlaciona uma forma específica de comportamento (e.g. uma opinião dada em um questionário) a outra (e.g. o voto em uma eleição), sem transmitir a correlação entre um significado subjetivo e um comportamento específico, como proposto (NEUFELD, 1993). Embora desenvolvida a partir da perspectiva interpretativista, sua crítica contempla outras lentes pós-positivistas uma vez que aponta o equívoco da categorização de variáveis a partir do critério da percepção, da fundamentação explicativa circunscrita a elementos observáveis.

Segundo Neufeld (1993), as contribuições de inspiração positivista nas Relações Internacionais se encaixam dentro das duas abordagens apresentadas anteriormente: o behaviorismo rígido (estruturalista), que trabalha as teorias sistêmicas, centradas na estrutura anárquica como determinante do comportamento do ator Estado; e o behaviorismo

---

<sup>15</sup> Tradução nossa dos termos: *strict behaviouralism* traduzido como behaviorismo rígido; e *meaning-oriented behaviouralism* como behaviorismo orientado aos significados.

orientado aos significados (individualista), que faz uma leitura do comportamento dos gerentes estatais. Para trazer os significados subjetivos do plano da consciência humana para o âmbito público, o behaviorismo orientado aos significados utiliza técnicas de pesquisa como análise de custos de transações, teoria dos jogos e análise de política externa, possibilitando, assim, a realização de uma medição padronizada das variáveis (KEOHANE, 1988; NEUFELD, 1993).

Trabalha-se, em várias vertentes desta abordagem nas Relações Internacionais, num nível de abstração quando se debate os interesses dos Estados; mas fica, no mínimo, implícito que os Estados são representações de líderes e populações. Algumas vertentes analisarão especificamente o comportamento dos gerentes (ou líderes) estatais, utilizando ferramentas comuns das ciências sociais, como as mencionadas anteriormente (entrevistas, análise de conteúdo, etc.) (NEUFELD, 1993).

Principal escola das Relações Internacionais, e expoente da abordagem do behaviorismo rígido, o Realismo estabelece que o principal determinante das ações do Estado é a estrutura anárquica do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001). Na relação causal Estímulo (contexto de ação) / Resposta (comportamento), não há necessidade de se analisar as perspectivas, motivações nem crenças dos atores, pois o sistema anárquico influenciaria o comportamento dos Estados a despeito dessas variáveis. Precisaríamos, portanto, apenas olhar para as regularidades comportamentais para verificar ou corroborar as hipóteses propostas pelas teorias das Relações Internacionais<sup>16</sup> (NEUFELD, 1993). Dentre as vertentes realistas, a principal contenda diz respeito às características da relação causal entre o Estímulo (estrutura anárquica) e a Resposta (comportamento dos Estados). Os neorrealistas defensivos entendem que a insegurança e a necessidade da sobrevivência levariam os Estados a fazerem de tudo para tomar uma postura defensiva. Na visão dos neorrealistas ofensivos, o alto grau de desconfiança levaria a um comportamento sempre agressivo dos Estados, pois a melhor garantia de não serem atacados seria atacar (MEARSHEIMER, 2001).

A abordagem do behaviorismo orientado aos significados seria representada nas Relações Internacionais pelo subcampo da análise de política externa. Esse subcampo se diferencia do Realismo, primeiramente, por trabalhar os significados subjetivos heurísticamente como variáveis intervenientes. Nessa relação causal, o Estímulo (estrutura

---

<sup>16</sup> Steve Smith desenvolve mais a fundo esta alegação, em “Belief systems and the study of International Relations”, em LITTLE e SMITH (eds.), *Belief systems and International Relations*.

anárquica) implicaria no desenvolvimento de uma variável interveniente (significados subjetivos: percepções, valores e crenças), e estes levariam a uma Resposta (comportamento dos Estados). Trabalhar a consciência humana desta maneira se apresenta como uma tentativa de assimilá-la ao princípio do monismo metodológico (NEUFELD, 1993).

As análises de organizações internacionais, a partir da década de 1980, seguiram uma inspiração neorrealista. Stephen Krasner (1983 apud NEUFELD, 1993) nos fornece uma definição de regimes:

Princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou explícitos, em torno dos quais as *expectativas* de atores convergem em uma área dada das relações internacionais (p. 54, tradução nossa, grifo nosso).<sup>17</sup>

Reconhecendo aqui o lugar das expectativas dos Estados, Krasner (Ibidem) explicita ainda mais o espaço dos significados subjetivos:

Princípios são *crenças* de fato, causação e retidão. Normas são padrões de comportamento definidos em termos de *direitos* e *obrigações*. Regras são *prescrições* específicas de ação. Procedimentos de tomada de decisão são práticas prevaletentes para a tomada e implementação da *escolha coletiva* (op. Cit., tradução nossa, grifos nossos).<sup>18</sup>

Em cada definição das categorias de regimes contempla-se a intervenção dos significados subjetivos no comportamento do Estado. Por um lado, não se perde de vista a preocupação dos behavioristas rígidos com as “práticas prevaletentes”, o “comportamento” e a “ação”; por outro, abre-se um espaço para um espaço para uma análise a partir do behaviorismo orientado aos significados com a incorporação de “expectativas” e “crenças”. Ressalta aqui a colocação de Archer (1995) de que o individualista se esforça por incorporar no indivíduo aspectos do

---

<sup>17</sup> “[...] implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations”.

<sup>18</sup> Em nota de rodapé: “Principles are beliefs of fact, causation and rectitude. Norms are standards of behavior defined in terms of rights and obligations. Rules are specific prescriptions for action. Decision-making procedures are prevailing practices for making and implementing collective choice.”

contexto social. Tidas como representações de disposições humanas, os significados subjetivos não adquirem nenhum status fora do alcance do indivíduo que o detém.

Frente às críticas postas a estas duas abordagens positivistas, Neufeld (1993) não contesta que haja regularidades comportamentais e que indivíduos atribuem significados subjetivos a seus comportamentos. Contudo, contesta a alegação de que essas regularidades existiriam independentemente do tempo e do espaço. Questiona também a ideia de que os significados subjetivos seriam uma conceitualização adequada da consciência humana. Os seres humanos se autodefinem e se autointerpretam, mas o fazem de maneira coletiva. Uma *teia de significados*, composta por significados *intersubjetivos*, seria o produto das autodefinições e autointerpretações *coletivas*, o que não deve se confundir com a soma de todos os significados subjetivos.

Com isso, entende-se melhor a crítica feita aos behavioristas: aos rígidos, por negligenciarem a teia de significados que *constitui* as ações por eles examinadas; e aos orientados aos significados, que, por entenderem a teia de significados como a mera soma dos significados subjetivos, enxergariam uma correspondência inexistente entre as relações teia-de-significados/práticas-humanas e significado-subjetivo-específico/ação-específica. A relação significados-intersubjetivos/práticas-humanas não representaria uma correlação causal, mas sim uma relação constitutiva.

Olhando para este debate desde a problemática coletivismo-individualismo, reconhecemos na abordagem interpretativista proposta por Neufeld (1993) uma tentativa de inserir a noção de emergência estrutural<sup>19</sup> ao dar uma autonomia relativa às teias de significados (estrutura), representando um esforço de dismantelar o positivismo dentro das Relações Internacionais.

### 2.2.3 Conflação nas Relações Internacionais

O aspecto ontológico da problemática agência-estrutura surge no questionamento tanto da *natureza* do agente e da estrutura, quanto da *relação* entre ambos. Ao questionar como os dois se relacionam, Wendt (1987) propõe que há duas maneiras de abordar o problema: a primeira

---

<sup>19</sup> Retomando o que desenvolvemos anteriormente, *emergência* remete ao processo pelo qual uma propriedade passa a existir a partir de uma combinação social que não pode ser reduzida a suas partes.

considera um ontologicamente primitivo<sup>20</sup> vis-à-vis o outro; a segunda, que nenhum tem antecedência ontológica. Este delineamento abriria três possibilidades para compreender o problema da relação entre ambos: individualismo, estruturalismo e estruturacionismo.

Como posto anteriormente, o individualismo se desenvolve a partir da premissa de que o agente tem antecedência ontológica. O estruturalismo enxerga na estrutura essa antecedência. Já o estruturacionismo assume que não há antecedência ontológica na relação entre agente e estrutura e os considera codeterminantes, ou mutuamente constituídos (WENDT, 1987; REUS-SMIT e SNIDAL, 2008).

No nível epistemológico, por sua vez, haveria dois aspectos de importância notável para se pensar o problema agente-estrutura. O primeiro diz respeito à escolha da forma de explicação correspondente a cada conceito, que depende dos tipos de propriedades do agente e da estrutura vistos como tendo importância causal. Uma abordagem pode tratar o agente como um ser reflexivo e orientado por seus objetivos; e a outra pode vê-lo como organismos complexos que processam estímulo. As estruturas, por outro lado, podem ser vistas como constrangedoras à ação do agente ou geradora dos próprios agentes.

A partir dessa breve introdução, podemos desenvolver algumas considerações sobre perspectivas utilizadas por algumas teorias das RI. Em aparente conflito com a categorização do Neorealismo como teoria estrutural<sup>21</sup>, defendida como tal por Neufeld (1993) e sendo esta a interpretação vigente nas RI, a leitura de Alexander Wendt (1987) enxerga no Neorealismo uma metodologia individualista. Embora o Neorealismo seja uma teoria estrutural, ou seja, parta de uma análise sistêmica, o modo em que desenvolve a estrutura do sistema e, portanto, sua explicação da estrutura é em termos agenciais.

Vale entender, neste momento, a escolha por uma análise sistêmica para, posteriormente, entender como entra em contradição com a escolha

---

<sup>20</sup> Por *primitivo*, entende-se que um dos dois teria precedência ontológica; ou seja, que o *primitivo*, e apenas este, teria um caráter independente, que traria qualidades inerentes não constituídas pelo outro. Na terminologia de Archer (1995), aquele que não é primitivo é epifenomenal, pois representaria um fenômeno posterior ao primitivo.

<sup>21</sup> A denominação do Neorealismo enquanto Realismo Estrutural à parte, vale confrontar com a tipificação oferecida por REUS-SMIT e SNIDAL (2008), em que o Realismo, o Marxismo e o Pluralismo da Escola Inglesa seriam estruturalistas e o Institucionalismo Neoliberal e o Novo Liberalismo seriam agenciais, em conformidade com aquela oferecida por NEUFELD (1993).

individualista-metodológica. A abordagem teórica estrutural, segundo Kenneth Waltz (1979), traria suas vantagens:

Por o procedimento analítico ser mais simples, é preferível sobre uma abordagem de sistemas. Será insuficiente, e uma abordagem de sistemas será necessária, caso os resultados forem afetados não só pelas propriedades e interconexões das variáveis, mas também pela *maneira* em que estão organizadas [...]. Onde prevalecem as semelhanças de resultados a despeito de mudanças nos agentes que *parecem* produzi-los, somos levados a suspeitar que as abordagens analíticas falharão. *Alguma coisa* constrange os agentes, ou é interposta entre eles e os resultados a que suas ações contribuem. Na política internacional, forças de nível sistêmico parecem estar em ação [...]. Em um nível, um sistema consiste de uma estrutura, e a estrutura é o componente do nível sistêmico [...]. Definições de estrutura devem omitir os atributos e as relações das unidades<sup>22</sup> (apud MACLEAN, 1998, p. 303).

A abordagem estrutural não deve se confundir com uma método-ontologia estruturalista. Como explicitado anteriormente, o Neorrealismo parte da compreensão de que o sistema internacional é anárquico e que a falta de um governo supranacional deixa os estados em uma situação de insegurança constante e impõe a necessidade da autoajuda. Embora as forças sistêmicas prevaleceriam no nível analítico, Wendt (1987) argumenta que a estrutura (sistema internacional) dentro do Neorrealismo se define a partir de (e se reduz às) características (capacidades materiais)

---

<sup>22</sup> Because analytical procedure is simpler, it is preferred to a systems approach. It will be insufficient, and a systems approach will be needed, if outcomes are affected not only by the properties and interconnections of variables, but also by the *way* in which they are organized [...]. Where similarities of outcomes prevails despite changes in the agents that *seem* to produce them, one is led to suspect that analytical approaches will fail. *Something* works as a constraint on the agents, or is interposed between them and the outcomes their actions contribute to. In international politics, systems-level forces seem to be at work [...]. At one level, a system consists of a structure, and the structure is the systems level component... At another level, the system consists of interacting units [...]. Definitions of structure must omit the attributes and the relations of units.

de suas partes, de seus agentes, os Estados. Isto porque o agente, aqui, tem precedência ontológica.

Parte-se, nos termos de Archer (1995), portanto, de uma conflação<sup>23</sup> para cima. O Neorrealismo, ao reduzir a estrutura às propriedades do Estado, enxerga nela um papel constrangedor e, no agente, um processador de estímulos. Por adotar uma definição ontológica reducionista da estrutura, ocuiu-se qualquer possibilidade desta de gerar agentes ou de criar condições para a ação estatal. Por sua metodologia individualista, seria preferível considerar o Neorrealismo uma teoria sistêmica e não estrutural (WENDT, 1987).

Exemplificando o que Archer (1995) denomina conflação para baixo, Wendt (1987) defende que a Teoria do Sistema-Mundo teria uma ontologia estruturalista. Na leitura de Immanuel Wallerstein (1996), a estrutura tem alta complexidade e pode ser estratificada em diferentes níveis de análise. A estrutura dominante é o sistema-mundo, no qual encontramos duas estratificações: uma econômica, representada atualmente pela economia capitalista mundial, e a outra, política, com sua variação no sistema interestatal, onde uma teria uma relação simbiótica com a outra.

Para esta teoria, a economia mundial está organizada com base nos relacionamentos de produção capitalista, entre nódulos mais lucrativos (centro) e os menos lucrativos (periferia, com a semiperiferia no intermédio), onde a transferência de mais-valia deste para aquele serve de elo entre os dois (WALLERSTEIN, 1996). Na perspectiva de Wendt (1987), a suposta antecedência ontológica do sistema levaria a algumas consequências: a redução do agente aos efeitos da estrutura, e a reificação desta na teorização. Isso ocorre de maneira implícita, pois se dá por uma falta de inserção da agência na construção teórica.

Tomando um de seus trabalhos como referência, ao colocar as pressões dos trabalhadores dentro do sistema, demonstrando a luta de classes na Revolução Francesa e o fim da ilusão desenvolvimentista liberal, Wallerstein (1996) parece estar criando um espaço para a agência dentro da teoria, mas isso não é desenvolvido. Ao contrário, como alega Wendt (1987), a agência acabaria sendo reduzida aos efeitos da estrutura. A criação da renda familiar (*income-pooling household*) parece ter sido

---

<sup>23</sup> Como posto acima, conflação se refere a uma falácia lógica, onde se trataria dois conceitos distintos como se fossem um único conceito. Diz-se, também, de reduzir um conceito ao outro. Neste caso, a estrutura à agência (conflação para cima – vista no individualismo), ou a agência à estrutura (conflação para baixo – vista no estruturalismo).

um efeito do sistema. A ilusão desenvolvimentista liberal e seu fim parecem ter sido determinados por suas próprias contradições: a ilusão teria criado expectativas nos agentes que, em seguida, começariam a reivindicar suas promessas, mas não por alguma característica interna do agente, e sim por características internas da ilusão, parte integral da geocultura do sistema-mundo.

A explanação de Wallerstein (1996) sobre a luta pelo poder entre conservadores, democratas e liberais na França, em contrapartida, é um claro exemplo de agência, pela importância das escolhas, atitudes e ações dos atores envolvidos. Em contraposição a este momento agencial, a reificação da estrutura está aparente ao longo do texto, e sua ontologia estruturalista deixa, de forma implícita, poucas marcas da ação do agente na construção da estrutura.

Ao desenvolver o perigo da democratização para a economia-mundo capitalista, o autor relata três respostas dos detentores do poder, de onde se pode deduzir ações que moldariam a estrutura. Já, para Wight (2006), não há dúvida de que a teoria em questão se fundamenta em uma ontologia puramente estruturalista. De acordo com o autor, o sistema, aqui, determina, forma e cria seus elementos constitutivos<sup>24</sup>. Por sua ontologia estruturalista, e consequente viés conservador, a abordagem seria melhor para explicar forças que manteriam ou restaurariam o sistema do que as contradições que o transformariam (COX, 1981).

As insuficiências das ontologias estruturalista e individualista na teorização das Relações Internacionais teriam ensejado o debate sobre o problema agente-estrutura dentro do campo (WIGHT, 2006). Tendo apresentado as críticas ao posicionamento epifenomenal (ARCHER, 1995), de atribuir precedência ontológica ao agente ou à estrutura (WENDT, 1987), seguimos com a apresentação de duas alternativas que ensaiam solucionar o problema agente-estrutura por meio da negação de qualquer precedência ontológica.

### **2.3 A não precedência ontológica: duas abordagens**

Wendt (1987), ao criticar a atribuição de uma precedência ontológica ao agente ou à estrutura na teoria social, coloca uma terceira via – considerar a não precedência ontológica, a não redução de um ao outro –, a denominada perspectiva estruturacionista (WENDT, 1987;

---

<sup>24</sup> Vale apontar que a categorização da Teoria dos Sistemas-Mundo aqui se dá a partir da consulta bibliográfica, e não de uma análise apurada dos trabalhos teóricos que desenvolvem este corpo teórico.

REUS-SMIT e SNIDAL, 2008). No entanto, uma revisão bibliográfica mais aprofundada (ARCHER, 1982 e 1995; BIELER; MORTON, 2001; WIGHT, 2006) sugere um equívoco nesta categorização tripartite (individualismo-estruturalismo-estruturacionismo), uma vez que, embora a Teoria da Estruturação de Giddens (2009), de onde extraiu-se esta denominação, não caíria num epifenomenalismo, não segue que toda abordagem não epifenomenal seja estruturacionista<sup>25</sup>. O erro, aqui, consiste em igualar a não atribuição de uma precedência ontológica com uma abordagem específica que busca este objetivo. Essa confusão impõe uma limitação à discussão sobre o problema agente-estrutura, dificuldade explicável talvez pelo fato de ambas compartilharem uma rejeição aos termos do debate tradicional, o que teria obscurecido as diferenças entre as diferentes abordagens (ARCHER, 1995).

Como posto anteriormente, há uma terceira maneira para trabalhar a questão da precedência ontológica, em que não se dá precedência ontológica a nenhuma das duas categorias, abrindo o caminho, portanto, para desenvolver os efeitos que uma categoria tem sobre a outra, melhor dizendo, que o agente tem sobre a estrutura e vice-versa. Desta maneira, evitar-se-ia os extremos do voluntarismo, onde o agente teria liberdade ante a estrutura, e do determinismo, onde a estrutura tiraria qualquer liberdade do agente de efetuar mudanças. A estrutura constituiria o agente, e o agente, a estrutura (WENDT, 1987). Abre-se, com isso, a possibilidade de problematizar aquilo que na teoria social reducionista ficara indisponível, a sua variável independente (CARLSNAES, 1992).

Apresentaremos, em seguida, duas abordagens que se desenvolveram a partir dos problemas desenvolvidos na primeira parte deste capítulo. Daremos uma atenção especial, neste momento, à abordagem estruturacionista de Giddens e suas influências nas RI, uma vez que a abordagem morfogenética de Archer será recolocada nos capítulos seguintes.

### *2.3.1 Elisionismo e a Teoria da Estruturação*

Com base no Realismo Científico, que permite uma abordagem generativa na teorização estrutural, Wendt (1987) apresenta a Teoria da

---

<sup>25</sup> Vale apontar que, ao advogar uma lista de estruturacionistas da teoria social, Wendt (1987) reconhece que vários destes teóricos rejeitariam o título. A ampliação do termo *teoria da estruturação* teria sido sugerida por Nigel Thrift (1983 apud WENDT, 1987; apud WIGHT, 2006), em busca de juntar teóricos sociais que compartilhariam certas suposições sobre a relação agente-estrutura.

Estruturação de Giddens como solução ao problema agente-estrutura. Esse quadro conceitual traria quatro observações analíticas: (1) em oposição aos individualistas, aceita-se que estruturas sociais inobserváveis e irreduzíveis são reais e geram agentes; (2) em oposição aos estruturalistas, enfatiza-se a necessidade de uma teoria da razão prática e da consciência que explicaria a intencionalidade e motivação humanas; (3) junta-se os agentes e as estruturas numa síntese dialética<sup>26</sup> que superaria a subordinação de um sobre o outro; (4) e argumenta-se que estruturas sociais são inseparáveis de estruturas espaciais e temporais e, portanto, deve-se incorporar tempo-espaco direta e explicitamente em toda teorização e pesquisa sociais (WENDT, 1987). Trabalha-se, com isso, o conceito de dualidade, que estabelece uma relação interna entre práticas sociais. Entende-se, portanto, que estrutura e agência seriam dois lados da mesma moeda (BIELER; MORTON, 2001).

A *estrutura* é definida como o conjunto de regras e recursos<sup>27</sup>. Para explicar o que entende por *regras*, Giddens (2009) apresenta uma analogia com uma fórmula matemática. O autor não pretende reduzir a vida social a um conjunto de princípios matemáticos, mas apresentar um sentido efetivo ao conceito de regra para a teoria social: “uma fórmula é um procedimento generalizável: **generalizável** porque se aplica a uma vasta gama de contextos e ocasiões; um **procedimento** porque permite a continuação metódica de uma seqüência estabelecida” (p. 24, grifos nossos).

A linguagem exemplificaria esta delimitação, uma vez que une a necessidade de se compreender a fórmula (gramática, significados) com a de poder expressá-la. Sem seguir um procedimento generalizável, a comunicação tornar-se-ia ininteligível (GIDDENS, 2009).

Dentre os diversos tipos de regras, as que envolvem a reprodução de práticas institucionalizadas – “práticas mais profundamente sedimentadas no tempo-espaco” (p. 26) – seriam de maior importância para a teoria social, podendo encontrar-se em um espectro que varia entre

---

<sup>26</sup> Embora Wendt (1987) apresenta a relação enquanto uma síntese dialética, Giddens (2009), por motivos que veremos mais adiante, não a caracterizaria de tal modo.

<sup>27</sup> Esta noção de estrutura é utilizada por vários construtivistas, incluindo Wendt, Onuf e Kratochwil, embora o primeiro demonstre certa ambigüidade no uso do termo. É utilizada também dentro da Escola Inglesa e pelas teorias neoliberais, incluindo Keohane. C.f. WIGHT, 2006, p. 137-8. Ver também Ruggie, 1998, p. 875.

a apreensão tácita pelo agente à codificação formal em leis (GIDDENS, 2009; WIGHT, 2006).

Os *recursos*, por sua vez, embora perpassem uma posição secundária na análise estruturacionista (WIGHT, 2006), adentram na formulação do conceito de estrutura a partir de uma diferenciação entre recursos alocativos e autoritários. Referem-se a formas de capacidade transformadora: sendo que recursos alocativos apontariam ao controle sobre objetos materiais (viz. matérias primas, terra, etc.) e capacitariam a solução de problemas, a realização de guerras, etc.; recursos autoritários complementaríamos os alocativos e denotariam fatores não materiais (viz. status, uma posição hierárquica), implicando em controle sobre outras pessoas (GIDDENS, 2009; WIGHT, 2006).

A estrutura, portanto regras e recursos, daria aos agentes a *capacidade de fazerem a diferença*, sendo esta a característica que fundamentaria a *agência* nesta abordagem (WIGHT, 2006).

Giddens (2009) explica que “‘agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele *poderia*, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, *ter atuado de modo diferente*. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo tivesse interferido” (p. 11, *itálicos nossos*). Esta definição compreende um sentido de poder, uma vez que pressupõe uma capacidade de intervir. Em outras palavras, “a ação depende da capacidade do indivíduo de ‘efetivar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘efetivar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 2009, p. 17).

Além da posição ontológica dada às duas categorias, agência e estrutura, aqui a da negação do epifenomenalismo, traço que a abordagem estruturacionista compartilha com a morfogênese (ARCHER, 1995), o segundo aspecto ontológico de maior importância é a *relação* entre ambas as categorias (WENDT, 1987), apresentado de maneira implícita até agora. É neste quesito que as duas abordagens diferem, no trato da questão separabilidade/inseparabilidade no cerne da relação agente-estrutura.

A Teoria da Estruturação desenvolve a tese da *inseparabilidade*, sustentando que o agente e a estrutura somente podem ser conceitualizados um em relação ao outro. A noção de *dualidade da estrutura* expressa essa inseparabilidade, pois implica uma *relação interna* entre o agente e a estrutura por meio de práticas sociais, em que as estruturas são constituídas pela agência humana e são, simultaneamente, o meio desta constituição. Na concepção de Giddens (2009),

Crucial para a idéia de estruturação é o teorema da dualidade da estrutura [...]. A constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma dualidade. De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam (p. 30).

A proposta de Giddens (2009) oferece uma diferenciação entre propriedades estruturais, reconhecendo uma importância para aquelas mais profundamente embutidas, pois teriam implicações na reprodução das totalidades sociais, conhecidas por *princípios estruturais*. E *instituições* seriam aquelas práticas, dentro das totalidades, com maior extensão espaço-temporal. A estrutura, por sua vez, estaria recursivamente implicada no *sistema social* – conceitualizado como relações sociais entre agentes reproduzidas através do tempo-espaço. E *estruturação* compreende uma análise dos modos como estes sistemas são produzidos e reproduzidos dentro da interação (GIDDENS, 2009).

### 2.3.1.1 Estruturacionismo nas Relações Internacionais

O mais claro exemplo da utilização da Teoria da Estruturação nas Relações Internacionais seria o Construtivismo Social. John G. Ruggie (1998) reconhece a influência da obra de Giddens no desenvolvimento da abordagem do Construtivismo Social, cuja ontologia social é apresentada por Wendt (1987) como uma alternativa para o campo das Relações Internacionais. Vale ressaltar que, embora trabalhe com a Teoria da Estruturação de Giddens, Wendt (1987) adota uma definição mais ampla do estruturacionismo, como ressaltado anteriormente. Uma primeira divergência é apontada pelo próprio autor na sua adoção do conceito de estrutura enquanto relações sociais a partir da obra de Roy Bhaskar, em detrimento da definição de Giddens.

No entanto, Wight (2006) aponta que há, no desenrolar da obra de Wendt, uma mudança na conceitualização utilizada pelo autor, pois passa a utilizar a definição de estrutura enquanto regras (negligenciando recursos), ressaltando o uso por outros construtivistas, notavelmente Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil, do conceito de estrutura posta por Giddens. No construtivismo, haveria também a conceitualização de estrutura enquanto significados intersubjetivos, uma subcategoria de

regras (WIGHT, 2006). No que diz respeito aos outros conceitos e à sua compreensão da relação entre as duas categorias, no entanto, não há divergência (WENDT, 1987).

Incluindo o Construtivismo em sua categorização, Neufeld (1993) coloca que uma das premissas fundamentais da abordagem interpretativa<sup>28</sup> é que todas as práticas sociais são constituídas por meio de significados intersubjetivos; e, com isso toda atividade social precisa ser interpretada, tanto por seus participantes imediatos, quanto por analistas. De acordo com Jeffrey Checkel (1998, p. 326), “também implícito em considerações construtivistas é um modelo de comportamento humano e estatal onde prevalecem ações governadas por normas e lógicas do apropriado<sup>29</sup>”. Nesse contexto, normas seriam compreensões coletivas que vão além da regulação do comportamento dos atores e constituiriam as identidades e os interesses dos mesmos.

No entanto, agentes criam significados intersubjetivos de maneira coletiva, formando, assim, as regras e normas da estrutura, no processo que Ruggie (1998) chama de intencionalidade coletiva. A soberania, (e outros significados intersubjetivos, como dinheiro e propriedade privada), existe dentro de um quadro de significados compartilhados que o reconhece como válido; ou seja, sua existência depende da compreensão dos agentes como tal. Porém, apesar de considerar uma ontologia de constituição mútua, onde nenhuma categoria é reduzida à outra, ou seja, em que agentes (Estados) e estruturas (normas globais) interagem, ao construtivismo faltaria uma teoria de agência (CHECKEL, 1998).

Checkel (1998) considera que o foco dado aos significados intersubjetivos, de caráter coletivo, pode ter levado muitos construtivistas a desconsiderarem a agência individual (não coletiva). Ao olharem para o Estado enquanto entidade unitária, teóricos construtivistas desconsideram o papel da política doméstica e, conseqüentemente, de atores individuais (e coletivos dentro do âmbito doméstico) na construção

---

<sup>28</sup> Neufeld (1993) desenvolve sua análise da contribuição interpretativista nas Relações Internacionais a partir de outro foco: a utilização do conceito de significados intersubjetivos, que o autor trabalha a partir da hermenêutica. Mas vale ressaltar que os teóricos que Neufeld (1993) categoriza como interpretativistas não necessariamente se identificam como teóricos da hermenêutica. No entanto, cabe mencionar a ligação que traz entre a conceitualização de significados intersubjetivos em sua explanação metateórica e aquela proposta por Giddens de regras (desconsiderando recursos) como componente da estrutura.

<sup>29</sup> “Also implicit in many constructivist accounts is a model of human and state behavior where rule-governed action and logics of appropriateness prevail.”

do Estado. Isso pode ser, em parte, devido à adoção acrítica por construtivistas do Estado como agente. Se referindo especificamente à obra de Wendt, Maya Zehfuss<sup>30</sup> (2004) coloca que:

Os Estados-agente existem *a priori*. Suas identidades são meramente refinadas na interação. Essas identidades levam a interesses específicos. Wendt é criticado com frequência pelas exclusões, especificamente por tornar exógeno o meio doméstico. Mais radicalmente, o autor é criticado por ignorar a gênese do sujeito. Jenny Edkins e Véronique Pin-Fat sugerem ser necessário ir além da exploração da ‘identidade’ uma vez que tais investigações pressupõem um sujeito pré-existente que adquire uma identidade na interação (p. 220, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Apontamento interessante, pois contrasta com a alegação construtivista de adotar uma ontologia estruturacionista, onde a constituição mútua de agente e estrutura exclui *a priori* a pré-existência de propriedades, como veremos mais para frente. O Estado-agente, portanto, não deveria ter uma existência *a priori*. E mesmo a negligência sofrida pelo agente na análise no processo de constituição mútua, como aponta Checkel (1998), ameaça enfraquecer a reivindicação estruturacionista do Construtivismo Social.

Olhando agora para a estrutura e o caráter anárquico do sistema internacional, Wendt (1999) argumenta que a anarquia não seria mais do que um receptáculo vazio, sem uma lógica intrínseca própria. Essa lógica seria uma função da estrutura. Argumentando a favor de uma conceitualização da estrutura a partir do social, uma vez que a decisão de atores sobre como agir leva em consideração os demais atores, as *ideias* destes atores em torno da natureza e dos papéis do Eu e do Outro formam os dois subconjuntos de estruturas sociais – ideias privadas e ideias

---

<sup>30</sup> Embora Maya Zehfuss desenvolva uma perspectiva pós-estruturalista, as críticas trazidas aqui pela autora apresentam uma compatibilidade teórica com a visão desenvolvida nesta dissertação.

<sup>31</sup> “State agents exist *a priori*. Their identities are merely refined in interaction. These identities then lead to specific interests. Wendt is frequently criticised for exclusions, especially for exogenizing the domestic realm. More radically, he is faulted for ignoring the genesis of the subject. Jenny Edkins e Véronique Pin-Fat suggest that it is necessary to go beyond an exploration of identity.”

compartilhadas<sup>32</sup>. Este subconjunto poderia ser denominado cultura (WENDT, 1999).

Fica explicitada a relação apresentada por Wight (2006) de significados intersubjetivos enquanto uma subcategoria de regras quando Wendt (1999) dá prosseguimento a esta definição de estrutura enquanto cultura, não só reconhecendo que na realidade a estrutura seria muito mais que isso, mas também utilizando o termo “normas culturais” ao desenvolver os níveis nos quais atores as observariam: (1) a força; (2) o preço; e (3) a legitimidade. Este terceiro nível de internalização da norma (a percepção de que as normas são legítimas) seria o único em que a cultura constituiria a identidade e os interesses dos atores. Os dois primeiros níveis afetariam somente o comportamento e as crenças dos mesmos.

A estrutura anárquica poderia tomar a forma de três tipos ideais, conforme a interpretação dos Estados. Eles poderiam interpretar o caráter da estrutura como sendo hobbesiana (em que prevaleceria a identificação do Outro em relação ao Eu como *inimigo*), lockeana (em que prevaleceria a identificação de *rival*) e a kantiana (em que prevaleceria a de *amigo*). A interpretação intersubjetiva da anarquia, de seu caráter, marcaria o comportamento dos Estados (WENDT, 1999).

Contudo, ao tomar a agência do Estado como um pressuposto, perde-se a oportunidade de trazer ao escrutínio a sua constituição e representatividade. Adota-se, subsequentemente, uma visão unitária do Estado que impede a intercessão do doméstico com o internacional em sua análise. Bieler e Morton (2001) demonstram uma contradição interna na tentativa de Wendt de reorganizar a teorização *mainstream* das RI, colocando que

De um lado, o autor reconhece que interesses e identidades do Estado não são exógenos à interação estatal, porém são intersubjetivamente constituídos e, portanto, fazem parte da estrutura como um todo. Daí, a anarquia no sistema internacional é o que os Estados fazem dela, e poderia potencialmente ser mudada pelas ações dos Estados (p. 11, tradução nossa.)<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Poderíamos intercambiar este pelo termo *significados intersubjetivos* como desenvolvido por Neufeld, 1993.

<sup>33</sup> “On the one hand, he acknowledges that state interests and identities are not exogenous to state interaction but intersubjectively constituted and, therefore,

Bieler e Morton (2001) argumentam, em contraposição a essa ontologia estruturacionista, que Wendt (1987) acaba por adotar uma concepção positivista do Estado, caindo em contradição à sua postulação de trazer uma dimensão crítica às RI (WENDT, 1987):

De outro lado, há, no entanto, uma clara predileção dentro da abordagem de Wendt por concentrar-se nos poderes causais e interesses do Estado. Os Estados continuam sendo os principais atores nas relações internacionais. Ademais, essa abordagem não desvia necessariamente das suposições racionalistas dos Estados-agente, mas, ao contrário, ensaia embasar essas suposições numa epistemologia intersubjetiva (p. 11-12, tradução nossa)<sup>34</sup>.

Se aceitarmos o postulado de Wendt (1987) de que a prática científica social precisa ser *crítica* para ser *científica*, as considerações de Bieler e Morton (2001) nos levariam a concluir de que a perspectiva construtivista de Wendt não seria científica. Dado que, ao pôr a política doméstica (e, conseqüentemente, a agência individual e a coletiva de nível doméstico) entre colchetes (*bracketing*), Wendt a exclui de fato. Esse ponto de partida (de atribuir agência ao Estado unitário) possibilita certas soluções e exclui outras (ZEHFUSS, 2004). Segue que pouca atenção é dada à identificação de contradições que levariam à mudança; o que se traduz num posicionamento de solução de problemas, e não crítico (BIELER; MORTON, 2001).

Tendo tratado algumas implicações da tentativa de adotar uma ontologia estruturacionista, vale desenvolver umas críticas postas ao esforço de solucionar o problema agente-estrutura.

---

part of the overall structure. Hence, anarchy in the international system is what states make of it which could potentially be changed by states' actions."

<sup>34</sup> "On the other hand, there is, however, a clear predilection within Wendt's approach to concentrate on the causal powers and interests of the state. States are still the main actors in International Relations. Moreover this approach does not necessarily depart from rationalist assumptions about state agents but, instead, attempts to ground such assumptions within an intersubjectivist epistemology".

### 2.3.1.2 Críticas à Teoria da Estruturação

A dualidade implicaria, de acordo com J. Smith e B. Turner (1986 apud ARCHER, 1995), num círculo vicioso, em que a estrutura pressupõe a agência e a agência pressupõe a estrutura. A estrutura ganharia uma existência virtual por meio do requisito de sua instanciação por agentes, não tendo uma existência independente do conhecimento destes. Agentes também não teriam propriedades anteriores ou autônomas em relação à estrutura, mas somente aquelas que se manifestariam e se reproduziriam/transformariam por meio das práticas sociais (ARCHER, 1982, 1995; BIELER; MORTON, 2001).

A noção de dualidade levaria ao que Archer (1995) denomina *conflação central* por compactar as duas categorias uma na outra, extinguindo, no processo, as distinções de suas propriedades. Da compactação segue a falta de escopo que permitiria desenvolver os intervalos de tempo diferentes em que trabalham agência e estrutura.

Apesar da afirmação contundente de Giddens (2009) de que a teoria social precisa trazer o tempo enquanto elemento à análise, a inseparabilidade não permite a sua inserção na análise da relação agente-estrutura. A dualidade não abre espaço para a compreensão, portanto, de que diferentes propriedades estruturais oferecem diferentes graus de resiliência em tempos diferentes, e que há mudanças no grau de voluntarismo e de determinismo através do tempo. Ademais, a Teoria de Estruturação de Giddens não oferece uma metodologia capaz de distinguir quando se deve esperar a reprodução (a continuação) ou a transformação (ARCHER, 1995; BIELER; MORTON, 2001).

A ‘ontologia das práxis’ do elisionismo, categoria esta que Archer (1995) cria para denominar a perspectiva da dualidade (na qual se encaixa o estruturacionismo de Giddens), se desenvolve a partir da percepção da necessidade de superar o dualismo do debate tradicional. Há uma preocupação na obra de Giddens (1979 apud ARCHER, 1982) com a superação de dicotomias e seus dualismos, recorrentes na teoria social: voluntarismo x determinismo; sujeito x objeto; e estático x dinâmico. Não abordaremos aqui cada um, por não entrar no escopo deste capítulo um aprofundamento de tamanha magnitude, porém trataremos a primeira dicotomia, pela recorrência que terá no restante do trabalho.

Para romper com o dualismo entre voluntarismo e determinismo, a Teoria da Estruturação trabalha com duas imagens contraditórias: a da *hiperatividade*, enquanto consequência inelutável do caráter transformador de regras e recursos, permitindo um alto grau de liberdade ao agente; e a imagem da *recursividade crônica*, onde agentes precisam,

necessariamente, utilizar-se de regras e recursos no intercâmbio social, reproduzindo-as, conseqüentemente, na interação.

O uso inescapável das estruturas sociais, pelos agentes, comprometeria todos com a reprodução estável de sistemas sociais. No entanto, a analogia com a gramática, utilizada para fundamentar a rigidez da estrutura, é enganosa na medida que regras e recursos não são tão bem organizadas como a gramática. Por outro lado, a ação não está tão bem integrada às propriedades estruturais, uma vez que certos comportamentos teriam efeitos irrelevantes, algumas ações maiores poderiam ter conseqüências triviais, e outras levariam a conseqüências agregadas e emergentes de alto alcance. Neste sentido, a Teoria da Estruturação não oferece uma maneira de trazer essa diferenciação à análise. A oscilação na obra de Giddens entre essas imagens advém de o autor não responder perguntas concernentes ao tempo (por não perguntar *quando*): quando podemos esperar que atores sejam transformadores e quando ficariam presos na replicação (considerando tanto graus de liberdade como severidade de constrangimentos, respectivamente) (ARCHER, 1982)?

Há, na Teoria da Estruturação, uma inclinação voluntarista advinda de um reducionismo explicativo que tende a reduzir efeitos ao exercício de poder por determinados atores, possível de se verificar nos três níveis de análise postas por Giddens (2009). A existência virtual de **propriedades estruturais** depende do poder da agência para sua instanciação e independe da *natureza* da propriedade em si; conseqüentemente, não há como diferenciar a maleabilidade das propriedades. **Instituições** seriam antes produtos da agência do que coisas a serem confrontadas e a durabilidade dos constrangimentos nunca se vê refletida na recursividade institucional. Apenas no nível de **sistemas sociais** vemos conseqüências não intencionadas da ação ultrapassarem os efeitos recursivos da dualidade da estrutura. Isto levaria a produção de que alguns chamaram de *propriedades emergentes*, mas que na Teoria da Estruturação é chamado de *propriedades auto-reguladoras* (ARCHER, 1982). E mesmo aqui, Giddens (1979 apud ARCHER, 1982) afirma que vale mais focar nos efeitos facilitadores. Em suma, na avaliação de Archer (1982), a tentativa de transcender o dualismo voluntarismo-determinismo por meio do conceito de dualidade da estrutura resulta, de fato, na junção dos dois e não é, portanto, bem-sucedida.

Ao ensaiar uma solução para o problema agência-estrutura, além dos argumentos acima apresentados, a Teoria da Estruturação falha também por a noção de dualidade de estrutura se desenvolver a partir de uma resignificação do termo *estrutura*. Ao definir sistema social como

relações sociais, Giddens (2009) está realocando a definição para fora de seu uso corrente de estrutura. Ou seja, o dualismo tradicional agência-estrutura (que se traduziria como agência-sistema social na obra de Giddens) não é trabalhada pelo autor. Soluciona-se o problema agência-estrutura redefinindo a categoria de estrutura (BIELER; MORTON, 2001; ARCHER, 1995), e isso não sem problemas. E a emergência, que descarta por considerar um vício de reificação, acaba adentrando nesta mesma estrutura, ressignificada em sua obra como sistema social, como propriedades auto-reguladoras.

Um ponto de contenda que merece escrutínio nas Relações Internacionais é a relação da Teoria da Estruturação com o Realismo Científico de Bhaskar. Esta relação e a maneira como Wendt (1987) a desenvolve dentro de uma complementaridade que validaria a noção de dualidade se mostra problemática quando vemos que Archer (1995) desenvolve a Abordagem Morfogenética e sua visão dualística também a partir das obras de Bhaskar. Wight (1999, 2006) critica o argumento da compatibilidade entre as obras de Giddens e Bhaskar, colocando que

Para Giddens, a estrutura é um efeito epifenomenal de agentes e somente tem um ‘status virtual’ que somente é instanciado nas práticas de agentes. Bhaskar, ao contrário, rejeita essa visão subjetivista da estrutura e argumenta consistentemente que a estrutura se refere a ‘relações sociais internas e externas’. É por esta razão que Bhaskar [1983] argumenta estar mais inclinado a dar um status ontológico mais forte às estruturas sociais que Giddens (1999, p. 117, tradução nossa)<sup>35</sup>.

Embora dentro da teoria social haja um consenso em torno da não compatibilidade entre as preposições metateóricas de Giddens e Bhaskar, os teóricos do problema agente-estrutura no campo das Relações Internacionais não questionam essa premissa de compatibilidade (WIGHT, 1999). Em seguida, desenvolveremos os argumentos a favor do

---

<sup>35</sup> “For Giddens, structure is an epiphenomenal effect of agents and has only a ‘virtual status’ which is only instantiated in the practices of agents. Bhaskar, on the other hand, rejects this subjectivist view of structure and consistently argues that structure refers to ‘internal and external social relations’. It is for this reason that Bhaskar argues that he is inclined to give a stronger ontological status to social structures than Giddens is prepared to do.”

dualismo analítico, mais em linha com a obra de Bhaskar (BIELER; MORTON, 2001), e a proposta da Abordagem Morfogenética.

### 2.3.2 *Emergentismo e a Abordagem Morfogenética de Archer*

A segunda perspectiva que surgiu das tentativas de superar o debate entre individualismo e coletivismo foi o emergentismo, segundo a denominação de Archer (1995). Compartilha com o elisionismo a negação aos termos do debate original, em especial a não designação de uma precedência ontológica à agência ou à estrutura. Diferencia-se, contudo, na compreensão da relação entre ambos, defendendo a superioridade do dualismo analítico sobre a dualidade da estrutura. A questão é se deveríamos enxergar agência e estrutura como uma moeda de duas faces<sup>36</sup> (dualidade) ou se seriam duas moedas separadas (dualismo), e como desenvolver a dialética entre as duas. O emergentismo defende, ao contrário do elisionismo, a separabilidade das duas categorias, passo necessário para examinar a interação<sup>37</sup> entre agência e estrutura. Archer (1995) explica que,

Ao discutir “estrutura” e “agência”, eu estou falando sobre uma relação entre dois aspectos da vida social que, seja lá o quão intimamente entrelaçados estão (como na nossa experiência individual com, digamos, o casamento), são, no entanto, analiticamente distintos. Poucos discordariam dessa caracterização da realidade social como as duas caras de Jano: de fato, muitos concluíram rápido demais que a tarefa seria, portanto, de como olhar para as duas caras da medalha de uma vez. É precisamente esta noção metodológica de tentar espiar os dois simultaneamente que é evitada aqui, pelo motivo básico de que eles não são nem coextensivos nem

---

<sup>36</sup> É comum também, na literatura, a analogia entre a dualidade e a cara de Jano, Deus grego com duas faces (BIELER; MORTON, 2001; ARCHER, 1995).

<sup>37</sup> Interessante notar que Archer (1995) utiliza o vocábulo *interplay* no inglês para designar essa interação entre agente e estrutura, especificamente para identificar a maneira em que ambos se relacionam dentro do emergentismo, talvez para desenhar a imagem do jogo que seria essa interação. Destaca-se, também, o fato de a autora deixar o termo *interaction* para se referir à interação entre agentes, como o faz Giddens (2009).

covariantes no tempo [...] (p. 65-6, tradução nossa)<sup>38</sup>.

O dualismo analítico pressupõe, para a realização desta análise, uma (1) pré-existência<sup>39</sup>, uma vez que cada categoria teria propriedades não reduzíveis à outra, (2) uma autonomia relativa e (3) uma influência causal na relação dos dois fatores (ARCHER, 1995).

Enquanto o elisionismo se desenvolve em torno da noção de constituição mútua<sup>40</sup> do agente e da estrutura, o emergentismo dirige seu olhar para os processos por meios dos quais um modela e remodela o outro através do tempo. É este foco que permite a explicação de resultados sociais variáveis em tempos diferentes. Uma dada agência e uma dada estrutura são distinguíveis por ocuparem e operarem através de intervalos de tempo diferentes. A separabilidade temporal permite, portanto, especificar quem seriam os agentes cujas atividades teriam moldado uma dada estrutura (ARCHER, 1995).

A Abordagem Morfogenética, por sua vez, adota duas proposições acerca da separabilidade temporal na interação entre agente e estrutura: (1) a estrutura pré-data as ações que a transformam; e (2) a elaboração estrutural pós-data as mesmas, como ilustrado na Figura 1 abaixo.

---

<sup>38</sup> “When discussing ‘structure’ and ‘agency’, I am talking about a relationship between two aspects of social life which, however intimately they are intertwined (as in our individual experiences of, say, marriage), are none the less analytically distinct. Few would disagree with this characterization of social reality as Janus-faces: indeed, too many have concluded too quickly that the task is therefore how to look at both faces of the same medallion at once. It is precisely this methodological notion of trying to peer at the two simultaneously which is resisted here, for the basic reason that they are neither co-extensive nor co-variant through time [...]”.

<sup>39</sup> Por pré-existência, entendemos uma existência prévia à relação, que não deve ser confundida com a precedência ontológica, onde haveria pré-existência de uma categoria (agência ou estrutura).

<sup>40</sup> Vale notar a ambiguidade no uso deste termo. Tem aqueles, como Archer (1995) e Bieler e Morton (2001) que reservam o uso do termo para a abordagem estruturacionista, talvez por enxergar no mesmo uma relação fechada dentro de uma dualidade. O termo “constituição” traria, então, uma conotação de origem, de relação direta de criação, o que contrasta com os vocábulos utilizados por Archer (1995), tais como *condicionar* e *elaborar*, que conotam mais uma influência, permitindo a existência de outros fatores na constituição. Essa compreensão seria mais condizente com o dualismo analítico desenvolvido pela autora. Wight (2009) utiliza o termo de maneira mais abrangente, assim como o faz Wendt (1987).

**Figura 1** – Ciclo Morfogenético/stático e suas três fases

Condicionamento Estrutural

---

T<sup>1</sup>

Interação social

---

T<sup>2</sup>

T<sup>3</sup>

Elaboração Estrutural (Morfogênese)

---

Reprodução Estrutural (Morfofase)

T<sup>4</sup>

Fonte: ARCHER, 1995.

A figura do ciclo morfogenético/stático deve ser apreciado a partir de seu valor analítico, uma vez que não pretende afirmar haver rupturas temporais, mas reconhece que as linhas acima são, na realidade, contínuas. O ciclo morfogenético/stático compreende três fases, ou quatro momentos específicos (também de valor analítico, tidos na Figura 1 como T<sup>1</sup>, T<sup>2</sup>, T<sup>3</sup> e T<sup>4</sup>), começando por uma dada estrutura que teria condicionado os agentes presentes (T<sup>1</sup>). (Vale notar que é possível falar em uma *dada* estrutura somente em relação aos que a estejam vivendo/tenham vivido em um *dado* momento, uma vez que essa *dada* estrutura teria passado por um processo de elaboração passada –teria sido “feita” – por agentes no passado).

A título de exemplo, Archer (1982, 1995) apresenta o esforço para erradicar o analfabetismo em Cuba após a revolução de Castro, condição que o líder cubano teria planejado eliminar por meio da tática “cada um ensina um”. Uma estrutura inicial diz respeito à distribuição inicial de uma propriedade, neste caso a alfabetização e sua distribuição a uma pequena parcela da população. Essa estrutura (distribuição da alfabetização) inicial condicionaria o tempo necessário para sua erradicação, seguindo um plano específico. Se começarmos com uma taxa de alfabetização de 5% e considerarmos uma média de um ano para que um adulto seja alfabetizado, depois de um ano teríamos 10% de alfabetizados, 20% após dois anos, terminando o processo dentro de cinco anos.

Esse padrão exponencial de mudança é mais fácil desenvolver a partir de habilidades, porém mais complexo quando uma propriedade distribui interesses objetivos diferentes no momento T<sup>2</sup>, início da fase de interação social. Veríamos, aqui, uma resistência temporal da estrutura no que esta condiciona o contexto de ação. Uma influência condicional seria a divisão da sociedade em grupos sociais com interesses antagônicos; antagônicos por uns se interessarem pela manutenção e outras pela

mudança da propriedade em questão. É preciso saber, no entanto, se essas influências estruturais se estendem (1) por resistirem pressões coletivas, (2) por representarem interesses dos que detêm o poder ou (3) por serem apoiados psicologicamente pela população, uma vez que nem toda regularidade institucional resulta de uma sedimentação profunda. Esta distinção permite avaliar possibilidades de transformação e questionar *quando* ocorreriam (ARCHER, 1982 e 1995).

Na fase de interação (momentos  $T^2$  a  $T^3$ , demarcando o início e o fim da fase), que ocorre em contexto pré-estabelecido, a agência exerce uma influência temporal e uma direcional. O fim de influências estruturais anteriores pode ser acelerado, desacelerado ou prevenido por meio do (1) comprometimento popular e da (2) falta de entusiasmo, habilidade ou vontade. No caso cubano, esses fatores diriam respeito tanto aos analfabetos quanto aos alfabetizados, uma vez que a vontade e habilidade seriam requisitos para ambos os lados, influenciando temporalmente o desfecho do projeto. Agentes podem, mesmo considerando o condicionamento anterior, exercer uma influência direcional nas definições culturais que afetarão, substancialmente, a elaboração estrutural (momento  $T^4$ ). Caberia compreender aqui, no caso cubano, a maneira em que o alfabetismo é definido (ARCHER, 1984 e 1995).

Para além da erradicação de uma propriedade estrutural anterior (como o analfabetismo), supondo a efetividade das ações na interação social (momentos  $T^2 - T^3$ ), a transformação produzida no momento  $T^4$  abriria todo um leque de novas possibilidades sociais, algumas das quais já teriam começado a se manifestar entre os momentos  $T^2$  e  $T^4$ . Este ciclo de elaboração estrutural, no entanto, representa também o começo de um novo ciclo morfogenético, pois apresenta um novo conjunto de influências condicionantes sobre a próxima fase de interação, e estas poderiam ser constrangedoras ou facilitadoras. O  $T^4$  representaria, portanto, o novo  $T^1$  (ARCHER, 1984 e 1995). A Abordagem Morfogenética desenvolve uma metodologia que permite compreender e explicar não só a transformação, mas também a continuidade, uma vez que o processo descrito acima pode levar à reprodução e não à transformação, no que Walter Buckley (1968 apud ARCHER, 1984) denomina morfostase. Enquanto a morfogênese se refere aos processos que tendem a elaborar ou mudar a forma, estrutura ou estado de um sistema, a morfostase se refere aos processos que influenciam a sua preservação ou manutenção (ARCHER, 1982).

## 2.4 Considerações Finais

Diferentemente de teorias/abordagens substantivas, como as trabalhadas neste capítulo (Neorealismo, Sistemas-Mundo, Construtivismo) para exemplificar posturas onto-metodológicas antagônicas, uma teoria/abordagem analítica oferece uma perspectiva a respeito dos tipos de entidades existentes no mundo social e uma maneira pela qual a relação destes deveria ser conceitualizada. A teoria ou abordagem analítica nos ofereceria, portanto, um quadro conceitual ou uma metateoria sobre a qual se desenvolve a teoria substantiva (WENDT, 1987).

O enfoque deste capítulo se direcionou para o desenvolvimento de um debate metateórico entre teorias/abordagens analíticas, a partir de uma breve apresentação da discussão travada neste segmento da teoria social. O Quadro 1 abaixo apresenta alguns dos principais pontos de divergência entre o Emergentismo, com foco na Abordagem Morfogenética, e o Elisionismo, centrado na Teoria de Estruturação.

**Quadro 1** – Principais diferenças entre Emergentismo e Elisionismo

	<b>Emergentismo</b>	<b>Elisionismo</b>
<b>Conceito Central</b>	Dualismo analítico → Modelação/Remodelação Mútua	Dualidade da Estrutura → Constituição Mútua
<b>Relação Agente- Estrutura</b>	Separabilidade <i>analítica</i> ; → Relação externa	Inseparabilidade → Relação Interna
<b>Precedência ontológica</b>	Nega epifenomenalismo	Giddens: Nega epifenomenalismo Wight: Estrutura é epifenomenal e teria status virtual, apenas instanciada na prática dos agentes
<b>Estrutura</b>	Relações sociais (Segue definição de Bhaskar)	Regras e recursos (Relações sociais = sistema social)
<b>Conceito de Constituição do Sistema</b>	Morfogênese– processos que tendem a elaborar ou mudar a forma, estrutura ou estado de um sistema	Estruturação – modo pelo qual os <i>sistemas sociais</i> são produzidos e reproduzidos dentro da interação
<b>Relação com Fator Tempo</b>	Tempo é importante	Tempo é importante

	→ Variação temporal entre graus de voluntarismo e de determinismo → Agência e estrutura trabalham em intervalos diferentes	→ Agente e estrutura são covariantes no tempo
<b>Conceitualização da Relação</b>	Relação agente-estrutura enquanto processo	Relação agente-estrutura enquanto práxis sociais

Fonte: Elaboração própria, com base em Giddens (2009), Archer (1995), Bieler e Morton (2001) e Wight (1999)

Para compreender as divergências e as consequências analíticas entre o Emergentismo e o Elisionismo, é importante também ter uma firme compreensão das semelhanças. Embora seja a Teoria da Estruturação que trabalhe com o termo *co-constituição*, a noção de que o agente molda a estrutura e a estrutura o agente está explícito em ambas as abordagens. Ou seja, mais do que termo, é necessário apreender o que se entende pelo mesmo *dentro desta teoria analítica*. Neste sentido, *co-constituição* implica uma relação interna, uma inseparabilidade; enquanto os termos *modelação/remodelação* implicam uma relação externa, uma separabilidade analítica. Mais especificamente, o conceito de *co-constituição* impediria a análise da *interação* entre o agente e a estrutura e dos *efeitos* que um tem sobre o outro e que ambos têm sobre a estabilidade e a mudança em um dado momento (ARCHER, 1995).

Após a breve exposição dessas duas abordagens metateóricas, constatamos uma força metodológica superior na Abordagem Morfogenética, fundamentada na compreensão oferecida sobre o dualismo analítico. Dentre a extensa obra de Giddens, referimo-nos aqui apenas aos aspectos da Teoria da Estruturação que tratam da relação agente-estrutura e da (re)definição da estrutura; isto é, daquilo que se traduz no conceito de dualidade da estrutura, precisamente em relação ao conceito de dualismo analítico.

A força analítica da Abordagem Morfogenética se reforça sobre as seguintes contribuições: (1) a especificação de graus de liberdade e severidade de constrangimentos possibilitaria a teorização a respeito de variações entre voluntarismo e determinismo, assim como suas consequências; e (2) a separação analítica entre estrutura e interação (em ciclos morfogenéticos/státicos) seria necessária para a teorização sobre a estruturação e reestruturação na temporalidade (ARCHER, 1982).

Nos seguintes capítulos, questionaremos se haveria compatibilidade entre a Abordagem Morfogenética de Archer (1995) e a

Teoria Crítica neogramsciana de Robert Cox (1987, 1996); entre a Abordagem Morfogenética e a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de Ruy Mauro Marini (2000, 2012, 2013); e por fim, se há compatibilidade/complementariedade entre a TMD e a Teoria Crítica neogramsciana de Cox. Ao questionar se há compatibilidade, voltaremos nosso olhar para a ligação tripartite entre ontologia social, metodologia e teoria social prática.

### 3 TEORIA CRÍTICA NEOGRAMSCIANA: ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

La América española es original, originales han de ser sus instituciones y su gobierno, y originales sus medios fundar uno y otro. O inventamos, o erramos

- Simón Rodríguez (S/d apud MARINI, 2013)

O torno que dá engrenagem à teoria crítica é o olhar determinado para a mudança; é a curiosidade que nos leva a questionar como o mundo se transforma. Subjacente à obra de Robert Cox (1981, 1983, 1987, 1996), essa preocupação transmuta-se ao campo das Relações Internacionais (RI) com sua participação por meio de sua exposição de uma vertente neogramsciana da Teoria Crítica.

Embora outros neogramscianos tenham contribuído ao campo das RI com leituras também dinâmicas e enriquecedoras, valeremo-nos aqui principalmente das obras de Cox por dois motivos. Em primeiro lugar, por seu arcabouço conceitual oferecer possibilidades analíticas práticas e com firme sustentação teórica. Segundo, por ter conseguido agregar às principais contribuições de Antônio Gramsci (1999, 2000a, 2000b, 2001, 2004), para o seu eventual desenvolvimento no campo das Relações Internacionais.

O interesse no arcabouço coxiano surgiu, também, a partir de uma introspecção a respeito de pontos de intercessão promissores entre o mesmo e a vertente marxista da Teoria da Dependência (TMD). A Teoria Crítica Neogramsciana (TCN), na maneira como foi apresentada por Cox, não confronta a dependência e o subdesenvolvimento como objetos de análise, assim como o faz a TMD. No entanto, do fato de uma empreitada não ter sido ensaiada não segue que a mesma seja inviável. Este capítulo terá, portanto, dois objetivos principais: (1) demonstrar a riqueza do arcabouço conceitual coxiano, amparado em algumas das principais contribuições de Gramsci; e (2) tirar contribuições para pensarmos as problemáticas da dependência e do subdesenvolvimento a partir das obras de Cox (1981, 1983, 1987, 1996) e Gramsci (1999, 2000a, 2000b, 2001, 2004).

No que tange à compatibilidade entre a Abordagem Morfogenética de Archer (1982, 1995) e a Teoria Crítica Neogramsciana de Cox (1981), doravante TCN, apoiaremos-nos no excelente trabalho desenvolvido por Andreas Bieler e Adam D. Morton (2001), a partir de onde se firma nossa convicção da força analítica da TCN, sob a qual jaz um elo onto-método-teórico sólido. Como destacado na Introdução, a

solidez de uma teoria prática jaz justamente na ligação que sustenta com sua ontologia e sua metodologia (ARCHER, 1995).

### 3.1 Quadro teórico de Cox/Gramsci

De acordo com Cox (1981), há cinco premissas básicas na conformação de uma teoria crítica, as quais considera-se estar de acordo com as contribuições de Archer (1995), delineadas na Introdução deste trabalho: (1) toda e qualquer ação nunca seria absolutamente livre, uma vez que ocorreria dentro de um quadro de ações; (2) por a teoria ser formada também pela problemática, é imprescindível que passe sempre por um processo de renovação; (3) o quadro de ações muda através do tempo e a teoria crítica se empenha para apreender essas mudanças; (4) este quadro toma a forma do que o autor denomina *estruturas históricas* e tem caráter não determinista; e (5) a análise desta estrutura não deve ser desenvolvida a partir de seu equilíbrio ou de sua reprodução, senão a partir dos conflitos que abrem possibilidades para a sua transformação.

Estas premissas da TCN veem ao encontro com as proposições expostas por Archer (1995) em torno de dois eixos. O eixo **metateórico**, que vê na utilidade da teoria prática uma necessidade de se defrontar com a realidade, ideia reiterada por Gramsci (1999) na compreensão de que o desenvolvimento da autoconsciência do “*homem*” ativo traz consigo a unificação da teoria e da prática, ou seja, “a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitário” (p. 104). O eixo **ontológico**, que reconhece um espaço para a agência num ambiente de constrangimentos em dinâmica contínua.

No entanto, há dois pontos que poderiam potencialmente inviabilizar o diálogo entre essas contribuições: a abrangência do modelo metodológico morfogenético/estático, que permite o olhar tanto para a transformação (a morfogênese) quanto para a reprodução (a morfostase), demonstrado na Figura 1 do capítulo anterior, considerando a importância para a teoria crítica da transformação; e a crítica de Archer (1982) de que a mudança pode advir de outros “mecanismos amplificadores de desvios” que não necessariamente envolvem conflito, mas que podem contribuir à construção de estruturas. Este segundo ponto, embora abra um espaço para se pensar outros processos que amplificariam uma faísca acidental inicial, como a autora coloca, não nega a centralidade atribuída às contradições enquanto torno que dá engrenagem à mudança.

Segue, portanto, o caráter prescindível deste debate ao objeto aqui a ser desenvolvido<sup>41</sup>. O primeiro ponto, assim como o segundo, não nega o fundamento da teoria crítica de apontar a necessidade prática de se olhar para a transformação. Permite, ao contrário, verificar o porquê da ausência de mudança em vários momentos; reconhece, portanto, a relação diacrônica entre a reprodução e a transformação; e, digamos mais, oferece uma resposta à crítica à TMD de que esta negligenciaria a mudança por supostamente trabalhar a reprodução. Resumindo, analisar como um sistema se reproduz em si não inviabiliza a tarefa complementar de analisar também possibilidades para a sua transformação.

A TCN traz três meios pelas quais a força é exercida, delimitadas no marco conceitual como *categorias de forças*: capacidades materiais, ideias e instituições (Fig. 2). As *capacidades materiais* podem se apresentar em forma dinâmica, tais como capacidades tecnológicas ou organizacionais, ou em forma acumulada, isto é, recursos naturais suscetíveis a transformação por tecnologia, estoques de equipamentos, que incluiria tanto armamentos quanto indústrias, e a riqueza que os movimentam (COX, 1981).

A categoria de ideias também se subdivide em duas. Os *significados intersubjetivos* dizem respeito a noções compartilhadas sobre a natureza das relações sociais que tendem a se perpetuar em hábitos e expectativas sobre o comportamento de terceiros. Cox (1981) apresenta como exemplo a noção de que somos organizados e comandados por Estados que detêm autoridade sobre territórios delimitados, determinando, com isso, um certo escopo de ação, uma vez que gera uma gama de hábitos não somente aceitáveis como esperados.

Toda noção compartilhada, no entanto, é historicamente determinada e, mesmo que dure por um tempo indefinido aprioristicamente, sofre pressões e traz variedade em sua força através do tempo. Esta noção de Estado não foi sempre dominante, não esteve sempre presente e não permanecerá. Vale destacar, aqui, a relação desta conceitualização com a abordagem hermenêutica em geral e com os interpretativismos das Relações Internacionais em particular. Cox (1981) ensaia a construção de uma ponte entre estes e as contribuições marxistas ao adotar uma definição interpretativista desta subcategoria de ideias dentro de uma configuração que relaciona estas superestruturas a estruturas econômicas, i.e. ideias à composição orgânica do capital (capacidades materiais).

---

<sup>41</sup> Para pensar outros mecanismos amplificadores de desvios, cf. MARUYAMA, 1963 apud ARCHER, 1982.

A segunda subcategoria, a de *imagens coletivas*, tem uma abrangência mais limitada. A imagem coletiva circunscreve o modo pelo qual um grupo social específico enxerga a natureza e a legitimidade da ordem política prevalecente (COX, 1981). A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) poderiam representar tentativas de institucionalizar, entre sul-americanos e latino-americanos/caribenhos respectivamente, uma imagem coletiva que vê na solidariedade, na cooperação e nas consultas mútuas instrumentos importantes para enfrentar uma deficiência na soberania e a desigualdade estrutural da ordem internacional vigente.

A opção colocada em círculos latino-americanos de esquerda entre a integração e a morte expressa não só uma exigência estrutural para a ampliação do espaço de manobra, isto é, de ampliação do poder de agência, como carrega em seu cerne a síntese de uma imagem coletiva latino-americana que remonta ao projeto da Pátria Grande de Simón Bolívar. As imagens coletivas são diversas e o estudo de seus confrontos apresenta alternativas para o desenvolvimento da ordem social, bem como permite o questionamento das possíveis bases materiais e institucionais para a emergência de uma estrutura alternativa (COX, 1981).

O terceiro meio, ou categoria de força, é a instituição – ou a institucionalização –, que tende a reforçar uma ordem particular, apresentando-se como um reflexo de relações de poder prevalecentes e que tende a ser a expressão de uma imagem coletiva dominante, embora possa também se tornar um campo de batalha entre imagens coletivas divergentes (COX, 1981).

O Mercosul poderia servir de exemplo para melhor compreendermos a categoria explicada acima, onde há aqueles que defendem um Mercosul liberal, que se limitaria a uma integração comercial, e outros que buscam ampliar os horizontes da instituição não só com um olhar para a integração produtiva, mas também ao aumentar os espaços de organização social por meio do Mercosul Social, o Mercosul Operário e o Mercosul Indígena, órgãos que buscariam trazer a participação de diferentes segmentos sociais para o desenvolvimento de um Mercosul mais inclusivo<sup>42</sup>.

É importante ressaltar que a mera criação desses órgãos não se traduz automaticamente na realização de (nem na tentativa séria de se realizar) os objetivos declamados. Como coloca Cox (1981),

---

<sup>42</sup> A efetividade e o poder dos mesmos precisariam, em outro momento, ser analisados.

acertadamente, instituições tendem a tomar vida própria, podendo tornar-se campos de batalha ou estimular a criação de instituições rivais.

No caso do Mercosul, defendemos que nos deparamos com ambos os casos. O primeiro, em que a instituição se torna um campo de batalha, já explicitado anteriormente, não carece de mais desenvolvimento. O segundo, por sua vez, testemunhamos na criação da Aliança do Pacífico, instituição liberal que, além de enfrentar o neodesenvolvimentismo mercosulino, também abre um espaço fora do escopo da liderança (e ensaio de hegemonia?) brasileira, ao dotar os Estados Unidos com um assento privilegiado de observador, ação que vai na contracorrente da visão de uma necessidade de buscar maior autonomia e soberania adotada pelas demais novas instituições da região (Mercosul, Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – ALBA, UNASUL, CELAC). A categoria de instituição teria, portanto, uma relação mais estreita com a subcategoria de imagens coletivas por apresentar espaços consistentes com as relações de poder por elas defendidas.

A configuração particular de um dado momento histórico representa o que Cox (1981) denomina *estrutura histórica*. A relação entre as forças numa dada configuração é multilinear, apresentada na Figura 2, e o grau de influência de uma sobre a outra ou a predominância desse fluxo são questões a serem apreendidas através de uma análise histórica. Encontramos aqui um dos pontos fulcrais da influência de Gramsci na TCN: uma preocupação imperativa de varrer da análise qualquer mecanicismo ou determinismo, que romperia com uma leitura historicista. Na leitura positivista, segundo Gramsci (1999), a cientificidade de uma metodologia historicista traria como requisito a “previsão” do futuro. A preocupação advém de um empreendimento que buscaria as causas essenciais; isto é, as causas das causas. No entanto, seria:

[...] possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados das forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzíveis a quantidades fixas” (1999, p. 121). Haveria previsão, portanto, somente “na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar o resultado ‘previsto’. A previsão revela-se, portanto, não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão

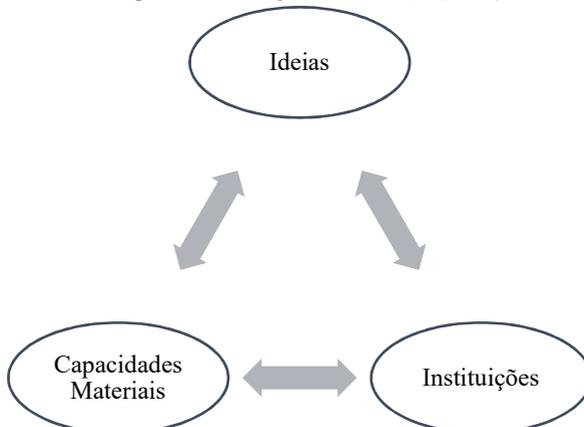
abstrata do esforço que se faz, o modo prático de se criar uma vontade coletiva (1999, p. 22).

Por o conhecimento se limitar ao que foi ou mesmo ao que é, a previsão não pode passar de um ato prático, diferentemente daquilo defendido pelo positivismo. Colocar o problema da previsibilidade nesses termos permite a crítica ao causalismo mecânico (GRAMSCI, 1999). Busca-se, com isso, desconstruir/limpar/varrer da análise historicista qualquer resquício de fatalismo advindo de uma heurística/leitura estruturalista/mecanicista.

Como bem aponta Gramsci (1999, p. 140), o prefácio à *Crítica da Economia Política* permite “eliminar qualquer mecanicismo e qualquer traço de superstição ‘milagrosa’” de uma leitura da obra de Karl Marx, o que diferencia o que Gramsci denomina *filosofia da práxis*, ou materialismo histórico, de um materialismo vulgar.

O suposto fatalismo na obra de Marx precisa ser analisado a partir da concepção gramsciana de previsibilidade; não da concepção positivista, mas sim enquanto um “modo prático de criar uma vontade coletiva”. A concepção fatalista da filosofia da práxis teria tido uma função histórica em um determinado momento da luta de classes. Essa “religião dos subalternos”, o mecanicismo, no entanto, se revela um perigo a ser combatido na construção de uma hegemonia dos trabalhadores enquanto grupo dirigente (GRAMSCI, 1999).

**Figura 2 – Categorias de Força (TCN)**



Fonte: Adaptado de COX, 1981

Gramsci (2000b) volta à questão do economicismo no Caderno XIII, onde propõe uma investigação sobre as crises econômicas e o questionamento sobre se estas seriam as causas determinantes imediatas das crises históricas fundamentais. A conclusão a que chega é que o fator econômico oferece apenas um aspecto parcial da resposta, referente à questão mais ampla das relações de força. Contrária à simplificação da questão em termos de relações de força favoráveis/desfavoráveis, sua concepção defende a necessidade de desenvolver as distinções entre os graus ou momentos de relações de força (Fig. 3).

O primeiro grau, o de *relações de forças econômicas*, liga-se de maneira mais estreita à estrutura, pois é objetiva e independe da vontade das pessoas, dos agentes. Em sua base jaz o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção (GRAMSCI, 2000b). Até aqui comparável à categoria de força de capacidades materiais da TCN, Gramsci (ibid.) vai além ao afirmar que na análise deste momento jaz a possibilidade de se questionar a viabilidade das ideologias correntes, se há ou não as “condições necessárias e suficientes para sua transformação” (p. 40).

O segundo, o grau de *relação de forças políticas*, questiona o nível de organização e de homogeneidade na autoconsciência alcançados. A consciência coletiva, ou a autoconsciência coletiva, na perspectiva gramsciana, se subdivide em três graus ou momentos.

Há o *momento econômico-corporativo*, que se define como o momento em que o grupo profissional adquire uma unidade homogênea, uma consciência de grupo limitada à categoria, em conjunto com a necessidade de se organizar. Quando essa consciência coletiva se amplia ao *momento de solidariedade*, todos os membros do grupo social, da classe, enxergam uma necessidade de solidariedade de interesses, mas ainda circunscrita ao campo econômico. Com a superação dos interesses corporativos da esfera econômica, e o desenvolvimento dos interesses de grupos subordinados, entra-se na esfera política, no desenvolvimento do *momento hegemônico*.

Presenciamos, aqui, a passagem da esfera da estrutura para a das superestruturas complexas. Ideologias passam a se representar em partidos que se confrontam e lutam até que um consiga prevalecer. Para além da unicidade nas esferas econômica e política, desenvolve-se também unidade nos campos intelectual e moral. E as principais questões postas pelo grupo hegemônico passa do plano corporativo ao campo universal (Gramsci, 2000b). Discorrendo sobre a questão meridional e construção de uma hegemonia proletária na Itália, Gramsci (2004) exemplifica o momento da relação de forças políticas:

O proletariado tinha de assumir essa orientação a fim de que ela pudesse ter eficiência política. Isso é evidente: nenhuma ação de massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados. O que isso significa? Que não só devem ser superadas as distinções entre as diferentes profissões [momento econômico-corporativo], mas que é preciso – para conquistar a confiança e o consenso dos camponeses e de alguns segmentos semiproletários das cidades [isto é, para atingir o momento hegemônico] – superar alguns preconceitos e vencer determinados egoísmos que podem subsistir e subsistem na classe operária enquanto tal [no momento de solidariedade], mesmo quando já desapareceram em seu seio os particularismo de profissão. O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, marceneiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria destes estratos sociais. Se não conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente (p. 415-6).

O embate entre imagens coletivas na TCN se aproxima do grau de relação de forças políticas no confronto entre ideologias em especial no seu terceiro momento, o de construção da hegemonia. Antes de avançar, vale ressaltar que não se pretende aqui encaixar uma categoria dentro de outra, uma vez que tal procedimento negaria a fluidez presente em ambos os marcos conceituais, mas de compreender as conexões entre elas. Podemos compreender o desenvolvimento dos diferentes momentos de autoconsciência coletiva como diferentes graus no desenvolvimento de imagens coletivas, um procedimento analítico não empreendido por Cox, embora também não antagonico à sua teorização.

Vale ressaltar a semelhança entre o papel do embate nos momentos específicos assinalados acima. A subcategoria de significados intersubjetivos, por sua vez, não encontra seu semelhante neste grau de relação de forças, mas tampouco apresenta antagonismo ou divergência

analítica com o mesmo. E a terceira categoria de forças da TCN, as instituições, também não encontra seu par neste grau, conquanto representa uma elaboração superior que complementa e avança o grau de relação de forças políticas. Como posto anteriormente, a institucionalização pode representar a consolidação de uma imagem coletiva e a sustentação da hegemonia do grupo que a defende. A institucionalização seria, portanto, um meio pelo qual o grupo dirigente desenvolveria o universalismo, e representaria a ponte que leva da esfera econômica para a das superestruturas complexas.

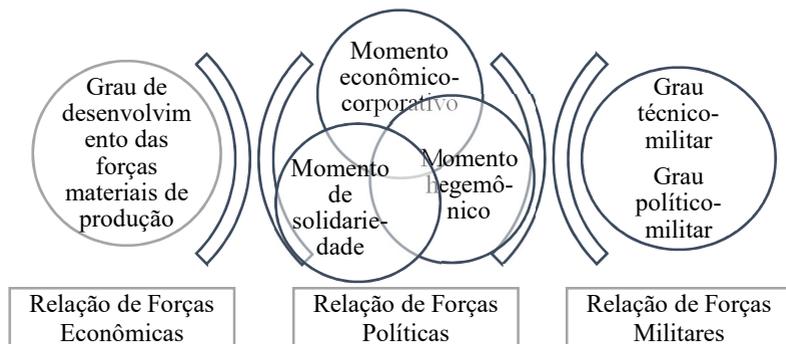
A *relação das forças militares* representa o terceiro grau da teoria gramsciana. A oportunidade concreta define sua importância imediata. Subdividido em dois, o *grau militar* ou *técnico-militar*, que se aproxima a um aspecto parcial da *forma acumulada* da categoria de capacidades materiais na TCN, e o *grau político-militar*, que poderia representar o aspecto organizacional da *forma dinâmica* da mesma categoria. Sublinhamos, embora seja prescindível, que sua semelhança com a categoria de capacidades materiais se limita ao aspecto militar. O grau político-militar diz respeito à capacidade política de determinar na sociedade reflexos que tenham caráter militar. Poderia se expressar em ações que forçassem a desagregação ou a diluição de uma força militar hegemônica (GRAMSCI, 2000b). Destacamos a decisão de Gramsci (2000b) de criar um terceiro grau para o momento militar ao invés de inclui-lo nos momentos econômico e político como, pode-se argumentar, o faz o marco conceitual da TCN, que permite sua articulação nas categorias de forças da TCN. A distinção deve-se, argumentamos, ao papel decisivo que este momento pode representar em oportunidades concretas e no imediatismo de sua influência nas mesmas.

Podemos observar a inter-relação entre as categorias que explicitamos anteriormente por meio de duas figuras que, respectivamente, se apresenta a relação inequivocamente multidirecional entre as categorias da TCN (Figura 2) e o entendimento de que o conjunto das mesmas, isto é, o conjunto das relações sociais de força, é o que determina os acontecimentos (Figura 3). Ou seja, a determinação corre através das três categorias para um desfecho.

O fundamental que assemelha as duas configurações é a compreensão de que o conjunto de diferentes fatores estruturais e superestruturais é o que pode embasar uma explicação sobre as causas de um acontecimento. Gramsci (2000b) reitera ainda que, quando um processo de desenvolvimento não transcorre os três graus, pode verificar-se uma situação inoperante com resultados contraditórios. Uma oportunidade de mudança aberta na esfera das relações econômicas, caso

não se desenvolva a autoconsciência na esfera das relações políticas, pode se perder e resultar na retomada de controle na primeira.

**Figura 3** – Graus de Relação de Força (Teoria Gramsciana)



Fonte: Elaboração própria, a partir do Caderno 13 (GRAMSCI, 2000b).

As categorias de força da TCN – capacidades materiais, ideias e instituições –, isto é, a estrutura histórica, precisam ser analisadas dentro de cada esfera de atividade, ou nos níveis de estrutura: *relações sociais de produção*<sup>43</sup>, *formas de Estado* e *ordem mundial* (Figura 4).

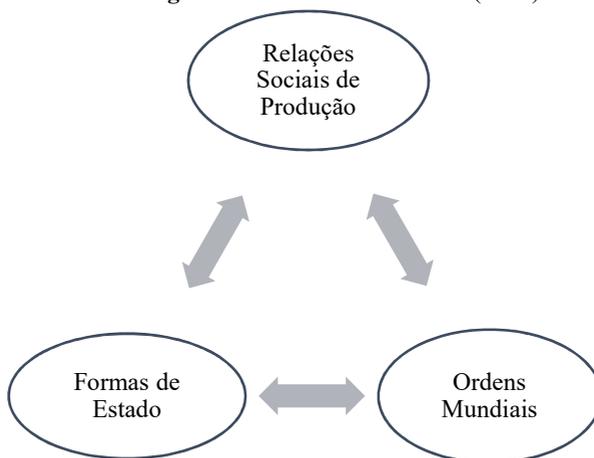
A esfera das relações sociais de produção remete à organização da produção, uma vez que elas são engendradas pelo processo produtivo. As formas de Estado são representações do complexo Estado-sociedade civil, exemplificado por Cox (1981) a partir do Estado do bem-estar social (*welfare state*) ou do Estado liberal. E a ordem mundial diz respeito à configuração de forças sob as quais a problemática da paz e da guerra se define. Não há precedência de uma esfera ante as outras, de onde segue que a relação é multilinear. Cada uma influi na outra por meio de mudanças em suas configurações. Mudanças no processo produtivo gerará novas relações sociais de produção que, por sua vez, influirão na estrutura dos Estados. Por sua vez, mudanças generalizadas nessas

<sup>43</sup> No texto *Social forces, states and world orders*, Cox (1981) utiliza a nomenclatura *forças sociais de produção*, ou *forças sociais*, para delimitar este nível de estrutura, o que, no entanto, se confunde com a utilização de *forças sociais* para delimitar agência coletiva na TCN. Condizente com a utilização da terminologia em *Production, power and world order* (1987) e a reprodução da mesma por Bieler e Morton (2001), adotamos essa diferenciação neste trabalho, onde este nível de estrutura será designado como *relações sociais de produção* e o termo *forças sociais* (de produção) será reservado à agência coletiva.

estruturas trarão mudanças na problemática da ordem mundial. Por outro lado, mudanças na ordem mundial influem nas relações sociais de produção e nas formas de Estado.

A título de exemplo, o desenvolvimento do imperialismo na ordem mundial da *pax americana*, em conjunto com determinadas relações sociais de produção, apoiaram o desenvolvimento do militarismo repressivo como forma de estado na periferia. O estalinismo teria sido um desfecho explicável, mesmo que parcialmente, por uma sensação de ameaça pelas forças sociais internas da União Soviética da hostilidade da ordem mundial, e sua efetiva ação militar, à experiência socialista em curso. Já as formas de Estado tendem a favorecer uma classe sobre outras, repercutindo sobre as relações sociais de produção e o desenvolvimento da luta de classes a nível mundial (COX, 1981).

**Figura 4** – Esferas de atividade (TCN)



Fonte: Adaptado de COX, 1981

O método de estruturas históricas apresenta uma ferramenta para se analisar totalidades limitadas e, portanto, representa uma esfera específica de atividade humana, dentro de sua totalidade historicamente localizada. Evita-se o problema *ceteris paribus* da ciência positivista, que perpetua o olhar estático sobre o objeto, ao contrapor e conectar estruturas históricas em esferas de atividade relacionadas entre si.

O método ampara-se no uso da dialética, desenvolvida, segundo Cox (1981), a partir de dois níveis: o nível da lógica e o da história real. O primeiro se apresenta como a busca da verdade por meio da exploração de contradições, empreendimento que exige a confrontação contínua do

conceito com a realidade, levando à renovação do marco conceitual quando necessário. Esse ajuste de conceitos, por sua vez, se fundamenta na compreensão de que tudo aquilo que se afirma a respeito da realidade traz em seu cerne o seu oposto, onde ambos, a afirmação e seu oposto, dividem uma parte da verdade e, portanto, não são mutuamente excludentes. Essa compreensão da verdade reconhece o seu caráter não definitivo e evolutivo. No segundo nível, a dialética apresenta-se, através do confronto de forças sociais na história concreta, como as possibilidades em potência de abertura para alternativas de desenvolvimento. Há uma preocupação na TCN, portanto, em privilegiar tanto a história como um olhar desapegado às possíveis limitações de categorias inflexíveis e predeterminadas, fruto de críticas a alguns marxismos tidos como herdeiros do positivismo.

### **3.2 Conceito de Hegemonia em Gramsci e Cox**

Eixo central da teorização gramsciana, proporíamos, ao mesmo tempo que serve como ligadura que amarra a relação entre os demais conceitos, o conceito de hegemonia também é base de sustentação para se pensar a transformação dentre os teóricos desta escola. Para além do papel das contradições de promotoras de conflito que leva à mudança, a hegemonia expressa a agência que ocorre a partir destas contradições, por meio do desenvolvimento de uma autoconsciência coletiva, que, por sua vez, se desenvolve no seio da organização de classe.

No grau de relações de forças políticas ocorre, por meio da organização, o desenvolvimento da autoconsciência de classe. Como descrito anteriormente, este processo é dividido em três momentos relacionados às estruturas de classe a que os trabalhadores pertencem<sup>44</sup>. De um primeiro momento, em que começam a se identificar com outros profissionais do mesmo ramo, passam a identificar-se com outros operários independente da profissão que exerçam para, posteriormente (caso siga adiante este desenvolvimento), se identificarem com outras classes subordinadas e criarem um bloco histórico no seio do qual o proletariado emergiria como força hegemônica.

---

<sup>44</sup> Ao discorrer sobre a construção da hegemonia, Gramsci (2000b, 2004) desenvolve o conceito em prol do desenvolvimento de uma hegemonia proletária. Embora os termos sejam postos com o objetivo de contribuir para este desenvolvimento, para a compreensão do termo em si, podemos tomar o caso proletário como um exemplo e não necessariamente como parte integral do conceito em si.

A autoconsciência, no entanto, perpassa uma mera identidade em comum e circunscreve a consciência de compartilharem interesses e objetivos (GRAMSCI, 2000b). “A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência” (GRAMSCI, 1999, p. 104) e o seu grau máximo exprime o momento em que a teoria e a prática se unem para resultar na “aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária” (GRAMSCI, 1999, p. 104).

O processo de elevação da autoconsciência coletiva, no entanto, requer a direção e domínio de uma classe até então subordinada que, para Gramsci (2004), o devir histórico colocaria como sendo o proletariado. A junção desta classe subordinada a outras leva ao desenvolvimento de um bloco histórico, onde a nova classe dirigente e dominante toma para si os problemas e interesses das classes subordinadas (GRAMSCI, 2000b; 2004; COX, 1983).

A criação do bloco histórico requer um diálogo intensivo entre liderança e seguidores, com um papel destacado para os intelectuais: o de desenvolver esta identidade em comum por meio de imagens mentais, tecnologias e organizações que amarram a classe (COX, 1983). Segundo Gramsci (2000a):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (p. 15).

Neste particular, é mister destacar que, embora todo ser humano seja um intelectual, a *função* do intelectual é exercida por indivíduos específicos – os intelectuais orgânicos. Compreende-se, no entanto, que não existe trabalho puramente físico, mas graus diferenciados de atividade intelectual no trabalho. A atividade do intelectual, assim como a do operário, não se define intrinsecamente, ou seja, a partir de características internas das atividades, mas sim pelo trabalho exercido em condições e relações sociais determinadas. Define-se, portanto, a partir da necessidade do grupo social que disputa a liderança, momento em que surge a tarefa de criar novos intelectuais orgânicos e, concomitantemente, de assimilar e conquistar ideologicamente os intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 2000a).

O conceito de bloco histórico entende-se, portanto, como a unidade da estrutura e da superestrutura, da natureza e do espírito, dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 2000b; COX, 1983). Talvez seja neste sentido que Cox (1981) traça um paralelo<sup>45</sup> entre o conceito gramsciano de bloco histórico e o seu próprio de estrutura histórica.

A consonância entre as categorias de força, segundo Cox (1981), se encontra em momentos de hegemonia; e a dissonância se observaria em momentos não hegemônicos. Em outras palavras, o funcionamento harmônico das três categorias de força, isto é, a constituição de um bloco histórico enquanto reflexo desta harmonia, seria um reflexo de um momento hegemônico.

A constituição do bloco histórico, e o subsequente exercício da hegemonia, exige um equilíbrio entre o consenso das classes subordinadas e o domínio pela classe dirigente. O consenso requer, por um lado, que a classe dirigente não desconsidere os interesses e as tendências dos grupos que dirige, apresentando, portanto, uma agenda de cunho universal; e, por outro, renega o uso excessivo da força com os que compõem o bloco (GRAMSCI, 2000b). Cox (1983), em sua aplicação do conceito de hegemonia à ordem mundial, no marco da TCN, realoca o foco posto na classe dirigente e o bloco histórico para o Estado:

[...] para tornar-se hegemônico, um Estado teria que fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal em sua concepção, i.e., não uma ordem em que um Estado explore diretamente os demais, senão uma ordem que a maioria dos outros Estados (ou pelo menos aqueles ao alcance da hegemonia) entenderia como compatível com seus interesses (p. 171).<sup>46</sup>

Difícilmente poder-se-ia conceber tal ordem em termos puramente estatais, uma vez que tal configuração tenderia a gerar oposição dentro do bloco internacional. Vale ressaltar, aqui, uma ressalva para com a comparação feita por Cox (1981) entre o conceito de bloco histórico e o

---

<sup>45</sup> Em uma nota de rodapé, Cox (1981) escreve: “*blocco storico* (historic bloc) – a term which in Gramsci’s work corresponds roughly to the notion of historic structure in this essay” (p. 153).

<sup>46</sup> [...] to become hegemonic, a state would have to found and protect a world order which was universal in conception, i.e., not an order in which one state directly exploits others but an order which most other states (or at least those within reach of the hegemony) could find compatible with their interests.

de estrutura histórica. Embora a semelhança apontada anteriormente seja válida, o conceito de bloco histórico exprime a ideia de agência, de organização e criação, que não se faz valer na configuração de estruturas históricas. Esta, por sua vez, se apresenta muito mais como um arranjo que não foi necessariamente desenvolvida de modo consciente, tanto que a TCN permite estruturas históricas confluentes e aquelas cujas partes se antagonizam entre si. Um bloco histórico, embora apresentará contradições, por definição não poderia apresentar a mesma situação conflituosa, pois deixaria de ser um bloco a partir do momento que o fizesse. Destacamos essa diferença para validar o uso diferenciado dos termos neste trabalho, uma vez que, como o leitor talvez já tenha notado, não são utilizados aqui como sinônimos.

O bloco histórico internacional precisaria compor-se por forças da sociedade civil em conjunto com forças estatais. A partir daqui, entende-se melhor a definição apresentada anteriormente de ordem mundial, enquanto uma configuração de forças sob as quais a problemática da paz e da guerra se define:

O conceito hegemônico de ordem mundial funda-se não somente sobre a regulação do conflito interestatal, como também sobre uma sociedade civil globalmente concebida, i.e. um modo de produção de extensão global que apresenta conexões entre classes sociais dos países que nela se encontram (COX, 1983, p. 171)<sup>47</sup>.

É neste desenvolvimento do conceito de hegemonia que encontramos a maior contribuição da TCN ao que foi posto por Gramsci. Embora este tenha ensaiado algumas contribuições para o campo das RI, mesmo antes que fosse um campo propriamente dito, a TCN foi responsável por levar a compreensão gramsciana de hegemonia para o nível analítico internacional de modo mais consistente, podendo, com isso, mergulhar-se mais nas particularidades deste nível.

No nível internacional, a hegemonia é uma ordem mundial que perpassa a estrutura política dos Estados para abranger também a economia mundial cujo modo de produção dominante não só penetra todos os países como se conecta com outros modos de produção

---

<sup>47</sup> The hegemonic concept of world order is founded not only upon the regulation of inter-state conflict but also upon a globally-conceived civil society, i.e., a mode of production of global extent which brings about links among social classes of the countries encompassed by it.

subordinados. A hegemonia mundial é também, portanto, um complexo de relações sociais internacionais, uma vez que traça relações entre as diferentes classes sociais de todos os países. Disso segue que a ordem mundial hegemônica compreende, necessariamente, uma configuração de estruturas social, econômica e política. As regras gerais que geram o comportamento das forças estatais e da sociedade civil internacional, expressões da hegemonia, são colocadas por meio de mecanismos, instituições e normas universais, tendo como fim não só a estabilidade da ordem como o apoio ao modo de produção dominante (COX, 1983).

Em sua leitura da TCN, Cox (1981, 1983) sublinha a importância de se traçar uma diferença analítica entre hegemonia e imperialismo, apontando que, em muitas leituras, o segundo torna-se o equivalente da dominação. Como já posto anteriormente, a hegemonia configura um equilíbrio entre a dominação e o consenso, mas acaba por dar um peso maior ao consentimento dos grupos, seja de classes subalternas ou combinações de Estados e sociedade civil internacionalizada, enquanto o imperialismo não expressa essa mesma atribuição. Em nível internacional poderia haver, no entanto, uma ordem mundial hegemônica que se sustenta também sobre um imperialismo.

A ordem mundial hegemônica da *pax britânica* (1845-75), por exemplo, teria se sustentado sobre o imperialismo liberal; a hegemonia da *pax americana* (1945-65) sobre o imperialismo liberal de monopólio. O período intermediário, o entreguerras, caracterizar-se-ia, no entanto, como um período não hegemônico, por haver a queda da hegemonia britânica antes que a norte-americana ascendesse, porém marcado pelo novo imperialismo.

Defendemos que essas análises e nomenclaturas, embora coxianas, não são imprescindíveis para o marco teórico apresentado pela TCN, que se fundamenta no marco conceitual apresentado, no método das estruturas históricas e na conceitualização da hegemonia para se pensar a ordem mundial e a transformação. Diferenciamos, portanto, as análises feitas por Cox (1981, 1983) do marco teórico da TCN, sem deslegitimar a força de sua análise. Com isso, deixamos aberta a possibilidade de outras interpretações e análises sobre as definições e interpretações dos diferentes imperialismos, avaliando como acertada a proposta de Cox (1981) de que o mesmo não deve ser analisado de modo que desconsidere suas particularidades históricas.

Embora a TCN sublinhe o caráter multidirecional no que tange à natureza da influência de cada nível de estrutura sobre as demais, estamos de acordo com a perspectiva desenvolvida por Bieler e Morton (2001) de que as relações sociais de produção detêm uma centralidade na análise da

(re)produção/trans formação. Citando Cox (1989 apud Bieler e Morton, 2001), para explicar que da centralidade conferida às relações sociais de produção não segue um reducionismo econômico, sugere-se que:

A produção [...] deve ser compreendida em seu sentido mais amplo, de não se limitar à produção de bens materiais usados ou consumidos. Abrange também a produção e reprodução de conhecimento e das relações sociais, a moralidade e as instituições que são pré-requisitos para a produção de bens materiais (p. 24, tradução nossa).<sup>48</sup>

A partir desta compreensão, Bieler e Morton (2001) definem as relações sociais de produção como “padrões de comportamento do cotidiano que fazem parte tanto da produção e do consumo de bens materiais, quanto das táticas discursivas institucionais e culturais estabelecidas para assegurar a hegemonia das relações sociais existentes<sup>49</sup>” (p. 24-5). Mesmo se discordarmos da definição que Cox (1989, apud Bieler; Morton, 2001) atribui à produção, podendo argumentar não ser necessária a ampliação da definição de produção para reconhecer a relação entre bens materiais e os bens imateriais citados, parece-nos acertada a definição posta por Bieler e Morton (2001) das relações sociais de produção, uma vez que a noção de relação social circunscreve um campo muito mais amplo do que seria uma relação econômica ou de trabalho, mas sem dissociá-la da esfera da produção.

Essa primazia atribuída às relações sociais de produção parece-nos estar em linha com o pensamento gramsciano, sem que, no entanto, seja necessário recorrer ao economicismo. As relações de forças econômicas, baseadas no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, delimitarão os contornos do escopo de possibilidades de transformação, isto é, colocarão as condições necessárias e suficientes para cada empreendimento.

É a partir do grau de relação das forças econômicas que se desenvolverão as demais relações de forças políticas e militares,

---

<sup>48</sup> “Production [...] is to be understood in the broadest sense. It is not confined to the production of physical goods used or consumed. It covers also the production and reproduction of knowledge and of social relations, morals, and institutions that are prerequisites to the production of physical goods.”

<sup>49</sup> “[...] everyday patterns of behaviour involved in the production and consumption of physical goods as well as the discursive institutional and cultural tactics established to ensure the hegemony of existing social relations”.

reconhecendo, contudo, que o desenvolvimento posterior destes influirá no desenrolar da nova relação de forças econômicas (GRAMSCI, 2000b). Ao mesmo tempo que se atribui centralidade às relações sociais de produção, desenvolve-se o papel de outras esferas no desfecho de conflitos. Um segundo momento dos *Cadernos do Cárcere* que exprime essa centralidade é a relação entre o modo de produção e a gênese do agente coletivo. Embora já citada anteriormente, vale reiterar a leitura gramsciana de que *todo grupo social* nasce no terreno de uma *função essencial dentro da esfera da produção econômica* (GRAMSCI, 2000a). Assim como Cox (1981) o faz, atribui-se, aqui, a gênese das forças sociais a partir do modo de produção e das relações de lá decorrentes.

Bieler e Morton (2001) colocam que, embora as forças sociais sejam geradas a partir do processo produtivo, elas não são reduzíveis à agência de classe, abrindo outras formas de identidade coletiva com base em etnia, gênero, relações sexuais e ambientais, religião e nação. Seria errôneo, no entanto, traçar uma compreensão dessas outras formas de forças sociais de modo a dissociá-las ao modo de produção. Embora possa haver, por exemplo, movimentos sociais que se geram em torno de outras pautas que não trazem a luta de classe ao centro de sua análise, tais como vários movimentos feministas, LGBTs (sigla norte-americana para denominar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e ambientais, com a compreensão de alguns de que essas lutas transcendem as classes, suas pautas não deixam de dialogar com segmentos de classe.

Senão, vejamos, o movimento ambiental que busca ressaltar a importância do desenvolvimento de tecnologias verdes, e ao mesmo tempo desconsidera as repercussões para as classes subalternas, desenvolve um discurso condizente aos interesses de frações de classe industriais que teriam vantagens comparativas no desenvolvimento de tecnologias deste segmento. Da mesma forma, o movimento LGBT que traz como pauta principal a criminalização da homofobia com aprisionamento desconsidera as estruturas desiguais de um dado Estado penal que tende a encarcerar desproporcionalmente aqueles que pertencem às classes sociais subalternas. Trabalha-se, portanto, simultaneamente em prol do fortalecimento do Estado penal e da destigmatização apenas da parcela *gay* das classes avantajadas, sem consideração para os interesses e necessidades da população LGBT das classes subalternas.

Falar em forças sociais transversais de modo a dissociá-los do modo de produção renega, portanto, o papel que podem desempenhar dentro da sociedade de harmonizar alguns efeitos perversos do sistema para segmentos que já usufruem de algumas vantagens por pertencerem

às classes avantajadas<sup>50</sup>. Defendemos, portanto, uma concepção mais abrangente de forças sociais, como defendida por Bieler e Morton (2001) e outros (neo)gramscianos, contudo com a ressalva aqui posta.

Na busca de compreender como a TCN trabalha a categoria de agência, destaca-se um trecho de uma das mais renomadas obras de Cox (1981) que desenvolve sua compreensão do imperialismo:

[...] não podemos esperar compreender o sistema imperial ao identificar o imperialismo com atores, sejam estes Estados ou multinacionais; ambos são elementos dominantes no sistema, mas o sistema enquanto uma estrutura é mais do que sua soma (p. 144).<sup>51</sup>

Em primeiro lugar, destacamos o apontamento de que o imperialismo diz respeito a uma estrutura, cuja dimensão, considerando a ontologia de estruturas desenvolvida no capítulo anterior, portanto, ultrapassa a soma de suas partes. Em segundo lugar, é preciso problematizar a identificação do Estado enquanto agente. Essa necessidade se ressalta pelo uso ambíguo que Cox (1981) faz do termo Estado, às vezes atribuindo-lhe poder de agência, e em outras destacando seu caráter de estrutura. Faz-se uma crítica à conceitualização do Estado dentro da teorização tradicional das Relações Internacionais, por esta não apreender a complexificação por qual o Estado passou na história recente e a diversidade de formas que pode tomar. Critica também as tentativas marxistas de Louis Althusser e Nicos Poulantzas de renovar a conceitualização do Estado porque suas abstrações teóricas não teriam descido ao plano concreto para conseguir desvendar essa mesma diversidade entre formas de Estado.

O essencial para entender o Estado moderno, na visão coxiana e da TCN, é a transformação pela qual o Estado passou com a complexificação das relações entre a sociedade civil e a sociedade política. O principal objeto de estudo das Relações Internacionais deve ser, portanto, não o Estado abstrato ou o Estado visto como sociedade política, mas sim o Estado ampliado, a conjunção entre a sociedade política e a sociedade civil em um complexo que pode apresentar diversas formas (COX, 1981).

---

<sup>50</sup> Para uma discussão sobre as imbricações entre a luta de classes e as sexualidades subalternas, ver Toitio (2015).

<sup>51</sup> “[...] one cannot hope to understand the imperial system by identifying imperialism with actors, be they states or multinationals; they are both dominant elements in the system, but the system as a structure is more than their sum.”

Essa leitura referencia-se na construção conceitual gramsciana dos dois planos superestruturais que conformam o Estado ampliado: a sociedade civil, tida como o conjunto de organismos privados, e a sociedade política, que corresponde ao Estado, cada um com uma função complementar dentro do Estado ampliado. A sociedade civil teria funções organizativas que visam assegurar a hegemonia social, principalmente a de garantir o consenso espontâneo das massas à direção do grupo dominante. A sociedade política, por sua vez, com a função do domínio direto, possibilitado por meio do controle do aparelho de coerção estatal, garante a estabilidade em momentos em que some o consenso espontâneo, disciplinando os grupos que deixam de consentir, seja ativa ou passivamente (GRAMSCI, 2000a).

Com isso, voltamos à questão inicial: a identificação do Estado como agente. Desenvolvendo a categoria de forças sociais e o não confinamento da mesma às fronteiras estatais, Cox (198, p. 141) coloca que:

Pode-se representar o mundo enquanto um padrão de forças sociais interativas em que os Estados desempenham um papel intermediário, porém autônomo, entre a estrutura global de forças sociais e configurações locais de forças sociais dentro de países particulares<sup>52</sup>.

Em um primeiro momento, desempenhar “um papel intermediário, porém autônomo” parece sugerir que o Estado desempenharia um certo grau de agência na interlocução entre forças sociais. Porém, ao voltarmos para a categoria de formas de Estado e sua definição como diferentes complexos Estado-sociedade civil, um nível de estrutura entre outros, compreendemos que a intermediação e autonomia características ao Estado (ampliado) diz respeito a funções e ao poder adquirido das forças sociais que comandam o complexo. Algo muda ao adquirirem o controle da máquina estatal para que haja a necessidade de falar em atribuições do Estado, como se este fosse o agente, quando a agência permanece nas mãos de forças sociais que adquiriram uma nova autonomia e um novo papel intermediário. A confusão se reflete em, e é um reflexo de, um erro linguístico que subjaz a visão ontológica do Estado-agente unitário: os

---

<sup>52</sup> “The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediate though autonomous rôle between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries.”

Estados Unidos *assinaram*; o Brasil *pensa*; a China *desenvolve*; embora quem assina não sejam os Estados Unidos; quem pensa não seja o Brasil; e quem desenvolve não seja a China, mas sim indivíduos e coletividades particulares. A agência, portanto, não é do Estado (ampliado), mas das forças sociais que o dirigem.

### 3.2.1 Hegemonia e a Periferia

Em seu esboço sobre o papel das forças internacionais, Gramsci (2000b) apresenta alguns elementos para se pensar a dependência e o subdesenvolvimento na periferia do sistema. As forças internacionais se entrelaçam com as forças nacionais dos Estados-nação, que, por sua vez, se desenvolvem cada um em relação às suas forças internas, seccionadas em territórios cujas estruturas diferenciadas apresentam forças sociais desenvolvidas em gênero e graus diversos (ver Figura 4). Cabe, no entanto, trazer o questionamento sobre se:

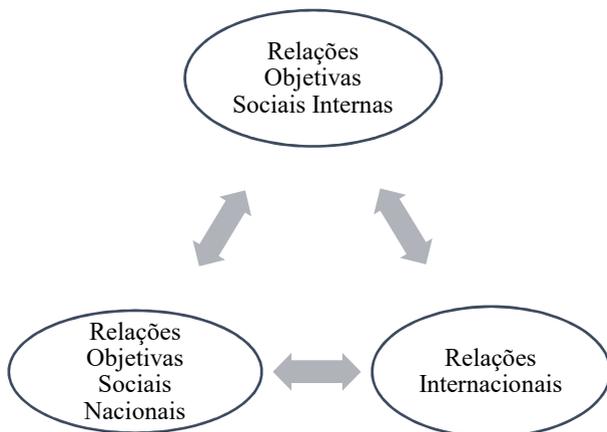
As relações [das forças] internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? [Segundo Gramsci,] Indubitavelmente seguem! Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas e relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. [...] as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos) (GRAMSCI, 2000b, p. 20, *itálicos originais*).

Compreendemos que, com isso, se estabelece uma relação não determinista/mecanicista entre o nível nacional e o internacional, uma vez que o desenvolvimento interno de cada país apresenta uma relação dialética e, portanto, não unidirecional, com a estrutura internacional.

A Figura 5, expressão também da perspectiva de economia política apresentada acima, apresenta uma configuração similar à Figura 4, das esferas de atividade na TCN. Decidimos por uma modelação semelhante para enfatizar as similitudes entre esses três níveis de atividade apresentados na teoria gramsciana e os da TCN, tanto no que diz respeito à direcionalidade de influências, quanto a aspectos de abrangência geográfica/geopolítica, havendo uma certa correspondência entre os níveis relações internacionais e ordem mundial, relações objetivas sociais nacionais e formas de Estado, e, menos, entre relações objetivas sociais

internas e relações sociais de produção. Seria mais preciso comparar o nível das relações sociais de produção com relações objetivas sociais como um todo, que inclui os três graus de relações de forças – econômicas, políticas e militares, levando em conta a diferenciação sugerida por Gramsci (2000b) entre o nível nacional e níveis internos diferenciados entre si.

**Figura 5** – Esferas de atividade (Teoria Gramsciana)



Fonte: Elaboração própria, a partir do Caderno 13 (GRAMSCI, 2000b).

A dependência, que Gramsci (2000b) trabalhou por meio da noção de subordinação<sup>53</sup>, se desenvolve nesse mesmo plano, apontando que “quanto mais a vida econômica de um país se subordina às relações internacionais, tanto mais um partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários” (ibidem, p. 20). Apresenta-se, portanto, a dependência como uma confluência de interesses entre as relações das forças internacionais e um seguimento dominante (não hegemônico) das relações de forças internas de um Estado-nação. O grau de aprofundamento da dependência seria proporcional e positivamente relacionado ao grau de exploração interna pelas forças dominantes nacionais, necessária para a manutenção do poder, e que aponta, portanto, a inviabilidade da construção de uma hegemonia interna no país dependente, uma vez que o peso relativo entre dominação e consentimento pende para o primeiro.

<sup>53</sup> Apontamento feito por Cox (1983).

Embora o esboço da relação de dependência apresentada seja bastante simplista, o fundamental do mesmo é sua compreensão acerca da natureza da relação nacional-internacional, uma ontologia social que nega o determinismo, apresentando o papel da agência interna na construção da mesma dependência. Em outras palavras, afirma-se que a estrutura das relações de forças internacionais não desenvolve e leva *por si só* (ou seja, não *determina*, no sentido mais estrito da palavra) a dependência a uma dada formação socioeconômica periférica. Para isso, é imprescindível a anuência passiva ou ativa de grupos dominantes. A dependência é uma relação construída necessariamente por no mínimo duas partes, uma interna e outra externa.

Para pensar a problemática da dependência, é preciso trabalhá-la em conjunto com uma distinção da teoria gramsciana entre dois tipos de sociedade: aquelas que passaram por uma *revolução social* de modo integral, desenvolvendo, no processo, todas as suas implicações no modo de produção e nas relações sociais<sup>54</sup>; e aquelas sociedades que sentiram os efeitos dessa nova ordem e foram penetradas por elas de modo a impactar drasticamente o funcionamento da dita sociedade sem, no entanto, desalojar a velha ordem. Num processo chamado *revolução passiva*, onde nem as novas nem as velhas forças conseguem estabelecer uma hegemonia, esta segunda classe de sociedade desenvolve uma dialética revolução-restauração, que apresenta mudanças sem a participação das massas. A Grã-Bretanha e a França representariam

---

<sup>54</sup> Em outro momento, Cox (1987) define a revolução social como uma série de transformações dentro de um Estado que culminaria numa mudança de forma de Estado, expressão de vitória de um bloco histórico emergente sobre um estabelecido. Entendemos esta definição ser prescindível à integridade teórica da TCN, uma vez que outras compreensões sobre o que seria uma revolução social são dialogáveis e compatíveis com este arcabouço teórico.

Vale ressaltar, também, a semelhança que o uso por Cox (1987) do conceito de bloco histórico traz ao conceito poulantziano de bloco no poder, por a ênfase estar posta mais na conjunção particular de frações de classe que detêm o poder estatal, com um consenso entre si, do que no amplo consenso entre classe dirigente e classes subordinadas pressuposto no conceito de bloco histórico. Cf. “O bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 1983 apud AMARAL, 2007).

Por sua abrangência mais estrita, o conceito de bloco no poder demonstra-se útil para a análise de sociedades não hegemônicas, em especial às subdesenvolvidas, uma vez que seria possível construir um bloco no poder dentro de uma situação de revolução passiva, mas não um bloco histórico.

exemplos de sociedades que desenvolverem revoluções sociais, enquanto a Itália representaria um caso de revolução passiva (COX, 1983).

A questão da gelatinosidade (ou o grau de desenvolvimento) da sociedade civil adentra a análise para se pensar as possibilidades de transformação. Em uma delimitação nem geográfica nem geopolítica, de acordo com Coutinho (2001), a teoria gramsciana vislumbrara uma dicotomia entre o Ocidente e o Oriente, onde o primeiro se refere a sociedades onde o Estado e a sociedade civil teriam desenvolvido uma relação equilibrada, enquanto que no segundo, o Estado representaria tudo e a sociedade civil seria primitiva e gelatinosa.

Os Estados tidos como mais avançados (os ocidentais) apenas conseguem passar por transformações por meio de guerras de posição, uma metáfora que enxerga nos elementos superestruturais mais desenvolvidos da sociedade civil uma semelhança ao sistema de trincheiras, onde seria necessário conquistar as instâncias por separado. Uma guerra de movimento seria inviável pois, mesmo conquistando o poder do Estado, a sociedade civil representaria resistências à implementação das mudanças almejadas. Fica como objeto de estudo, contudo, a determinação dos elementos que representariam os sistemas de defesa contra uma revolução social (GRAMSCI, 2000b). Já, em uma sociedade civil menos complexa, i.e. com suas diferentes instâncias menos desenvolvidas, os entraves para a vitória de uma revolução social via guerra de movimento seriam, seguindo o raciocínio anterior, menores.

O que mais se verifica em países que ainda não passaram por revoluções sociais (em sua história contemporânea), naqueles que têm uma sociedade civil mais gelatinosa e, portanto, menos desenvolvida, é a ocorrência de revoluções passivas. Retomando o exposto anteriormente, a revolução passiva é tida como uma revolução pelo alto, onde a classe dominante, sem a participação das classes populares e, portanto, sem o processo de desenvolvimento da autoconsciência coletiva que essa participação acarretaria, adota reformas a partir de experiências externas, de países que passaram por suas revoluções sociais. Ocorre, portanto, uma espécie de difusão de ideias, políticas e estruturas de países com blocos históricos hegemônicos em países menos desenvolvidos (COX, 1983; GRAMSCI, 2000a, 2000b). Ao procurar definir o que é uma grande potência, Gramsci (2000b) ressalta que:

A linha de um Estado hegemônico [...] não oscila, já que ele mesmo *determina* a vontade dos outros e não é *determinado* por esta, já que a linha política baseia-se no que há de permanente, e não de casual

e imediato, bem como nos próprios interesses e naqueles das outras forças que concorrem de modo decisivo para formar um sistema e um equilíbrio (p. 86, *itálicos nossos*).

Do lado inverso, do Estado que não é nem hegemônico, nem uma grande potência, Cox (1983) agrega que:

A vida econômica de nações subordinadas [i.e., dependentes] é penetrada por e entrelaçada com aquela de países poderosos. Isto se complica mais ainda pela existência, dentro de países, de regiões estruturalmente diversas que têm padrões distintos de relações com forças externas [ver Fig. 4] (p. 169)<sup>55, 56</sup>.

O conceito de revolução passiva, que descreve uma sociedade não hegemônica, servirá como contrapartida ao conceito de hegemonia (COX, 1983).

Um mecanismo da hegemonia que já foi trabalhado anteriormente, mas que requer um pouco mais de atenção por seu papel no desenvolvimento de revoluções passivas, são as organizações internacionais. As regras que incorporam a configuração de uma organização internacional terão a função de expandir os interesses de uma ordem mundial hegemônica, visando o fortalecimento das forças sociais e econômicas dominantes sem desconsiderar certos ajustes necessários para manter o apoio de forças subordinadas, incluindo de alguns países periféricos.

Entre as regras de maior importância, ressaltam aquelas que regem as relações monetárias e de comércio mundiais. A disposição de países periféricos, i.e., de seus grupos dominantes, de aderirem às regras de gênese exógena às suas culturas se explica, em parte, pela função

---

<sup>55</sup> The economic life of subordinate nations is penetrated by and intertwined with that of powerful nations. This is further complicated by the existence within countries of structurally diverse regions which have distinctive patterns of relationships to external forces.

<sup>56</sup> Embora ambos, em diversos momentos, utilizem o verbo *determinar*, levando em conta as críticas postas ao determinismo/mecanicismo, compreendemos o uso do mesmo em seu sentido mais amplo, para designar uma influência forte, uma causa, digamos, entre outras. Ler o verbete em seu sentido mais estrito implicaria numa contradição teórica-epistemológica interna às principais proposições gramscianas.

ideológica das organizações internacionais. Desenvolve-se um trabalho de traçar diretrizes para políticas nacionais legitimadoras de certas instituições e práticas, contando com, para esse esforço, o *transformismo*, i.e., cooptação de intelectuais de países periféricos.

Mesmo os que forem trabalhar na organização internacional com a ideia de mudar o sistema desde dentro, seus esforços serão funcionais para as estruturas da revolução passiva, em que transferirão elementos modernizantes para seus países, porém somente aqueles condizentes com os interesses dos grupos dominantes locais. O mesmo acontece com ideias potencialmente contra-hegemônicas, com sua absorção pela organização e sua adequação à doutrina hegemônica.

A exceção a esta regra seria a organização internacional levantada por forças contra-hegemônicas a partir da periferia do sistema. Somente aqui a participação de intelectuais da periferia poderia fazer qualquer diferença no sentido da transformação. Embora crises prolongadas do sistema capitalista abram oportunidades de luta por meio do conflito, o andamento da formação política e organizativa das massas na periferia pode ficar aquém das necessidades das oportunidades revolucionárias, diminuindo, com isso, as chances de se desenvolver um bloco histórico (COX, 1983).

A dificuldade estrutural de se criar um bloco histórico dentro de um país periférico, de se criar um consenso entre as diversas forças sociais com um grupo social dirigente, facilita o desenvolvimento do *cesarismo*, fenômeno em que um equilíbrio catastrófico entre duas forças antagônicas encontra seu árbitro em uma grande personalidade. O cesarismo pode ter um caráter progressista ou regressivo, dependendo se sua intervenção vai render frutos para o campo progressista ou para o conservador, considerando também as acomodações necessárias pela força vitoriosa à personalidade cesariana (GRAMSCI, 2000b). Esta é o primeiro de dois tipos de fraqueza que a hegemonia apresentou na periferia, um cesarismo que estabeleceu a forma de Estado que Cox (1987) denominou Estado desenvolvimentista neomercantilista:

Em vários países do Terceiro Mundo, existem formas de poder estatal, até de poder coercitivo repressivo, que não se sustentam de forma coerente sob forças sociais internas e são de uma efetividade limitada no que diz respeito ao controle de influências econômicas e sociais externas. [... Este tipo de] proto-Estado pode extrair tributos mas lhe falta a capacidade ou o incentivo de remodelar a sociedade, e a sociedade não tem nem a força nem

a coerência necessárias para se gerir ou para moldar o Estado em sua própria imagem. [...] O proto-Estado é sintomático de um impasse na relação Estado-sociedade (p. 230-1, tradução nossa),<sup>57</sup>.

Ou seja, o braço estendido da hegemonia no Centro tomou a forma de dominação em certos países periféricos, centrados no cesarismo e na revolução passiva. O segundo tipo de fraqueza se expressou na tentativa de construir e desenvolver movimentos contra-hegemônicos locais. Se, por um lado, o proto-Estado cesarista representou uma extensão da hegemonia global dos países centrais, por outro, os movimentos contra-hegemônicos apresentaram um verdadeiro desafio ao mesmo.

Gramsci (2000a) apresenta pelo menos dois critérios, um estrutural e outro superestrutural, para se pensar o *desenvolvimento no sentido do domínio*, ambos ligados à questão econômica. Assim como a questão política anterior se desenvolve a partir de um eixo de graus de autonomia, com grandes potências tendo mais e países que aqui denominaremos periféricas (e semiperiféricas) tendo menos, o eixo estrutural aqui gira em torno do grau de industrialização absoluta e relativa. Incluem-se na categoria dos países que se desenvolvem *no sentido do domínio* aqueles que produzem máquinas que produzem outras máquinas e instrumentos cada vez mais precisos que produzem outras máquinas e outros instrumentos que, por sua vez, produzem máquinas e instrumentos. Descreve-se a maior capacitação técnico-militar, a maior complexidade no desenvolvimento do capital orgânico, como uma atribuição primordial para o desenvolvimento no sentido do domínio.

De modo complementar, o critério superestrutural diz respeito ao desenvolvimento da intelectualidade orgânica, com a alta formação de intelectuais ligados ao bloco histórico e o necessário investimento em quantidade e qualidade de escolas. A relação entre ambos os eixos, da intelectualidade orgânica e do mundo da produção, não é imediata, mas mediatizada pelo conjunto das superestruturas que faz do intelectual seu “funcionário”. Enquanto a medição da industrialização diz respeito ao

---

<sup>57</sup> In a number of countries of the Third World, forms of state power exist, even repressive coercive power, that are not sustained in any coherent way by internal social forces and are of only limited effectiveness in controlling external economic and political influence. [...] The protostate can extract tribute but lacks the capability or incentive to reshape society, and society is neither strong enough nor coherent enough either to manage itself or to fashion a state in its own image. [...] The protostate is symptomatic of an impasse in the relationship of the state to society.

grau da composição orgânica do capital, a medição da organicidade dos intelectuais em seus diversos estratos se faz a partir de “uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima” (ibidem, p. 20), entre o plano da sociedade civil e da sociedade política (o Estado), em um eixo horizontal, e entre graus da atividade intelectual no quesito qualitativo, em um eixo vertical, tendo os criadores de nova riqueza intelectual no mais alto grau e os administradores e divulgadores da mesma no mais baixo. Quanto maior a complexidade desses dois critérios simbióticos, maior o desenvolvimento no sentido do domínio. Inversamente, poderíamos concluir, quanto menor a complexidade, maior o desenvolvimento no sentido da subordinação, da dependência.

Dentre os elementos que influem na questão dos intelectuais na América Latina, mais especificamente, pode-se inferir a partir de Gramsci (2000a) a inexistência de uma intelectualidade tradicional, resistências cristalizadas do clero e da casta militar, uma base industrial demasiada restrita e o baixo desenvolvimento de superestruturas complexas e a não subordinação dos interesses e influências do clero e da casta militar à política laica e burguesa do Estado moderno. Embora não adentremos na análise da América Latina, vale notar essas considerações para se pensar a problemática em outro momento.

Entre seus diversos objetos de análise em sua extensa obra, explicar as transformações que ocorreram na Itália do século XX que levaram à implementação do regime fascista foi um dos mais importantes esforços analíticos de Gramsci. A partir, pelo menos em parte, deste esforço, Gramsci amadureceu sua compreensão de revolução social e desenvolveu o conceito de revolução passiva, ambos apresentados acima. Conseguiu entrelaçar os dois com o conceito de hegemonia, desenvolvendo, com isso, elementos úteis para pensarmos a dependência. A sua análise de diferentes formações econômico-sociais oferece, também, elementos que dialogam com questões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Embora nos ajude a pensar cada categoria, não chegou a aprofundar uma compreensão da relação dialética entre ambos<sup>58</sup>.

Para trabalhar a questão do desenvolvimento na obra de Gramsci, podemos partir da noção de racionalização da composição demográfica do Caderno XXII, *Americanismo e fordismo* (GRAMSCI, 2001). Questões estruturais teriam facilitado o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, como a ausência de intelectuais tradicionais, que representariam um obstáculo para a formação de um novo estrato intelectual para a o novo grupo social emergente, e a ausência de relações

---

<sup>58</sup> Referimo-nos apenas à bibliografia consultada.

sociais baseadas em uma estrutura social-demográfica inconsistente com as necessidades da modernização. Buscando explicar as dificuldades que a implementação do fordismo teria encontrado na Europa, Gramsci (ibidem) coloca que a existência de vastas classes sem nenhuma função essencial dentro do mundo da produção, de um parasitismo absoluto, serve de entrave para a modernização. A racionalização da composição demográfica, isto é, a funcionalidade de todas as camadas do regime de classe para o mundo da produção, é um requisito para o fordismo, que entendemos como modernização capitalista, ou seja, o desenvolvimento capitalista.

A propósito de uma definição do desenvolvimento capitalista, entendemos que seja recorrente entre muitos estudiosos a confusão entre o que representa a acumulação de capital e aquilo que é a própria característica de mutabilidade do sistema – a constante transformação das forças produtivas. Entendemos por desenvolvimento capitalista o processo pelo qual, através da acumulação de capital, há a reestruturação da produção, a própria alteração das forças produtivas na sociedade.

Por isso, a existência de classes que não têm função essencial na reprodução do capital produtivo, em especial as parasitárias, embora tenham a função de acumular capital, de poupar, representam um entrave para a reprodução ampliada. Ao não produzirem, além de não agregar à produção social total, sugam recursos para o seu próprio consumo, recursos que poderiam ser utilizados para a reprodução ampliada.

Escrito em 1934, a descrição que Gramsci (2001) apresenta da Itália traz semelhanças a condições encontradas em países subdesenvolvidos. A Itália da época apresentava uma indústria produtiva relativamente pequena, com vários centros urbanos sustentados por atividades comerciais e pela renda da terra. No campo, a propriedade rural de pequeno e médio porte se encontrava em mãos de burgueses urbanos, e não de camponeses produtivos. A concessão de terras aos camponeses criou uma numerosa burguesia de pensionistas e rentistas, de uma

[...] monstruosa figura do chamado “produtor de poupança”, isto é, de um setor de população economicamente passiva, que *não apenas extrai* do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que *ainda consegue poupar*: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, já que fundado na iníqua exploração usurária e camponeses mantidos no limite da fome e que custa enormemente; e já que, ao pequeno capital poupado, corresponde uma

enorme despesa, como é aquela necessária para manter o nível de vida muitas vezes elevado de uma importante massa de absolutos parasitas (Ibidem, p. 245, *itálicos nossos*).

Uma outra fonte de parasitismo absoluto era a administração do Estado italiano, onde até um décimo da população vivia de rendas advindas do orçamento estatal. Enquanto o operário se aposentava aos 65 anos e o camponês não tinha limite estabelecido, era prática comum um jovem de 25 anos se aposentar do serviço público com uma alta aposentadoria e sem retomar atividades produtivas.

A Itália apresentava uma relação entre a população potencialmente ativa e a população passiva entre as mais desfavoráveis da Europa, dado que apoia a hipótese de que a península, enquanto parte da periferia europeia, apresenta traços similares aos países periféricos do sistema capitalista. A título destas semelhanças, Gramsci (2001) apresenta elementos presentes na Itália de sua época relevantes para se pensar o subdesenvolvimento: (1) a presença de doenças endêmicas, que teriam o efeito de diminuir a produtividade do trabalhador médio; (2) uma desnutrição endêmica entre camadas inferiores dos camponeses; (3) o desemprego endêmico em regiões agrícolas; (4) uma população absolutamente parasitária numerosa e uma semiparasitária grande, que multiplica o número de atividades econômicas subordinadas, tal como o comércio e outras intermediárias.

O que Gramsci descreveu foi a situação precária do trabalhador do campo, que poderia ser estendida ao trabalhador operário num contexto mais amplo, a existência (complementar) de um exército industrial de reserva massivo, e um vasto parasitismo absoluto e semiparasitismo, todas características do subdesenvolvimento. O que não se fez, no entanto, foi analisar a relação entre os três temas aqui ressaltados: (1) essas características que entendemos como ancoradas no subdesenvolvimento, (2) a revolução passiva por qual o país passara, e (3) a subordinação (ou dependência) do mesmo a uma grande potência, país que passara por uma revolução social e desenvolvera uma hegemonia.

Tendo desenvolvido, mesmo que brevemente, algumas contribuições gramscianas para pensarmos a dependência e as categorias desenvolvimento/subdesenvolvimento, voltaremos a algumas contribuições de Cox (1987). Como posto anteriormente, uma forma de Estado apresentado por países periféricos é o Estado desenvolvimentista neomercantilista. Diz-se que é neomercantilista porque busca controlar os

instrumentos necessários para a remodelação da economia nacional; e desenvolvimentista por visar o controle dos mesmos para atingir crescimento econômico e mudanças estruturais. É uma tentativa de tomar certo controle do processo de reprodução do capital, de direcionar uma parcela dos recursos auferidos do desenvolvimento capitalista, sem buscar o rompimento com a dependência. Não há, nesta forma de Estado, a autonomia para que se estabeleça as próprias regras dentro da dinâmica de acumulação, uma vez que os investimentos são determinados por critérios políticos e de rentabilidade.

A atividade econômica do desenvolvimentismo neomercantilista não se desliga da dinâmica mundial de acumulação de capital, principalmente por meio de remessas de lucros resultantes do investimento externo direto e pagamentos de juros da dívida externa. A tecnologia e o capital externo, portanto, condicionam as possibilidades de desenvolvimento. Disso segue que a direção do desenvolvimento, consistindo em decisões sobre o que produzir e para quais mercados, é *determinada*, principalmente, por critérios de investimentos do capital internacional.

A principal motivação do Estado desenvolvimentista neomercantilista é a maximização de sua parcela dos lucros auferidos, com a qual não se choca o caráter secundário da influência que exerce no traçar dos objetivos de desenvolvimento, uma vez que esta se vê delimitada pelo critério de rentabilidade do capital internacional (ibidem). É uma forma de Estado, portanto, onde as forças sociais dominantes decidiram por uma participação ativa dentro da relação dependente. As exigências do desenvolvimento condicionado irão, de alguma forma ou outra, criar conflitos dentro da formação econômico-social em questão, tanto por o Estado priorizar os objetivos desenvolvimentistas do capital internacional sobre as necessidades e objetivos de grupos sociais internos, quanto pelas contradições e conflitos que forem criados no seio das relações sociais de produção a partir das novas forças sociais geradas no processo.

Com isso, apresentamos o que avaliamos serem os principais elementos gramscianas e neogramscianas para uma teorização sobre a periferia. Na próxima seção, trabalharemos a partir da constatação de Bieler e Morton (2001) de que as categorias da TCN acima apresentadas, assim como o arcabouço teórico e analítico gramsciano, são condizentes com a Abordagem Morfogenética de Archer e com a ontologia social emergentista. Assim, veremos como as contribuições de Archer (1982, 1995) dão sustentação (complementar) à TCN.

### 3.3 Relação TCN - Abordagem Morfogenética

Para indagar acerca das possibilidades de ação dentro de uma dada estrutura, é preciso entender que há, nesta, diferentes níveis de penetração na vida social e que estes perpassam processos de reificação. Explicitando melhor o raciocínio, ressaltemos que uma *dada* estrutura aparenta ser natural quando não a reconhecemos como uma construção histórica e dialética, mas sim como *feita*. Podemos, portanto, apenas falar em uma *dada* estrutura remetendo-a a um momento específico em que se encontra, sendo imprescindível, no entanto, reconhecer seu caráter não estático, ou seja, que foi *feita*.

A estrutura, no entanto, apresenta diferentes camadas, cuja profundidade é um reflexo tanto do tempo em que se apresenta de maneira objetiva, quanto da importância desta para a estrutura como um todo. O desenvolvimento do modo de produção capitalista, motor organizador da sociedade, traz mudanças em suas necessidades sistêmicas de acumulação e reprodução, com diferentes ordens para gerenciar o processo. O tempo enquanto fator analítico carrega seu peso ao destacar o grau de maturação de uma dada camada da estrutura e a subsequente profundidade de seu enraizamento na consciência social.

Pondo a explicação em outros termos, observamos que, enquanto a macroestrutura do modo de produção capitalista estrutura a sociedade por um período mais longo, suas mesoestruturas se apresentam em tempos medianos, sendo uma no nível das diferentes fases do capitalismo – concorrencial, monopolista, monopolista-financeiro –, e outra no nível das ordens mundiais (*pax britânica, pax americana*), que se sobrepõem às fases e podem ou não se alinharem a elas (BIELER e MORTON, 2001). E ainda, no nível da microestrutura, nos deparamos com movimentos conjunturais.

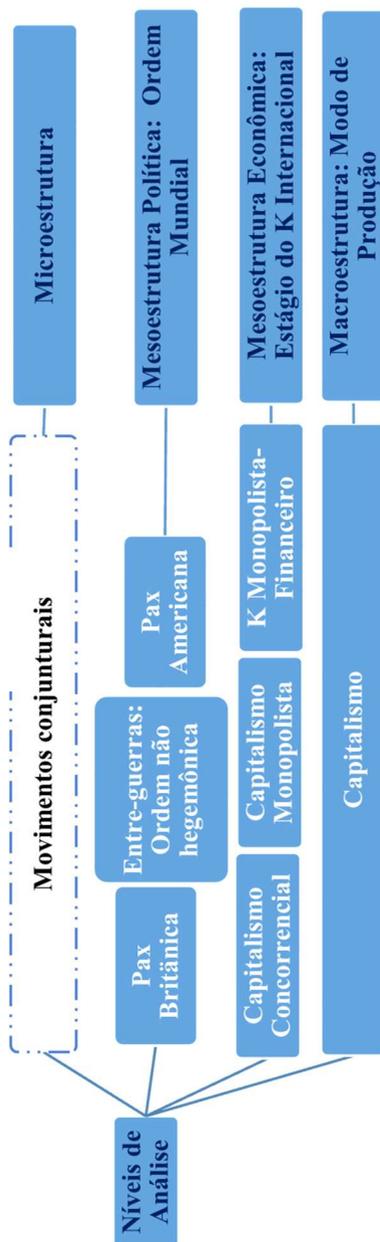
Sem pretender delimitar tempos específicos, nem exaurir as possibilidades de categorização dentro da mesma, a Figura 6 demonstra como camadas diferentes de uma estrutura apresentam diferenças em profundidade (quanto mais baixo estiver na figura) e em duração.

O processo de desconstrução, no plano analítico, de reificações<sup>59</sup>, desenvolvido a partir de uma abordagem historicista, nos permite enxergar a agência em forças sociais a despeito de abordagens tradicionais que veem no Estado e no Mercado este papel.

---

<sup>59</sup> O processo de *reificação*, também chamado de *coisificação*, remete ao tratamento de algo abstrato como se fosse material ou concreto. Nos exemplos dado, tratamos da reificação de relações sociais enquanto *estado* ou *mercado*.

**Figura 6 – Níveis de Análise**



Fonte: Elaboração própria, a partir Bieler e Morton (2001).

O Estado e o Mercado, embora sejam construções intersubjetivas, adquirem um caráter de objeto por meio da ação. Da mesma maneira, ainda que o Estado e o Mercado não sejam objetos físicos *reais*, deles decorrem formas físicas reais porque todos agem *como se* eles fossem entidades reais.

Uma vez que uma categoria intersubjetiva atinge consequências humanamente objetivas, segue que estruturas socialmente construídas tornam-se parte do mundo objetivo em virtude de sua existência na intersubjetividade das pessoas (BIELER; MORTON, 2001; COX, 1996). O tempo, quando inserido na problemática agente-estrutura, nos permite uma diferenciação entre graus da estrutura e a problematização de relações reificadas.

Na análise das situações, isto é, das relações sociais de força – incluindo as relações de forças econômicas, políticas e militares –, Gramsci (2000b) coloca que é necessário primeiro resolver a problemáticas das relações entre a estrutura e as superestruturas para, posteriormente, analisar as forças propriamente ditas e as relações entre elas.

Na análise da estrutura, é imprescindível o cuidado na diferenciação entre os movimentos orgânicos e os movimentos conjunturais. Os movimentos orgânicos dizem respeito a fenômenos relativamente permanentes, envolvem os grandes agrupamentos (para além dos imediatamente envolvidos) e abrem espaço para críticas de caráter histórico-social. Por outro lado, os movimentos conjunturais são ocasionais, imediatos e podem ser acidentais, envolvem aqueles imediatamente responsáveis e os pequenos grupos dirigentes e abrem espaço à crítica política do dia-a-dia. O nexa analítico entre os dois graus seria dificilmente determinado de modo correto, tanto por excessos economicistas, que tratariam de causas mecânicas, como por excessos ideologistas, tingidos por um viés voluntarista e individualista.

Uma causa comum deste erro analítico se encontra nas paixões e desejos baixos do intelectual, substituindo a análise objetiva pelo autoengano. Feita essa ressalva, Gramsci (ibidem) sugere que o estudo das “ondas de diferentes oscilações” (ex. a onda de revoluções na França do século XIX) seja uma maneira de “reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura” (p. 40).

A configuração Fonte: Elaboração própria, a partir Bieler e Morton (2001). da Figura 6, em linha como esses apontamentos, ressalta essas diferenciações ao apresentar

diferentes níveis de análise olhando para o tempo de maturação das diversas estruturas, que se sobrepõem e têm profundidades diferenciadas em seu grau de reificação, embora não esgote as possibilidades de estruturas passíveis de análise.

Poderíamos apresentar, também, uma mesoestrutura econômica que trabalhe os diferentes estágios de imperialismo e/ou de dependência, ou que tenha uma leitura diferenciada de quais seriam as ordens mundiais, não necessariamente alinhada com a perspectiva coxiana (ou outras) a respeito do fim da *pax americana* a partir do começo do processo de financeirização do mais recente estágio da reprodução do capitalismo a nível mundial.

Ressaltamos, portanto, que a aceitação da configuração geral apresentada na Figura 6 não implica necessariamente que o leitor precisa estar de acordo com as conclusões analíticas que levaram ao desenho do mesmo. Ou seja, o leitor poderia modificar apenas a tipificação dentro de cada nível sem necessariamente precisar rejeitar a diferenciação entre macro-, meso- e microestruturas. Subjaz esta configuração de níveis de estrutura a preocupação em entender e desenvolver possibilidades para a transformação, sob a alegação de que, enquanto microestruturas estão constantemente mudando, mesoestruturas podem durar décadas e macroestruturas séculos. Quanto mais profundamente embutida, mais difícil é mudar uma estrutura. Um primeiro passo para transformar mesmo a mais profundamente embutida estrutura é o questionamento em torno de seu status objetivo e a subsequente compreensão e conscientização em torno do processo de reificação por qual passou.

A aproximação entre o método historicista, encontrado tanto na teoria gramsciana como na TCN, e a Abordagem Morfogenética, distanciando-se da teoria da estruturação, se dá a partir da introdução do fator tempo na compreensão da relação entre agente e estrutura:

O método historicista introduz o tempo na análise e argumenta que, embora estruturas sociais sejam sempre ‘feitas’, este processo de instanciação sempre ocorreu no passado, condicionando a agência no presente. Em outras palavras, embora todas as estruturas são o resultado de interação humana, partes podem ter sido instanciadas no passado (BIELER; MORTON, 2001, p. 26, tradução nossa.)<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> [...] the historicist method introduces time into the analysis and argues that although social structures are always ‘mades’, this process of instantiation has

A relação entre as estruturas, enfrentadas como *dadas*, por haverem adquirido um sentido humanamente objetivo (embora historicamente subjetivos), e as forças sociais (os agentes) não são compreensíveis a partir da noção da dualidade da estrutura da teoria da estruturação. Tratarmos as duas categorias como inseparáveis, a pré-existência de uma frente a outra em qualquer momento concreto implicaria na negação dos processos de remodelação que um força sobre o outro.

A TCN e a teoria gramsciana trabalham a agência e a estrutura a partir do dualismo analítico, que reconhece não só a pré-existência como também a autonomia relativa de cada e a relação causal entre ambas. A autonomia relativa está implícita na visão de que, apesar da força constrangedora/facilitadora da estrutura, por um lado, a agência consegue efetuar mudanças, e, por outro, dos esforços voluntaristas da agência (das forças sociais) não necessariamente seguem as mudanças empreendidas. Contudo, ambas as categorias pressionam e influenciam a outra; cada uma é explicável por meio da análise da sua relação com a outra.

No que diz respeito à compreensão da TCN e da teoria gramsciana sobre o que é agência e o que é estrutura, discordamos, em parte, da perspectiva apresentada por Wight (2006). Em seu entendimento, a TCN trabalharia a categoria estrutura enquanto significados intersubjetivos, uma subcategoria de regras (condizente com a definição de estrutura utilizada por Giddens (2009)), e não como relações sociais, conforme a abordagem marxista. Embora subcategoria importante para a *categoria de forças* denominada ideias, a intersubjetividade não se apresenta na estrutura como um todo na TCN. Ao contrário, nos níveis de atividade, conforme apresentadas por Cox (1981), ressaltam as relações sociais nos três diferentes níveis: (1) nas relações sociais de produção; (2) nas formas de Estado, que são representações de complexos Estado/sociedade civil, isto é, diferentes relações entre a sociedade política e a sociedade civil; e ordens mundiais, representações de relações hegemônicas ou não hegemônicas entre diferentes Estados e forças sociais.

Poderíamos argumentar que falar em significados intersubjetivos não é mais do que outra forma de designar formas em que relações sociais são compreendidas de forma coletiva, em todas as suas complexidades.

---

always also taken place in the past, conditioning agency in the present. In other words, while all structures are the result of human interaction, parts may have been instantiated by interactions in the past.

Aliás, como Bieler e Morton (2001) apontam, Giddens só consegue trabalhar a estrutura como regras e recursos porque realoca a categoria de relações sociais a outro nível que o autor denomina *sistema social*.

Como posto no capítulo anterior, a estrutura (regras e recursos) estaria recursivamente implicada no sistema social (relações sociais), o que não está distante de nossa proposição, de que os significados intersubjetivos estariam implicados nas relações sociais por meio de compreensões compartilhadas destas por agentes. No trecho abaixo, Cox (1987) não só rejeita a leitura estruturalista do problema agente-estrutura, como alude à perspectiva emergentista do problema:

O termo *estrutura* é usado de formas tão variadas que se torna útil deixar claro desde um princípio como é utilizado [aqui]. Alguns autores utilizam “estrutura” para significar ideias inatas ou padrões de relações cuja existência independe das pessoas; eles pensam as pessoas como meros portadores de estruturas. Não é essa a intenção aqui. Há, com certeza, uma sensação de que estruturas antecedem os *indivíduos* na medida em que crianças nascem em sociedades repletas de práticas sociais estabelecidas e aceitas. Porém, essas práticas [...] são a criação da atividade humana coletiva. Estruturas históricas [...] dizem respeito a práticas sociais persistentes, feitas pela atividade humana coletiva e transformadas por meio da atividade humana coletiva (p. 4, itálicos originais)<sup>61</sup>.

Embora já a tenhamos desenvolvido anteriormente, ressaltamos a ênfase aqui, assim como em outros textos (COX, 1981; 1983; BIELER; MORTON, 2001), na agência coletiva sobre a individual, ideia substanciada pela afirmação de Giddens (2009) de que ter agência diz

---

<sup>61</sup> The term *structure* has been used in such a variety of ways that it is useful to be clear at the outset how it is used in this book. Some authors have used “structure” to mean innate ideas or patterns of relationship that exist independently of people; they think of people merely as bearers of structures. No such meaning is intended here. There is, of course, a sense in which structures are prior to *individuals* in that children are born into societies replete with established and accepted social practices. However, these practices [...] are the creation of collective human activity. Historical structures, as the term is used in this book, mean persistent social practices, made by collective human activity and transformed through collective human activity.

respeito à possibilidade de efetuar mudança. Entendemos, com isso, que a mudança prossegue da ação coletiva. O caráter coletivo da agência é substanciado, também, na obra de Gramsci (1999; 2000b), na elaboração não só da noção do “homem” coletivo, como no papel das classes dirigentes no desenvolvimento da autoconsciência coletiva e na necessidade do caráter coletivo da ação para a efetivação da mudança. O moderno príncipe não pode ser senão um organismo da coletividade, que, pelo devir histórico, se concretiza na organização do partido político. A grande exceção ao caráter coletivo da agência se encontra no líder cesarista, uma encarnação mítica do príncipe que se daria a partir de momento histórico-político, a representação de um perigo imediato e iminente, sem caráter amplo nem orgânico.

A Abordagem Morfogenética, baseada no dualismo analítico do elisionismo, apresenta de maneira adequada os patamares ontológicos e metodológicos sobre qual se estrutura a Teoria Crítica Neogramsciana. A leitura sobre o problema agente-estrutura que a Abordagem Morfogenética desenvolve é a mesma que se apresenta na TCN, delineada no capítulo anterior de tal modo a demonstrar a relação em nível ontológico entre a agência coletiva, encontrada nos esforços das forças sociais, e os diversos níveis da estrutura.

Desenvolveremos no quarto capítulo a hipótese de que essa leitura, em conjunto com as contribuições acerca das problemáticas da dependência e do subdesenvolvimento, convergem também com a ontologia e metodologia que subjazem a Teoria Marxista da Dependência. Com o objetivo final de entendermos o subdesenvolvimento e pensarmos possibilidades para a sua superação, é imprescindível termos uma compreensão clara e consistente de como a agência modela a estrutura, e a estrutura, a agência.

De equívocos na compreensão da relação entre as duas categorias seguirão, indubitavelmente, erros na construção da teoria prática e a subsequente análise do mundo concreto. Verificar a sustentabilidade ontológica de uma argumentação teórica e analítica suscita o caráter imprescindível de uma visão que se atente às premissas. Uma das forças da teoria crítica se apoia, no entanto, justamente em sua capacidade de travar esse debate de forma consistente e sem temores ao confrontar a teorização *mainstream*.

#### 4 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Though science and truth know no national boundaries, it is probably new generations of scientists from underdeveloped countries themselves who most need to, and best can, devote the necessary attention to these problems and clarify the process of underdevelopment and development.

- Andre Gunder Frank

A proposta da vertente marxista da Teoria da Dependência é dupla: se, por um lado, busca compreender e explicar as particularidades do capitalismo dependente latino-americano, com o intuito de construir uma análise que desce de níveis mais altos de abstração para os mais concretos; por outro, empreende um esforço normativo traçado pela responsabilidade histórica da intelectualidade de contribuir para a melhoria do nível de vida da humanidade, que aqui se traduz na necessidade de superar o fenômeno do subdesenvolvimento. Seu objetivo explicativo-normativo traz, portanto, um ponto de partida que privilegia a transformação em sua relação dialética com a reprodução. Como fizemos no capítulo anterior, apresentaremos um olhar para a TMD a partir de um debate mais amplo da teoria social que busca traçar a explicação dos fenômenos desde a relação entre agência e estrutura. A despeito da marginalização do Marxismo dentro do campo das Relações Internacionais em geral, e da virtual inexistência da TMD em particular dentro dos debates do mesmo, apresenta-se uma oportunidade de demonstrar um ensaio de solução do problema agente-estrutura a partir de uma teorização latino-americana.

Este capítulo trará o seguinte fim: apresentar a perspectiva dependentista-marxista do problema agente-estrutura, por meio de um diálogo que percorre as principais categorias da teoria, sua perspectiva onto-epistemológica e contribuições onto-epistemológicas exógenas (porém não estranhas) à TMD. Valeremo-nos, para a compreensão e apresentação da perspectiva dependentista, principalmente de obras de Ruy Mauro Marini (1977, 2011, 2012, 2013). Por motivo dos objetivos acima explicitados, utilizaremos, também, contribuições pontuais de outros teóricos da TMD, tanto da velha guarda como das novas gerações, mas com o intuito de estabelecer o diálogo dentro das bases apresentadas por Marini. Com isso, diminui-se o escopo da leitura e de polêmicas entre os diferentes teóricos para sustentar debate posterior mais focalizado entre a TMD e a TCN.

Para tal fim, partiremos de uma discussão epistemológica e ontológica preliminar acerca da dependência. Após apresentar as bases epistemológicas da TMD, adentraremos algumas categorias fundantes da mesma como a transferência de excedente e superexploração da força de trabalho. As mesmas darão continuidade à discussão prévia e sustentarão a discussão sobre outra categoria fundante: o subimperialismo. Por fim, voltaremos à discussão ontológica sobre a relação agência-estrutura na perspectiva dependentista-marxista e ver se a mesma se sustenta na Abordagem Morfogenética.

#### **4.1 Epistemologia e ontologia da dependência**

Para situar historicamente o cenário em que se constrói a base epistemológica da TMD, vemos a necessidade de explicitar alguns aspectos acerca dos fatos históricos que impactaram nas economias dependentes latino-americanas, trazendo problemáticas ao esforço teórico da época. Assim, entendemos que a construção da hegemonia norte-americana pavimentou as alternativas para o pós-guerra, e teve uma de suas mais fortes expressões nas instituições de Bretton Woods. Neste processo de construção do consenso, os países subdesenvolvidos trouxeram à pauta a problemática do desenvolvimento. Exemplo disso foi a incorporação do investimento para o desenvolvimento aos objetivos e à atuação do Grupo Banco Mundial (COELHO, 2012; CASTELO, 2010).

Neste mesmo movimento, criou-se também a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) cujo objetivo é desvendar os entraves ao desenvolvimento capitalista dependente da América Latina. Por trabalharem dentro de uma instituição da ordem vigente, os intelectuais da CEPAL esbarram com as limitações postas por essa ordem. A nova ciência social oficial e sua metodologia, resultantes desse processo, não encontram margem de manobra fora daquilo que seria aceitável dentro dos novos parâmetros institucionais<sup>62</sup> (BAMBIRRA, 2012). Condizente com essa leitura das limitações postas pela

---

<sup>62</sup> Nesta mesma linha, Castelo (2010, p. 207) coloca: “Questões fundamentais para o entendimento das complexas relações sociais que ligam países centrais desenvolvidos aos subdesenvolvidos, como as dimensões nacionais e internacionais das lutas de classes, a natureza classista do Estado e das ideologias, o imperialismo das corporações multinacionais e dos Estados centrais e o caráter exploratório e iníquo da acumulação de capital, foram solenemente ignoradas pelas declarações oficiais da ONU e mesmo da Cepal”.

institucionalidade de Bretton Woods/ONU sobre a CEPAL, COX (1983) explicita que a absorção de intelectuais da periferia por órgãos hegemônicos não apresenta outra alternativa senão a assimilação dos mesmos pelo sistema, em prol de sua manutenção. A partir do conceito de transformismo, elaborado no capítulo anterior, o autor enfatiza que mesmo os intelectuais da periferia que se juntam aos organismos hegemônicos com a vontade e intenção de promover a mudança desde dentro desempenharão um papel favorável à manutenção do sistema. Como coloca Bambirra (2012):

A consciência da ciência oficial diante dos problemas e das dificuldades para sua superação chega a ser bastante aguda, mas sua qualidade de ciência institucionalizada limita sua imaginação científica e lhe impede de buscar alternativas para a solução dos problemas que vão para além do sistema vigente (p. 36).

Em uma análise de documentos da CEPAL<sup>63</sup> cuja problemática é a aplicação dos programas de desenvolvimento propostos pelo órgão aos países latino-americanos, Bambirra (2012) entende que o mesmo não se empenha no sentido de desenvolver um estudo direcionado a analisar a viabilidade objetiva dessas propostas, pois isso implicaria em considerar a possibilidade de sua negação. Isso os teria levado a um viés demasiado voluntarista, em que o esforço intelectual empreendido se direcionaria mais para a justificação de um certo modelo de desenvolvimento e menos para a sua explicação. O resultado é a atribuição do fracasso dos programas propostos à incompetência dos governos na efetivação dos mesmos, a despeito dos condicionantes estruturais. Gramsci (2000b) talvez teria atribuído esse erro analítico, conforme compreendido por Bambirra, a um viés passional, aqui dedicado mais a uma resposta estabelecida *a priori* (por motivo de seu caráter de solução de problemas) que ao rigor intelectual propriamente dito. Discorrendo sobre análises histórico-políticas, o comunista italiano aponta como causa provável do erro “os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas” (ibidem, p. 38) quando se trata da arte política; ou o economicismo/mecanicismo de um lado, e o ideologismo, onde se ressalta o caráter voluntarista e individual, do outro.

---

<sup>63</sup> Em especial, destaca-se: *La evolución social de América Latina*, División de Asuntos Sociales, CEPAL, outubro de 1968, mimeo.

Em linha com a leitura de Bambirra (2012), Rodrigo Castelo (2010) reconhece um esforço dentro da CEPAL de ampliar sua análise para além do pensamento econômico heterodoxo para abarcar a inclusão de valores de justiça social e a necessidade da participação política das massas no processo decisório, até então confinado aos gabinetes de governo. Demonstrando as limitações da institucionalidade, o autor argumenta:

Tais esforços, contudo, não se efetivaram conforme haviam idealizado seus formuladores mais radicais. Diversos fatores – estruturais e conjunturais – concorreram para esse fracasso, como aponta Marshall Wolfe ([1976] 2000): 1. A ilusão do desenvolvimento capitalista autônomo ignorava os constrangimentos do mercado mundial. 2. A cooperação internacional, muitas vezes tida como um instrumento de ajuda, funcionava como uma das ferramentas da dependência. 3. Nenhum país latino-americano, com exceção dos já citados, adotou uma agenda de reformas estruturais; ao contrário, a contrarrevolução, por meio da autocracia burguesa, foi posta em prática com o apoio decisivo dos países centrais. 4. Simples formulações retóricas e apelos à consciência social dos grupos dominantes a um Estado supostamente a serviço da vontade geral, promotor do bem-estar social, desconsiderando-se as estruturas reais de concentração de poder, dominação e exploração, não humanizam o desenvolvimento econômico capitalista. 5. Surgimento de novas formas de dependência externa, como as transnacionais. 6. Polarização socioeconômica que inviabiliza o aumento da participação das camadas populares nas esferas políticas. (Ibidem, p. 207-8).

Com isso, apontamos que não se pretende desenvolver essa leitura dependentista-marxista do trabalho da CEPAL, mas apenas delimitar o contexto em que os teóricos da TMD desenvolvem uma interpretação alternativa da dependência, não comprometida com a ordem vigente. Apontamos, com isso, uma delimitação epistemológica da escola dependentista-marxista (em confluência com a neogramsciana-crítica) que aponta para o constrangimento epistemológico da institucionalidade.

Na mesma direção que Bambirra (2012), e em concordância com as preocupações de Gramsci (2000b), Marini (2011) traz alguns apontamentos que estabelecem delimitações epistemológicas para guiar as pesquisas dependentistas. Delineando dois desvios comuns a leituras marxistas sobre a dependência, entende que o marxismo dogmático conteria o erro de, ao se ater acriticamente aos conceitos abstratos originais, se limitaria ao ponto de negligenciar o concreto. Neste processo, romper-se-ia a relação entre o abstrato e o concreto e as descrições empíricas decorrentes não se fundiriam com a teoria. Uma leitura do Partido Comunista Brasileiro, representado na obra de Nelson Werneck Sodré, sobre a realidade latino-americana exemplifica tal ortodoxia dogmática ao desenvolver a tese do semifeudalismo. Ao enxergar na América Latina uma sociedade semifeudal, entenderam que a região precisaria passar por uma revolução burguesa antes que se pudesse construir a revolução socialista<sup>64</sup>. A adoção acrítica de um etapismo marxista os levou não só a desconsiderar as particularidades da região, enxergando um semifeudalismo em uma sociedade cuja gênese esteve intimamente ligada à expansão do capitalismo mercantil, como também a concluir que seria necessário a classe operária apoiar a burguesia num projeto de desenvolvimento capitalista autônomo (LEMONS, 2009).

A segunda classe de desvio apontada é a adulteração conceitual, que Marini (2011) iguala ao ecletismo. Este erro se dá pela tentativa de adequar um conceito exógeno a um marco teórico incompatível com o mesmo. Archer (1995) talvez apontaria para a falta de preocupação no empreendimento de verificar as compatibilidades epistemológicas e ontológicas entre o conceito, de um lado, e o marco teórico, de outro. Esta problemática é ressaltada dentro das Relações Internacionais onde prevalece uma linguagem e conceitualização positivistas, colocando o desafio tanto para os interpretativistas quanto para os marxistas de conseguir ao mesmo tempo dialogar com o campo e não cair na adulteração conceitual. Exemplifica-se o uso da categoria de atores, cuja abrangência ultrapassa aquela de classes sociais ou mesmo grupos/forças sociais, propondo outras possíveis configurações de agência

---

<sup>64</sup> Para um debate sobre diferentes perspectivas marxistas a respeito da formação histórica do Brasil, ver Lemos (2009), onde o autor discute as contribuições de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso, entre as quais a tese do semifeudalismo e suas repercussões para a luta de classes. Para uma crítica dependentista-marxista à tese da sociedade dual, inerente a esse debate, ver Gunder Frank (1969).

incompatíveis com o marxismo. Ou mesmo a proposta de Keohane (1988) para os reflexivistas<sup>65</sup> de que adotem uma metodologia positivista para terem mais legitimidade dentro do campo. Acatar essa proposta se traduziria na negação do próprio reflexivismo.

Um pretensão enriquecimento, neste último caso para o interpretativismo e no que descreve Marini para o Marxismo, resultaria num estudo carente de rigor conceitual e metodológico (MARINI, 2011). Os dois casos postos por Marini refletem, portanto, uma falta de rigor metodológico ao não valorizarem fundamentos do materialismo histórico: de que a teoria precisa refletir a realidade, e que os conceitos e categorias precisam ter consonância com a epistemologia e ontologia que embasam a teoria.

Um último apontamento que se deve destacar nas obras consultadas seria a noção de totalidade da qual parte o marxismo, direcionando o nosso foco, também à TMD.

Os procedimentos de separar e dividir, inerentes ao processo de fragmentação, trazem consigo, ao mesmo tempo, a perda de compreensão da atividade unificadora presente na vida em sociedade, aquela que confere sentido aos múltiplos processos, os quais são apresentados assim de maneira dispersa, desconectados. [...] Em meio à dispersão em voga, retornar à totalidade, de maneira a dar conta da atividade unificadora, parece um requisito epistemológico de primeira importância. É no meio daquela unidade que a especialização adquire um novo e frutífero sentido. (OSORIO, 2012, p. 37-8).

Com essa delimitação epistemológica, Osorio apresenta a lógica do capital como tal atividade unificadora de nossa época, oferecendo elementos que sugerem uma perspectiva da força constrangedora do modo de produção enquanto eixo central da estrutura, que

[...] como um tornado derruba, absorve, faz girar e eleva pelos ares todas as relações que encontra em seu caminho, reorganizando-as e deixando nelas

---

<sup>65</sup> A nomenclatura racionalismo versus reflexivismo dentro das RI, apreendida por Keohane (1988), serviu para demarcar dois grandes grupos dentro do Terceiro Debate, com os positivistas (racionalistas) de um lado, e os pós-positivistas/interpretativistas/críticos (reflexivistas) de outro.

sua marca. De acordo com Marx (2011), “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade”. (Ibidem, p. 37).

Embora estes elementos gerais sugiram uma ontologia estruturalista, apresentaremos, mais adiante, os elementos agenciais que dialogam com os estruturais no desenvolvimento de uma perspectiva dependentista-marxista da relação entre agência e estrutura.

Antes de seguirmos, no entanto, é necessário destacar o papel heurístico dos diferentes níveis de análise do marxismo, incorporadas na TMD, variando entre um alto grau de abstração e graus mais concretos. “Assim, a maior abstração é *fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processo*” (ibidem, *itálicos originais*). Como aponta Osorio (2012), seria a historicidade que distingue, em sua essência, os tipos ideais weberianos e a abstração marxista. De acordo com o autor:

[...] em níveis de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades. O capital se apresenta como muitos capitais; o trabalho, como muitos trabalhadores; o valor se apresenta como preços; a mais-valia, como lucro. Quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade e, devido à fetichização dominante, com uma elevada capacidade de ocultar as relações sociais que a constituem (ibidem, p.38).

Compreender o papel heurístico da abstração marxista se provará imprescindível para a discussão a seguir. Isso porque os diferentes níveis de abstração serviriam para destrinchar a totalidade na tentativa de compreendê-la e de, no fim, amarrar os diferentes elementos numa teorização integral com poder explicativo.

#### 4.1.1 Subdesenvolvimento e dependência

Assinalado o contexto em que surgiu a necessidade de se compreender o desenvolvimento desigual no sistema capitalista internacional, a partir dos anos 1950 houve diferentes esforços para estudar com mais profundidade o subdesenvolvimento dos países periféricos. Esses diferentes esforços de compreensão da realidade têm visões ontológicas diversas que traçam suas respectivas linhas de raciocínio para explicar o fenômeno do subdesenvolvimento.

Uma linha compreende o subdesenvolvimento como uma fase anterior ao desenvolvimento, numa visão etapista e teleológica da problemática, como aquela defendida por Walt W. Rostow<sup>66</sup>. Os países subdesenvolvidos precisariam passar pelas etapas que passaram os países desenvolvidos para chegarem ao destino almejado.

Uma segunda linha contra-argumenta com a observação que os países hoje desenvolvidos nunca foram *subdesenvolvidos*, mas apenas *não* desenvolvidos. Entende-se a partir desta visão que o subdesenvolvimento anda *pari passu* com o desenvolvimento; seriam dois *processos* complementares e necessários dentro de um desenvolvimento capitalista global. O centro capitalista se desenvolveria, aqui, às custas do subdesenvolvimento da periferia. Ou seja, argumenta-se que o centro se desenvolve justamente porque a periferia se *subdesenvolve*. Nesta leitura, não há, portanto, possibilidades de ruptura com o subdesenvolvimento sem uma ruptura concomitante com o capitalismo, uma vez que é a drenagem de excedente de uma população o fator que possibilita a acumulação de capital e a sua subsequente reprodução, sustentando, portanto, o desenvolvimento capitalista (GUNDER FRANK, 1970). O subdesenvolvimento se caracteriza, de um lado, como meio de acumulação, de realização de capital excedente e, conseqüentemente, de reprodução ampliada do capital, e, de outro, por ter sua dinâmica e, portanto, sua orientação comandada exogenamente.

Nesta compreensão do desenvolvimento enquanto processo e não um fenômeno teleológico-etapista, defendemos o rechaço de tipologias correntes nas RI<sup>67</sup> que caracterizam países enquanto “emergentes” ou “em desenvolvimento”, pois estas negam a leitura de que *todos* os países estão em constante desenvolvimento e sugere uma ontologia teleológica, de que, se os países adotarem as medidas corretas, alcançarão a etapa seguinte. Essa nova tipologia etapista se traduz na negação da dicotomia entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e, com isso, da sua

---

<sup>66</sup> Cf.: Rostow, Walt W. Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

<sup>67</sup> Destacam-se as teorias liberais dentro do campo.

relação. É seguindo esse raciocínio que se pode, como o bem colocou Gunder Frank (1970), falar em desenvolvimento do subdesenvolvimento.

O esforço de juntar as proposições de Bambirra (2012) e Marini (2011), postas na subseção anterior, mais do que representar uma contraproposta a um núcleo epistemológico único, já que as críticas postas por cada teórico dialogam com campos diversos, teve como objetivo a apresentação de uma conjunção das diferentes proposições. Esta conjunção serve como uma delimitação dos marcos ontológicos e epistemológicos sobre os quais as diferentes categorias da TMD foram erguidas.

No desenvolvimento desta conceitualização, e apoiado nas preocupações metodológicas postas por Marini (2011), foi necessário primeiro entender o relacionamento dialético existente entre o ser desenvolvido e o ser subdesenvolvido nos marcos do capitalismo internacional. Isso permitiu uma interpretação diferenciada do processo de desenvolvimento latino-americano a partir da definição de “novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência” (BAMBIRRA, 2012, p. 38). A partir da compreensão dessa relação dialética, podemos traçar um esboço da perspectiva dependentista-marxista a respeito do problema agente-estrutura.

Nesta perspectiva, os estudos das sociedades latino-americanas precisam ser desenvolvidos em torno da compreensão de que são parte integrante de um sistema maior, o capitalismo mundial. Embora seja um determinante em última instância, isto é, apresenta uma força pujante de central importância, a economia mundial não pode ser vista como sendo determinista em nenhum sentido mecanicista. A situação de dependência, de países periféricos, é uma situação condicionante no que diz respeito ao desenvolvimento de suas sociedades. A relação entre a estrutura de dependência em nível mundial e a estrutura interna dos países dependentes passa por um processo de redefinição estrutural, em que a primeira condiciona a segunda e esta, por sua vez, “*redefine a dependência em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais*” (SANTOS, 1970 apud BAMBIRRA, 2012, p. 40). Descartando o condicionamento absoluto e, portanto, mecanicista, desenvolve-se uma ontologia a partir de um condicionamento dos parâmetros que abre espaço para a agência na leitura dependentista. No seio do condicionamento dos parâmetros,

[...] atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as *alternativas ou*

*possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros* gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. (Ibidem, p. 41, itálicos nossos).

Este delineamento está em conformidade com a Abordagem Morfogenética no que tange ao forte constrangimento que uma estrutura pode ter sobre a agência das classes sociais. O constrangimento advindo da dependência enquanto estrutura, pressionando as sociedades periféricas, é tanto mais forte quanto mais o país se distancia do centro capitalista.

Seguindo o raciocínio de Marini (2011) para compreender, *grosso modo*, a dinâmica da estrutura, observamos que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) opera sobre a base da expansão do mercado mundial e, por sua vez, resulta na aceleração da mesma. A DIT determinará, com isso, os parâmetros do desenvolvimento posterior da América Latina; determinará, portanto, a estrutura da dependência, definida como

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-5).

Amarrada mais diretamente à dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento de Gunder Frank (ibidem), essa conceitualização abre um espaço para discutir a mudança por apresentar o ciclo de reprodução (morfofostase), e, a partir disso, desenvolve o que seria o ciclo de transformação (morfogênese).

Assim, o questionamento de como as relações de produção podem ser ou modificadas ou recriadas para realizar a reprodução ampliada da dependência incita a análise em diferentes níveis de estrutura. Se, de um lado, a transformação na *macroestrutura* – do sistema capitalista mundial e na sua expressão na periferia, a dependência – é colocada por meio da revolução socialista, a transformação no nível *mesoestrutural* – de fases do capitalismo mundial e do capitalismo dependente – também é tratada como parte do ciclo macroestrutural da reprodução ampliada da dependência (morfofostase). Em outras palavras, pode-se analisar a dupla macroestrutural sistema capitalista mundial/dependência para entender sua reprodução ou sua transformação (mudança para outra

macroestrutura); assim como para analisar a reprodução ou transformação de diferentes mesoestruturas, como as fases do capitalismo e do capitalismo dependente, *dentro de* uma mesma macroestrutura. Marini (2011) sublinha a centralidade justamente em entender os desafios postos pela reprodução da dependência dentro do nível mesoestrutural, olhando tanto para a reprodução como para a transformação das relações de produção que a asseguram, pondo a hipótese de que a mudança macroestrutural, isto é, o fim da dependência, perpassa mudanças na mesoestrutura, onde se dão as relações de produção mais concretas.

Veremos, mais adiante, índices de como a agência também molda a estrutura e como o fator tempo se reflete na TMD. Antes disso, porém, apresentaremos as principais categorias estruturais da TMD para conseguir, posteriormente, desenvolver melhor essa reflexão.

## 4.2 Principais categorias da TMD

Nesta seção, apresentaremos as principais contribuições da TMD no que diz respeito à estrutura, isto é, as relações sociais de produção no capitalismo dependente relacionado com as relações sociais de produção mundiais. Com isso, esta seção terá como foco os elementos estruturais teorizados pela TMD: a noção de cisão no ciclo de produção e as categorias da transferência de excedente, da superexploração e do subimperialismo.

Antes de adentrar nas mesmas, ressaltamos que, em linha com o pensamento de Gramsci (2000b) no que diz respeito à necessidade de diferenciar os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais e encontrar a justa relação entre ambos como parte do estudo da estrutura, Marcelo Carcanholo (2013) propõe a separação analítica entre os níveis *conjuntural* e *estrutural* (ou orgânico, para Gramsci) dos condicionantes da dependência, o que permitiria a análise dos parâmetros de ação. Em contraposição à rigidez dos condicionantes estruturais, os condicionantes conjunturais, tidos como (a) a situação da economia mundial e (b) a do mercado de crédito internacional, têm uma influência, por tempo reduzido, na amplitude do espaço de manobra dos países dependentes. Como explica Marini (2013):

[...] em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está *subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento*, nos países dependentes o mecanismo econômico básico

provém da *relação exportação-importação*, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o *excedente passível de ser investido*, sofre, portanto, a *ação direta de fatores externos* à economia nacional (p. 50-1, *itálicos nossos*).

Em outras palavras, as economias centrais têm uma dinâmica autossustentável e a dependência tem sua raiz no caráter exógeno da dinamicidade econômica de países periféricos. É a partir desta observação que Carcanholo (2013) pode afirmar que o crescimento da economia mundial e/ou a ampliação do crédito tendem a repercutir de tal modo a ampliar os parâmetros de ação de países dependentes, e a retração dos mesmos, a diminuir sua margem de manobra.

No entanto, o que destaca a TMD é a sua exposição dos condicionantes estruturais, tidos como a transferência de valor/excedente e a superexploração da força de trabalho. Apesentadas na subseção seguinte, adiantamos que estas categorias estruturais se dinamizam em sua relação com os condicionantes conjunturais e são, a partir desta relação, melhor apreendidas na complexidade que desenvolvem com a agência das diferentes classes.

#### *4.2.1 Categorias fundantes da dependência: transferência de valor/excedente e superexploração da força de trabalho*

Já foi posto que a Teoria Marxista da Dependência apresenta uma complementariedade à Teoria do Imperialismo, mostrando uma perspectiva sobre o imperialismo desde a periferia. Com isso, busca-se compreender as particularidades apresentadas ao capitalismo dependente, um capitalismo *sui generis*, que, além de reconhecer a sua constituição como parte integrante de uma totalidade que é o mercado mundial, se diferencia do capitalismo no centro a partir do excedente que se transfere ao mesmo e nas consequências disso para a reprodução do capital e as relações de produção na periferia.

Tentando compreender o que há de essência no imperialismo, sem deixar de reconhecer o seu caráter evolutivo e suas diferentes formas no passar dos séculos, Leite (2015) argumenta que, dentre as mudanças que sofreu em suas expressões e as atividades que o compunham, aquilo pelo

qual se poderia definir efetivamente o imperialismo através de suas metamorfoses é a transferência de valor/excedente. Disso advém o argumento da complementariedade teórica: a TMD tem como seu objeto de estudo os efeitos dessa transferência para a conformação de especificidades na sociedade produtora deste excedente, para a economia e o capitalismo dependentes, e para as relações políticas internas e internacionais dos países periféricos, assim como nas forças sociais internas dessas sociedades.

Uma primeira especificidade está no funcionamento do ciclo de reprodução do capital na periferia, em comparação com o centro. Marini (2012) identificou uma *cisão* no ciclo de reprodução do capital na periferia, o que não permitiria que a mais-valia extraída da força de trabalho na economia dependente fosse reincorporada no ciclo de reprodução interno, já que uma porção significativa dela é remetida ao exterior. Retomando Marx, Marini (ibidem) coloca que:

Interessa-nos analisar aqui as três fases do ciclo [de reprodução do capital]: circulação, produção e circulação, para o que convém lançar mão da fórmula  $D-M \dots P \dots M'-D'$ . Esta descreve o movimento pelo qual o dinheiro [D] assume a forma de mercadorias [M] (meios de produção [Mp] e força de trabalho [Ft]), naquilo que é a primeira fase da circulação [D-M], para dar curso a um processo de produção [...P...], do qual resultam mercadorias que devem transitar pela segunda fase da circulação [ $M'-D'$ ], para que o capital recupere novamente a forma dinheiro (p. 21).

Nesta esquemática, o mais-dinheiro adentraria num novo ciclo de reprodução do capital. A cisão no ciclo de reprodução, marco do capitalismo dependente, ocorreria justamente na segunda fase de circulação ( $M'-D'$ ), onde a realização da mercadoria produzida internamente alimenta um ciclo de reprodução exógeno. Ou seja, parte significativa do mais-dinheiro ( $D'$ ) advindo da realização da mais-mercadoria ( $M'$ ) não entra num novo ciclo endógeno de reprodução, senão num ciclo exógeno. Esta parcela do capital-dinheiro não permanece na economia periférica (neste caso, latino-americana) por causa de mecanismos de transferência de excedente, de tal maneira a drenar o ciclo natural da reprodução capitalista de sua força motora.

Apresenta-se, preliminarmente, um obstáculo para o desenvolvimento capitalista periférico, e, portanto, para as classes

burguesas: a remoção do processo de reprodução do capital de parcela significativa do valor produzido, um capital que não será reincorporado, endogenamente, para a sua reprodução. Assim, a categoria *transferência de excedente*, tida também como transferência de mais-valia ou de valor, se apresenta em duas categorias dentro da literatura, uma baseada na *troca desigual*, que ocorre no plano comercial, e a outra na *remessa de excedente*, este no plano de remuneração do capital.

No debate da troca desigual<sup>68</sup>, Marini (2011) coloca suas contribuições para pensar os motivos pelos quais haveria uma coincidência entre o aumento da oferta mundial de matérias primas e alimentos, de um lado, e a queda dos preços dos mesmos, de outro, enquanto os preços dos produtos industriais permanecem relativamente estáveis. Ao fazê-lo, de um lado, descarta as explicações simplistas que se baseiam na lei da oferta e demanda (de que a baixa dos preços seria explicada pelo aumento da oferta), e por um outro, as que vão ao outro extremo ao considerar causas puramente políticas e militares (de que as grandes potências estariam forçando a situação). Na leitura oferecida por Marini, argumenta-se que houve, nesses dois casos, um erro na exposição da ordem dos fatores:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala (p. 143).

De tal modo, entendemos que, na perspectiva de Marini, a deterioração comercial e a debilidade econômica, portanto, seriam os fatores explicativos e não as consequências da ampliação da produção e dos abusos cometidos por nações industriais. Logo, a explicação da deterioração dos termos de troca e da debilidade dos países não industriais teria que ser buscada em outro lado.

Como salienta Borges Neto (2011), Marini oferece uma interpretação, entre outras possíveis e divergentes, da teoria do valor de Marx que vai, rigorosamente, sustentar a categoria da troca desigual. Nesta medida, partimos da compreensão abstrata de que o valor de uma

---

<sup>68</sup> Esta categoria também foi bastante trabalhada por teóricos da CEPAL. Vale destacar a obra de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*.

mercadoria é estabelecido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, assim, o intercâmbio de mercadorias deveria, portanto, expressar a troca de equivalentes. No entanto, a realidade prática apresenta uma divergência com esse pressuposto teórico. Operam-se diferentes mecanismos de transferência de valor que ultrapassam as leis de troca, expressas na fixação dos preços de mercado e dos preços de produção (MARINI, 2011).

São três<sup>69</sup> os mecanismos que operariam neste sentido, apresentando-se em diferentes níveis de abstração na troca de mercadorias. O primeiro mecanismo de transferência de valor opera no plano intrassetorial do processo produtivo, em que diferentes empresas que produzem uma mesma mercadoria terão diferentes níveis de produtividade. Parte-se do pressuposto de que o valor da mercadoria é estabelecido a partir do valor médio de sua produção. Nisso, aquelas empresas com uma produtividade acima da média, ao venderem a mercadoria pelo mesmo valor, se apropriarão de uma mais-valia extraordinária que eles mesmos não produziram; e as empresas com produtividade abaixo da média, por sua vez, venderão sua mercadoria a um valor abaixo daquele produzido (MARINI, 2011).

No plano internacional, as empresas com produtividade abaixo da média tendem a estar localizadas em países com baixa ou média composição orgânica de capital<sup>70</sup>, ou seja, as periféricas e semiperiféricas, respectivamente; e aquelas com produtividade média ou acima da média, em países industrializados. Esta transferência é mais significativa nos setores de produção industrial, e, por isso, não ocorre de modo significativo entre países periféricos (MARINI, 2011).

Também não se apresentaria de modo significativo entre países industrializados, uma vez que suas empresas com menor produtividade tenderiam a atingir minimamente uma produtividade média. Uma mercadoria produzida a partir de uma produtividade média nem transfere parcela de sua mais-valia, nem se apropria daquela produzida por outra. A transferência ocorre, portanto, entre as empresas com produtividade acima e abaixo da média, enquanto a produtividade média apenas

---

<sup>69</sup> Embora Marini (2011) cita dois mecanismos, Carcanholo (2013) afirma a partir de sua leitura de *Dialética da Dependência* que Marini apresenta, de fato, o que seriam quatro mecanismos. Para uma descrição mais elaborada e com bastante rigor teórico, ver AMARAL e CARCANHOLO, 2012.

<sup>70</sup> A composição orgânica do capital é um conceito que reflete a razão entre capital constante e capital variável; isto é, é uma medida da produtividade do trabalho (CALLINICOS, 2004).

estabelece o patamar do valor pelo qual a mercadoria será vendida (AMARAL; CARCANHOLO, 2012; MARINI, 2011).

O segundo mecanismo opera entre empresas de setores diferentes, seja de ramos diferentes da indústria (ex. têxtil versus automobilística versus eletroeletrônica) ou entre uma empresa do setor industrial e outra do primário. Onde Marini (2011) enxerga o funcionamento de um mecanismo em que opera uma dupla transferência, compreendendo a unidade analítica a partir da diferenciação setorial, Amaral e Carcanholo (2012) divisam dois mecanismos distintos a partir dessa duplicidade. Por a categoria da troca desigual se basear justamente na diferenciação de mecanismos de transferência de valor, levaremos em conta essa divisão proposta. Portanto, vale dizer que o segundo mecanismo, assim como o terceiro, opera na esfera intersetorial.

A transferência de valor do segundo mecanismo se dá a partir da diferença em produtividade. Empresas com uma composição orgânica de capital acima da média, embora produzam menos valor, já que dispõem de menos força de trabalho, se apropriam de um lucro extraordinário.

O terceiro mecanismo, ou o segundo tipo de transferência que ocorre no segundo mecanismo para Marini (2011), se dá no descompasso entre preço e valor, isto é, no estabelecimento de preços para venda acima do valor da mercadoria. Isso é possível em setores onde há um monopólio de produção, fenômeno previsto na produção industrial<sup>71</sup>.

Este desenvolvimento analítico da categoria da troca desigual se contrapõe à explicação simplista para a deterioração dos termos de troca, posto acima. Se enxergarmos os mecanismos apresentados acima enquanto regras de um significado intersubjetivo, que seria o valor de troca como base para as relações comerciais internacionais, concluiríamos que Marini (2011) está desenvolvendo a necessidade de se adotar um novo significado intersubjetivo para as mesmas. De acordo com o autor:

Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que

---

<sup>71</sup> Enquanto Amaral e Carcanholo (2012) afirmam que a capacidade do setor monopolista de sustentar um baixo nível de produção para forçar a subida de preços de seus produtos é *temporária*, Baran e Sweezy (1968) defendem que a disputa por mercado dentro do setor monopolista ocorrer na esfera da publicidade e não dos preços, poderiam sustentar um alto nível de preços por período indeterminado. Haveria, portanto, espaço para repensar a força deste terceiro mecanismo.

realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca. (p. 143).

Isto vem em confronto com reivindicações de mudança das regras do jogo, isto é, de “reivindicar relações comerciais equitativas”, que não colocam em pauta a intersubjetividade que sustenta a troca desigual. Em outras palavras, as regras que tentam mudar para tornar o comércio internacional mais equitativo poderiam no máximo amenizar a troca desigual mas não invertê-la, pois não são essas que fundamentam a transferência de valor.

A segunda categoria, a remessa de excedentes, é composta por diferentes tipos de remuneração do capital. Estão incluídos nesta categoria remessas de lucros, de dividendos, de *royalties* e pagamentos de juros (CARCANHOLO, 2013). O peso de cada item no balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos varia conforme as diferentes fases do capitalismo e do capitalismo dependente, com mudanças no peso relativo do investimento externo direto, do investimento em portfólio e do papel dos empréstimos em cada período<sup>72</sup>. Há espaço para pensarmos, também, uma distinção entre aquilo que é essencial para a acumulação e reprodução capitalista dentre os tipos de remuneração do capital e aquilo que é de caráter complementar (i.e., que apoia os processos de acumulação e reprodução mas não seriam necessariamente imprescindíveis para o mesmo). Este questionamento sugere que seria apropriado pensarmos que grau de extração de excedente seria necessário para a reprodução ampliada do capitalismo e o que a diferença entre este grau necessário e o real representa<sup>73</sup>. O estudo destes mecanismos de remuneração também diz respeito à intersubjetividade no que tange ao significado compartilhado do papel destas transferências de excedente, uma vez que são apresentadas na consciência coletiva como o

---

<sup>72</sup> Para uma análise sistemática que demonstra as mudanças no peso relativo de cada tipo de remuneração relacionada às transformações no capitalismo, ver MARINI (2013) e AMARAL (2012)

<sup>73</sup> A organização não governamental Auditoria Cidadã da Dívida vem desenvolvendo um estudo neste sentido no que diz respeito à dívida pública brasileira. Argumentam que haveria um *sistema da dívida* que trabalharia em função de ampliar o endividamento e seus pagamentos sem contrapartida social refletida em investimentos reais. Isto é, um endividamento que se autogera e que não tem funcionalidade social. Cf. Fattorelli (2013).

*funcionamento normal* das relações econômicas, e assim postas como objetivas.

Em resumo: a primeira categoria trabalhada, a troca desigual, gira em torno de diferenças em produtividade e do poder relativo de estabelecer preços ao atingir o grau de monopólio, e a transferência de excedente/valor que se dá de modo estrutural devido a essas diferenças na composição orgânica do capital e por meio do intercâmbio. A segunda categoria trata mais diretamente com questões de investimento entre países que, funcional ao aumento da composição orgânica do capital, separa o mundo em linhas gerais entre receptores e exportadores de capital. Como veremos mais adiante, há amplo espaço para pensarmos diferentes graus entre estes dois polos, no entanto, prescinde de muita elaboração a hipótese de que a exportação de capital tem uma relação positiva com o grau de composição orgânica do capital. Em ambas as subcategorias, subjaz a importância da consciência coletiva mundial, isto é, da intersubjetividade, no que tange às relações econômicas mundiais. Uma consequência do mesmo é o não reconhecimento do caráter subjetivo dessas relações e sua consequente reificação. Logo, apresenta-se uma agência passiva que tende à reprodução dessas relações.

Eis, então, a contradição examinada pela TMD: quanto mais valor a periferia produz, mais se desenvolve o centro capitalista. E, do outro lado, quanto mais o centro se desenvolve, isto é, quanto mais aumenta a sua composição orgânica do capital, menos novo valor produz. Isto porque o aumento na composição orgânica do capital, i.e. da produtividade, diminui o peso relativo do trabalho vivo, a gênese do novo valor, na razão entre o capital constante e o capital variável.

A transferência de excedente da periferia para o centro, seja na forma de troca desigual ou de remuneração de capital, agrava a situação do desenvolvimento capitalista na periferia, como visto anteriormente com a noção de cisão do ciclo de reprodução. Dado que o capitalismo dependente não sobreviveria sem acumulação de capital, os dependentistas buscaram compreender os mecanismos que teriam permitido a reprodução ampliada a despeito da significativa transferência do excedente produzido. Nisso surgiu uma expressão de agência das classes burguesas no capitalismo dependente.

Entre as possíveis alternativas, as classes dominantes dos países desfavorecidos, segundo Marini (2011), não teriam buscado corrigir o descompasso havido entre os preços e os valores de mercadorias na troca desigual. Frente às limitações estruturais, os capitalistas latino-americanos precisaram, por meio de sua agência, recorrer a outro caminho para acumular e reproduzir seu capital – a superexploração da força de

trabalho. Assim como na anedota que vimos anteriormente sobre a relação entre países mais fortes e aqueles mais fracos, a pressão recaiu sobre o elo mais fraco da corrente; neste caso, sobre os trabalhadores, que serão onerados com a responsabilidade de repor o excedente apropriado exogenamente.

Assim, a categoria de superexploração da força de trabalho foi desenvolvida para dar conta das repercussões da transferência de excedente e de sua relação com as necessidades de acumulação do capitalismo dependente. Para desenvolver nosso raciocínio, partiremos da categoria de relações de produção: em uma sociedade capitalista, o trabalhador vende a sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, porém, apresentando diferenças agudas que podem ser classificadas, *grosso modo*, de acordo com as condições de acumulação dos diferentes países, em que a relação de produção se apresenta enquanto *exploração*<sup>74</sup> em países centrais, e *superexploração* em países periféricos.

A categoria de *superexploração da força de trabalho* expressa um fenômeno que ultrapassaria a simples ideia de uma maior exploração. Não se pretende simplesmente alegar que há um maior nível de exploração em países periféricos que em países industrializados. O conceito de superexploração sublinha a ultrapassagem de um grau crítico da simples exploração, se diferenciando qualitativamente dos diversos graus de exploração entre os diferentes países industrializados. O grau crítico se define em torno da remuneração do trabalho abaixo do seu valor, daquilo que é socialmente necessário para o trabalhador repor o seu desgaste. O socialmente necessário não pode ser considerado um valor genérico, pois depende tanto do que uma dada sociedade em um dado tempo histórico considera necessário, quanto dos valores das mercadorias naquela

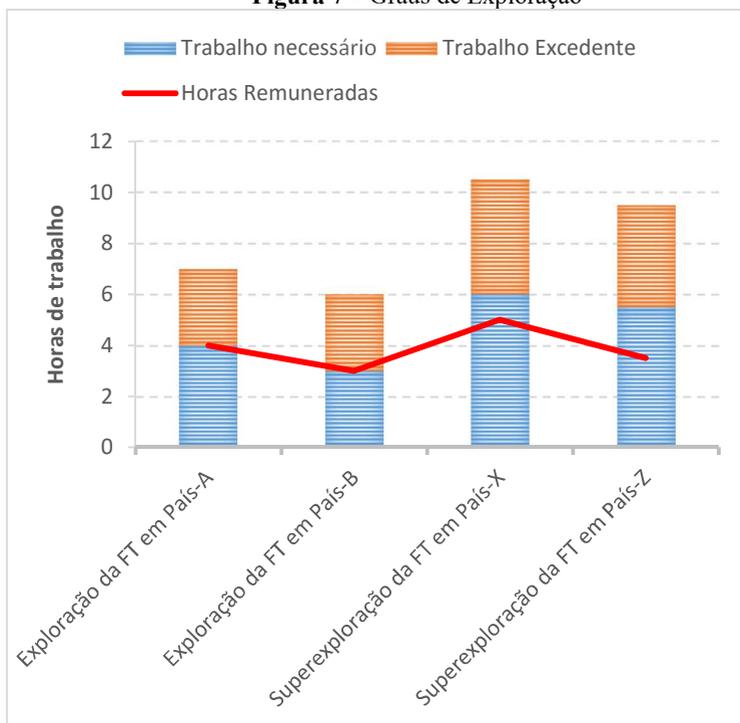
---

<sup>74</sup> Se aceitarmos que a criação de valor só pode advir da força de trabalho, entendemos que é necessário, para que o capitalismo se reproduza, que haja uma exploração da mesma. A **exploração** é entendida, portanto, como o trabalho que excede o que exige a reprodução do próprio trabalhador, alimentando, assim, o ciclo de reprodução capitalista. Este trabalho excedente extraído do trabalhador, o mais-trabalho, tem como resultado uma mais-valia, ou seja, um valor não pago ao trabalhador. Se considerarmos, também, o valor de uma mercadoria equivalente à quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, o valor de reposição da força de trabalho (o valor da sua reprodução) é equivalente ao valor daquilo que o trabalhador precisa para repor o seu desgaste. Em um plano menos abstrato, se as mercadorias que um trabalhador precisa para a sua reprodução (e a de sua família) tiverem o valor de quatro horas de trabalho diários, então é este o valor da força de trabalho daquela sociedade (MARINI, 2011; AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

sociedade (considerando que pode haver um descompasso entre valores e preços).

A Figura 7 apresenta esta compreensão sobre as diferenças entre as categorias exploração e superexploração a partir daquilo que é socialmente necessário, demonstrando que países diferentes contemplam quantidades diferentes de trabalho necessário para a reprodução. Os valores em si têm um propósito demonstrativo e não pretendem representar nenhuma situação concreta. Enquanto os quatro países na figura apresentam quantidades de horas de trabalho necessário e de trabalho excedente variadas, a situação do trabalhador em país A e em país B representa uma situação de exploração compatível com uma economia industrializada, com uma remuneração que cobre o valor socialmente necessário para a sua reprodução; e em país C e D, há uma situação de superexploração, comum a países subdesenvolvidos, onde a remuneração ao trabalhador fica abaixo do trabalho necessário empreendido pelo mesmo.

**Figura 7 – Graus de Exploração**



Fonte: Elaboração própria.

Para além dos mecanismos de exploração da força de trabalho – (1) a prolongação da jornada de trabalho e (2) a intensificação do trabalho –, a literatura reconhece mais dois mecanismos de superexploração: (3) a apropriação parcial do fundo de consumo do trabalhador por parte do capitalista; e (4) a elevação do valor da força de trabalho sem incremento salarial correspondente<sup>75</sup>. Os dois primeiros são correntes em países centrais, e os outros dois seriam de uso esporádico lá, enquanto os quatro seriam correntes na periferia.

Embora os dois primeiros mecanismos, de prolongação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho sejam característicos tanto das relações de produção no centro como na periferia, há uma diferença qualitativa na sua expressão nos países subdesenvolvidos no que tange ao grau de desgaste que os trabalhadores sofrem. De acordo com Osorio (2012), o uso do primeiro mecanismo em prol da superexploração poderia ultrapassar o limite<sup>76</sup> do trabalhador e consumir, através do desgaste físico e mental excessivo, anos futuros de vida do trabalhador.

Enquanto a prolongação da jornada de trabalho propicia um incremento na mais-valia absoluta por <sup>77</sup>aumentar o tempo trabalhado, o segundo mecanismo visa o aumento da produção de mais-valia recorrendo à maior intensidade dentro do tempo estabelecido. Para Osorio (2012) a elevação da *intensidade* viria acompanhada de uma elevação da *produtividade*<sup>78</sup>. Situando o que seria aumento da intensidade, Osorio

---

<sup>75</sup> Importante apontar que os três primeiros foram elaborados por Marini (2011) e o quarto foi acrescentado posteriormente por teóricos da TMD (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

<sup>76</sup> Considerando um limite mínimo e um máximo dentro das necessidades do capitalismo, o primeiro é delimitado pelo tempo de trabalho necessário mais um tempo de trabalho excedente para a geração de mais-valia (e.g., se o tempo de trabalho necessário for quatro horas, o limite mínimo seria > 4h). O limite máximo beira as necessidades de repouso do trabalhador para regenerar suas forças físicas e mentais, mas deve considerar também os limites morais para que necessidades de nível espiritual e social sejam satisfeitos.

<sup>77</sup> A categoria de mais-valia absoluta se refere ao excedente produzido por meio do aumento do trabalho vivo (do desgaste do trabalhador), enquanto a mais-valia relativa diz respeito ao incremento do excedente por meio de uma maior produtividade, isto é, do uso de tecnologia na produção.

<sup>78</sup> Não havendo uma modificação na jornada de trabalho, uma maior produtividade propiciaria uma mudança na relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, uma vez que o trabalhador conseguiria, aqui, repor o valor da sua força de trabalho em menos tempo. Em outras palavras, o aumento da *produtividade*, na situação especificada, acarreta um aumento de geração de

(2012) aprecia que “o capital busca transformar todos os ‘tempos mortos’ na produção em tempos de valorização, acelerando os ritmos de produção, exigindo tarefas cada vez maiores de um mesmo trabalhador” (p. 57). Quando exacerbada, a elevação da intensidade do trabalho, assim como da prolongação da jornada, pode violar o valor da força de trabalho. Isso porque o esforço redobrado que exige essa intensificação também pode reduzir a vida útil do trabalhador, afetando seu sistema nervoso e/ou sua saúde mental (OSORIO, 2012).

O valor gerado a partir do trabalho necessário para a reprodução do trabalhador constitui o seu fundo de consumo. Dito isso, o terceiro mecanismo remete à conversão de parcela desse *fundo de consumo* em *fundo de acumulação* por parte do capitalista. Não diz respeito, portanto, à criação de mais-valia, senão à conversão de parcela do valor em si em mais-valia. Isso se traduz no pagamento de salários abaixo do nível daquilo estritamente indispensável, correspondente ao valor da força de trabalho (MARINI, 2011).

O quarto mecanismo considera o caráter histórico-social do valor da força de trabalho. Com o desenvolvimento no interior de formações econômico-sociais e as mudanças nas forças produtivas, há uma tendência deste valor subir, e o não acompanhamento salarial acarretaria em uma ampliação do trabalho necessário não remunerado<sup>79</sup> (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

A agência enquanto categoria se entrelaça com a categoria superexploração em dois sentidos: tanto em sua gênese como em seu posterior desenvolvimento. A superexploração é gerada a partir do poder de agência das burguesias locais ao escolherem este rumo dentro dos parâmetros dados pela estrutura, pré-existente em relação aos agentes no momento a ser analisado. O desenvolvimento subsequente da superexploração, i.e. as variações na sua intensidade e no peso relativo dos diferentes mecanismos, se dá no seio da luta de classes, momento em

---

mais-valia. O aumento da *intensidade*, por outro lado, “é obtida por meio do aproveitamento dos avanços tecnológicos e da organização do trabalho para aumentar o *desgaste* dos trabalhadores, o que não ocorre com” a elevação da produtividade (OSORIO, 2012, p. 57, grifos do autor).

<sup>79</sup> Assim como o barateamento de bens-salário acarreta na diminuição do valor da força de trabalho, também poderíamos considerar a situação contrária para destrinchar o funcionamento desse mecanismo. A inflação nos preços de bens-salário, quando não acompanhada de um aumento salarial correspondente, acarretaria, também, no aumento do valor da força de trabalho e de sua superexploração.

que as diferentes classes (burguesia, trabalhadores, profissionais liberais) buscam modelar tanto as relações sociais de produção por meio de sua organização política e formas de luta, quanto na determinação do valor da força de trabalho, exemplificado por Marini (2013) na luta de apropriação de valor, onde se entrelaçam políticas governamentais e manifestações reivindicatórias que buscam privilegiar interesses que afetam o valor da força de trabalho<sup>80</sup>. Nesta mesma direção, Marini (2013) apresenta o problema da inflação no Brasil em meados do século XX como uma guerra inflacionária entre as diferentes classes sociais. Como descrita pelo autor, a inflação brasileira no período analisado representaria uma luta de apropriação de valor e seria utilizada para retirar parte do fundo de consumo do trabalhador.

Assim, as categorias de transferência de excedente e superexploração da força de trabalho teriam uma dupla sustentação: a macroestrutural do modo de produção capitalista a nível mundial, e a agencial, em que as classes dominantes lhe dariam sustentação. Na subseção seguinte, trabalharemos a categoria do subimperialismo enquanto expressão concreta da relação agente-estrutura a partir de uma formação econômico-social que teria conquistado um maior espaço de manobra dentro da dependência.

#### *4.2.2 Tipologias: movimento do abstrato para o concreto*

Os fundamentos epistemológicos apresentados por Marini (2011), Bambirra (2012) e Osorio (2012) enfatizam a necessidade de desenvolver a relação analítica entre a abstração e o concreto na aproximação da teoria à prática. De acordo com Osorio (2012),

[...] é necessário inicialmente sublinhar que no marxismo existem diferentes níveis de análise, uns mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias em cada nível, mas inter-relacionados no *corpus* teórico que os constitui, os quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos. É com base nessa perspectiva que se

---

<sup>80</sup> Incluído nestas manifestações estariam as que dizem respeito à reforma agrária e aos incentivos governamentais para a produção (de alimentos e industrial) para o mercado interno versus o externo; e dentro da produção para o mercado interno, aquelas que se destinam ao consumo das massas versus o consumo da esfera alta (e.g. incentivos para a melhoria do transporte coletivo versus aqueles destinados à produção de automóveis).

fala de noções como modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura.

A partir dessa concepção, tanto Marini (2013) como Bamberger (2012) oferecem uma tipologia que desce do nível de abstração mais amplo de capitalismo dependente para situar os países latino-americanos em dois grandes grupos. Esta categorização se baseia no nível de desenvolvimento do capitalismo interno e sua relação com a força do capital estrangeiro frente ao Estado nacional, o que, por sua vez, se entrelaça com sua inserção no capitalismo mundial durante as diferentes fases de seu desenvolvimento.

Desenvolvido com base na categoria de transferência de valor, e abrangendo diferentes conceitualizações da TMD, Osorio oferece uma tipologia baseada nas diversas variações entre apropriação e cedência de valor dentro do sistema capitalista mundial. Estruturado de modo heterogêneo, o sistema capitalista mundial contemporâneo estaria dividido entre economias imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, França), semiperiferias imperialistas (Espanha, Itália), subimperialismo dependentes (Brasil), economias dependentes (Chile e Peru) e periferias (países africanos subsaarianos, talvez países da América Central). Nas três primeiras categorias a apropriação de valor prevalece, mas a partir da segunda já há cedência de valor, sendo que nas últimas duas predomina a transferência de valor. Embora tenha sido explicitado anteriormente, vale ressaltar que os mecanismos de transferência de excedente se modificam não só nos diferentes momentos históricos, como podem se diferenciar a partir das especificidades entre as diferentes formações econômico-sociais.

No que pese a importância da discussão das diferentes tipologias desenvolvidas, o escopo deste trabalho nos limita a desenvolver uma categoria apenas entre as diversas. Sem menosprezar a importância das demais tipologias, apresentaremos, tanto por sua força explicativa quanto pelo papel que vem desempenhando na atualidade, a categoria do subimperialismo. A centralidade desta categoria se reforça por representar a desenvoltura da dialética de uma das categorias fundantes da TMD: a transferência de valor.

#### 4.2.2.1 Subimperialismo: categoria analítica e fenômeno histórico

Vários elementos da categoria *subimperialismo* são desenvolvidos ao longo da obra de Marini (1977 e 2013), sendo que Luce (2007 e 2011)

se empenha para costurar e sistematizar esses diferentes elementos em uma teoria do subimperialismo. Ao mesmo tempo que não se pode apreender a categoria fora do contexto teórico da TMD, é preciso tratar a mesma com o rigor teórico apresentado para que traga um valor analítico. Neste sentido, não se deve descaracterizar a categoria por meio de uma simplificação de que o subimperialismo seria meramente um grau menor de práticas imperialistas, assim como o prefixo *sub* sugere. A categoria exige um grau de coesão e um projeto muito maior, apresentando elementos próprios que não dizem respeito ao imperialismo, como veremos a seguir. O fenômeno do subimperialismo é uma possibilidade que se abre a partir das leis próprias do capitalismo dependente e que se sustenta, portanto, na superexploração da força de trabalho e na transferência de excedente. No entanto, trata-se de uma categoria tanto econômica quanto política, uma vez que se refere ao ordenamento de um sistema de poder (LUCE, 2011).

No contexto da nova divisão internacional do trabalho, fenômeno dos anos 1960 e 1970, surgiram subcentros econômicos e políticos da acumulação capitalista mundial. Os subcentros ocupam uma posição intermediária entre centro e periferia, mas trazem peculiaridades que os diferem da categoria de semiperiferia<sup>81</sup>. Em dadas condições, alguns subcentros apresentam a mais elevada expressão do capitalismo dependente – o subimperialismo. O fenômeno do subimperialismo compreende-se na combinação de quatro variáveis: (1) uma composição orgânica média de capital<sup>82</sup>, também tido como um grau médio de monopolização e operação do capital financeiro na economia dependente; (2) a realização do capital por meio da mobilização de um esquema tripartite: mercado externo, Estado e consumo suntuário; (3) hegemonia em um subsistema regional de poder; e (4) a lógica da cooperação

---

<sup>81</sup> Para uma discussão a respeito das distinções entre semiperiferia e subimperialismo ver Seabra e Bueno, 2012; sobre semiperiferia, subcentro e subimperialismo, ver Luce, 2007 e 2011. Por não vermos a necessidade de desenvolver esta diferenciação neste momento, e por haver teóricos da TMD que fazem uso do termo semiperiferia, trataremos este a noção de subcentro como sinônimos.

<sup>82</sup> Marini (1977) sugere que uma maneira para se inferir um grau média da composição orgânica do capital de um país seria um índice de participação da indústria manufatureira no produto interno bruto (PIB) de pelo menos 25%. Descartando a Iugoslávia (por ser o único país socialista considerado) e as Filipinas (por predominar a instalação de *maquilas* neste segmento), restaram apenas seis países dentre os 92 subdesenvolvidos considerados numa pesquisa pela UNCTAD, na década de 1960.

antagônica na sua relação com o imperialismo dominante. E o elo perdido que costuraria as variáveis gerais da dependência e as específicas do subimperialismo seria, como propõe Luce (2011), a noção de reprodução do capital, apresentada primeiro por Marini (1982 apud LUCE, 2011) e desenvolvida posteriormente por Osorio (2012).

No Pós Segunda Guerra, juntamente com a alta liquidez de capital, viu-se a transferência de atividades de produção já ultrapassadas pelo avanço tecnológico no centro ao parque industrial de vários países periféricos. Na América Latina, isso levou à elevação da composição orgânica do capital a um grau médio em certos países, particularmente na Argentina, no Brasil e no México (MARINI, 2013). Dada a *composição orgânica média*, abriu-se a possibilidade de tentar sanar a cisão entre a produção e a realização do valor<sup>83</sup>, isto é, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores. De acordo com Marini (2011), o desenvolvimento econômico dependente tende a criar, e teria criado no Brasil, duas esferas de consumo: uma alta, que incluía as classes de renda média e alta e cujo consumo suntuário teria sido o objetivo da produção industrial interna; e uma baixa, direcionada às massas, estrangulada pelo baixo poder de compra deste segmento. Para além de um problema de realização, isto refletiria, também, uma grave situação de divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, afetando tanto o valor da força de trabalho em países subdesenvolvidos, como a autonomia relativa dessas formações econômico-sociais em decidir o trajeto de desenvolvimento que buscarão (MARINI, 1977; LUCE, 2011).

Voltemos ao problema da realização. Desenvolvido a partir de um estudo de caso do Brasil, Marini (2013) aponta que, havendo chegado ao seu limite de realização por meio do consumo da esfera alta, a economia brasileira teria chegado a um impasse que só poderia ser resolvido com uma decisão pela ruptura ou pela integração com o capitalismo internacional. Optando pela segunda, a solução encontrada teria sido o *esquema de realização tripartite*, no qual três variáveis trabalhariam conjuntamente em prol dessa realização: (1) o Estado, que, por meio de uma política de investimentos governamentais, de subsídios e de créditos, permitiria a expansão na produção de bens suntuários e alimentaria o desenvolvimento de um complexo industrial-militar; (2) o mercado externo, que abria espaço (agora nos países dependentes) para a exportação de manufaturados e de capital do subcentro; e (3) o consumo

---

<sup>83</sup> Como aponta Ouriques (1996 apud LUCE, 2011), há uma polêmica quanto ao diagnóstico de crise de realização na economia brasileira. Não obstante, não cabe aqui adentrar na mesma por não caber no escopo deste trabalho.

suntuário dentro do próprio país pelas classes médias e altas, fomentado não só por uma política de crédito mais favorável, mas também pela redistribuição regressiva de renda possibilitada pela intensificação da superexploração da força de trabalho (LUCE, 2011; 2013).

Embora o devir histórico o tenha apresentado como tripartite, o esquema poderia ser compreendido a partir de uma noção mais geral de *esquema de realização*, ou *esquema de realização do subimperialismo*, como posto por Marini. Categorizá-lo de “tripartite” poderia ser uma especificidade do fenômeno concreto analisado por Marini e não necessariamente condição *sine qua non* para a realização do subimperialismo em outros contextos histórico-geoespaciais. Com isso, destacamos que o caráter histórico-concreto da análise de Luce (2011 e 2013) não deve ser confundido com uma pretensa especificidade categorial na ordenação dos elementos que compõem a categoria. Ou seja, assim como pode haver diferenças no esquema de reprodução, seus elementos específicos também apresentarão variedade.

A categoria pressupõe que o subcentro atinja um grau de influência regional, através daquilo que Marini denominou *política expansionista relativamente autônoma*, e Luce, *hegemonia regional*. Luce (2013) oferece, a partir da literatura, cinco elementos que possibilitariam o desenvolvimento de uma política expansionista relativamente autônoma, ou uma hegemonia regional, auxiliado pelo Estado. Primeiro, a necessidade da formação econômico-social em questão ter atingido a condição de subcentro, possibilidade dada, no devir histórico, somente aos países que Bambera (2012) classifica como Tipo A, incluindo o grau médio de composição orgânica de capital apresentada anteriormente. Segundo, a unidade entre diferentes frações da burguesia. Em terceiro lugar, a elaboração de um “projeto nacional subimperial”<sup>84</sup>. Entrelaçado com isso está a quarta condição de que haja trustes

---

<sup>84</sup> Embora Luce (2013) não tenha oferecido uma explicação do que entende por “projeto nacional subimperial”, o entendemos, a partir do texto, como a formulação de um projeto que busca, de modo consciente e minimamente articulado, fomentar a influência e expansão da economia nacional. O *relativamente autônoma* remete à relação entre a burguesia local diante do imperialismo.

Pode-se apreender, também, da obra de Marini (2013) que o empreendimento de elaboração do projeto nacional subimperial recairia dentre as funções da representação de classe da burguesia, restando à mesma o trabalho de convencimento das frações burguesa que visam representar. Neste mesmo sentido, Luce (2013) aponta como fontes de elaboração do projeto a Escola Superior de Guerra e o Itamaraty, embora não se limitariam a estes.

capitalistas nacionais, vinculados ao capitalismo imperialista por meio da atuação do Estado. E em quinto lugar, haverá tanto uma cedência de valor/excedente ao centro como uma apropriação de valor/excedente da periferia, isto é, uma transferência bidirecional de excedente. Embora não faça parte da listagem, está implícito que um Estado atuante e articulador seria um sexto elemento.

Tatiana Berringer (2013) participa da discussão sobre as teses do imperialismo e do subimperialismo brasileiros em um dossiê organizado pela revista *Crítica Marxista* em que, em uma de suas críticas, nos oferece uma boa contribuição para pensarmos a relação entre a burguesia dependente e o imperialismo dominante. Em uma exposição que liga a tipologia poulantziana de burguesias à situação da burguesia brasileira, a autora defende que:

O conceito de *burguesia interna* indica uma fração da classe dominante que em uma formação social dependente ocupa uma posição intermediária entre a *burguesia compradora* e a *burguesia nacional* (Poulantzas, 1978). Já a fração tradicionalmente conhecida como *burguesia nacional* é aquela que tem acumulação autóctone de capital e se organiza política e ideologicamente aliada às classes populares numa luta anti-imperialista. [...] o conceito de burguesia compradora indica a fração burguesa que não tem acumulação interna própria e que tende a se comportar como simples intermediária dos interesses imperialistas no interior de uma formação social dependente. [A burguesia interna, por outro lado,] é uma fração que não rompeu, e que não está interessada em romper, a dependência frente ao capital imperialista: dependência tecnológica, financeira e política (BERRINGER, 2013, p. 125, itálicos nossos).

Em sua análise<sup>85</sup>, ambas as teses, do imperialismo e do subimperialismo brasileiros, estariam equivocadas, em parte, por suas leituras errôneas do grau de autonomia da burguesia brasileira. A primeira, por enxergar no Brasil a existência de uma *burguesia nacional*, a tese do imperialismo exigiria da burguesia brasileira um projeto de

---

<sup>85</sup> Apesar de não caber no escopo deste capítulo uma análise concreta da situação brasileira, as contribuições neste sentido desenvolvidas por Berringer (2013) levam a uma melhor análise do marco conceitual em questão.

disputa frontal com os EUA de dominação econômica e política da América Latina; a segunda, por sua vez, atribuiria um papel por demasiado passivo às classes dominantes internas, categorizando as mesmas como uma *burguesia compradora* que não passaria de uma “simples intermediária dos interesses imperialistas” (ibidem), o que não representaria o caso brasileiro. Berringer (2013) defende, ao contrário, que a burguesia brasileira seria melhor classificada como uma *burguesia interna*, pois,

[...] mesmo que haja uma internacionalização das empresas brasileiras e o aumento das exportações de produtos nacionais, a grande burguesia interna permanece submetida ao sistema produtivo e ao domínio político imperialista. Ela não se dispõe a enfrentar o imperialismo como faria uma burguesia nacional, do mesmo modo que não é, tampouco, uma simples intermediária dos interesses imperialistas (burguesia compradora). Ela possui contradições pontuais com o imperialismo, pois pretende limitar o capital imperialista e competir com ele, mas ela não atua de maneira organizada, orientada por um projeto político próprio e de conquista da economia regional como defende Zibechi<sup>86</sup> (ibidem).

Parece-nos, no entanto, que a autora incorreu num erro analítico derivado, possivelmente, de uma leitura não suficientemente apurada dos textos de Marini e Luce, uma vez que a compreensão da burguesia em uma formação econômico-social subimperialista exposta pelos mesmos não é a de uma burguesia compradora como afirma, mas de uma burguesia interna. Embora tenha partido de um erro de leitura, sua crítica nos oferece uma contribuição ao propor a tipologia poulantziana para pensarmos este nível da categoria subimperialismo.

Os elementos apurados por Luce (2013) que ofereceriam as condições para sustentar uma política expansionista relativamente autônoma poderiam ser reorganizados em torno de dois eixos: no eixo econômico, desenvolver um subimperialismo requer haver atingido certo

---

<sup>86</sup> Cf. Raúl Zibechi, autor de *Brasil potencia: entre la integración regional e un nuevo imperialismo*, 2012. Embora Berringer (2013) defenda que a burguesia interna brasileira não tenha um projeto político próprio, a autora apresenta o mesmo como um projeto *imperialista* e não oferece elementos substanciais para diferenciar o que seria um projeto imperialista de um subimperialista.

nível de desenvolvimento das forças produtivas internas – um grau médio de composição orgânica de capital com a formação de trustes nacionais e a transferência bidirecional de excedente; no eixo político, a consagração de uma unidade burguesa que buscaria, por intermédio do Estado, desenvolver um projeto de expansão externa. Em leve contraste com Marini, Luce (2011) dá ênfase à conformação de uma esfera de influência própria dentro de um subsistema regional de poder, o que designa como hegemonia regional, para trabalhar a variável *política expansionista relativamente autônoma*. Neste movimento, o autor parece realocar a centralidade da variável do eixo econômico para o eixo político. Com isso, as condições necessárias no plano interno, por meio da organização da burguesia interna e a elaboração de um projeto nacional, dão sustentação ao cumprimento de certas condições no plano regional e internacional, variáveis cuja conexão seria fortalecida pelo conceito de burguesia interna.

Para operacionalizar os diferentes graus de alinhamento com o centro imperialista, Luce (2011) apresenta uma tipificação que varia entre um alinhamento total e o alinhamento zero: (1) *alinhamento automático* (integração hierárquica vertical); (2) *cooperação antagônica*, ou integração hierárquica piramidal (alinhamento preferencial, com enfrentamento localizado<sup>87</sup>); (3) *competição antagônica* (enfrentamento direto em questões específicas); (4) e *anti-imperialismo* (enfrentamento abrangente e ideológico).

O conceito cooperação antagônica, primeiro desenvolvido por August Thalheimer para descrever a relação entre as burguesias imperialistas no pós-Segunda Guerra Mundial, foi aplicado por Marini (2013) a relações entre frações de burguesia dentro de uma formação econômico-social e entre economias dependentes e imperialistas. Este grau de alinhamento descreveria a busca do Estado subimperialista por uma autonomia necessária para efetivar uma política expansionista, mas sem desafiar fortemente o imperialismo dos Estados centrais (LUCE, 2011).

Em contraposição à cooperação antagônica, subentende-se que o alinhamento direto se traduziria na não reivindicação de um maior espaço de manobra, enquanto a competição antagônica (em menor grau) e o anti-imperialismo representariam, por definição, uma ameaça por demasiada frontal (e, portanto, inaceitável) aos interesses da principal potência imperialista. A cooperação antagônica, por sua vez, se traduz no não

---

<sup>87</sup> Comparar a delimitação desta categoria com a definição oferecida por Berringer (2013) de burguesia interna.

questionamento da hegemonia do imperialismo dominante, isto é, na tentativa de barganhar uma melhor posição dentro da relação liderança-consentimento, utilizando-se enfrentamentos localizados dentre outros alinhamentos mais diretos.

Para Luce (2011), a noção de padrão de reprodução do capital é o elo perdido que seria capaz de integrar os diferentes elementos e categorias do subimperialismo em um corpo teórico unificado. A noção de padrão de reprodução do capital, como desenvolvido por Osorio (2012),

[...] surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento de valor e do dinheiro investido) e *sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram (ibidem, p. 40-1, itálicos originais).

Assim, esta noção serviria para entrelaçar diferentes categorias dos mais variados níveis de abstração. Um padrão de reprodução do capital é um padrão dominante e não exclui variadas formas de reprodução durante seu ciclo, e sua duração tende a coincidir com os ciclos de crise, momentos em que diversos fatores levariam a seu esgotamento e propiciariam, durante períodos de transição, a gênese de um novo padrão.

Osorio (2012) oferece uma tipologia dos diferentes padrões-eixos de reprodução do capital para a América Latina, que se estende da época colonial até o presente: (1) o padrão agromineiro exportador teria resistido até a segunda metade do século XX; (2) seguido por uma breve etapa de transição até a primeira metade da década de 1930, o (3) padrão industrial teria começado na segunda metade dos anos 1930 e se desdobrado em duas etapas, uma internalizada e autônoma, até a década de 1940, e a outra de integração ao capital estrangeiro, começando nos anos 1950; uma (4) segunda etapa de transição teria marcado o período que abrange o meados dos anos 1970 até meados dos anos 1980; e, desde então, o (5) padrão

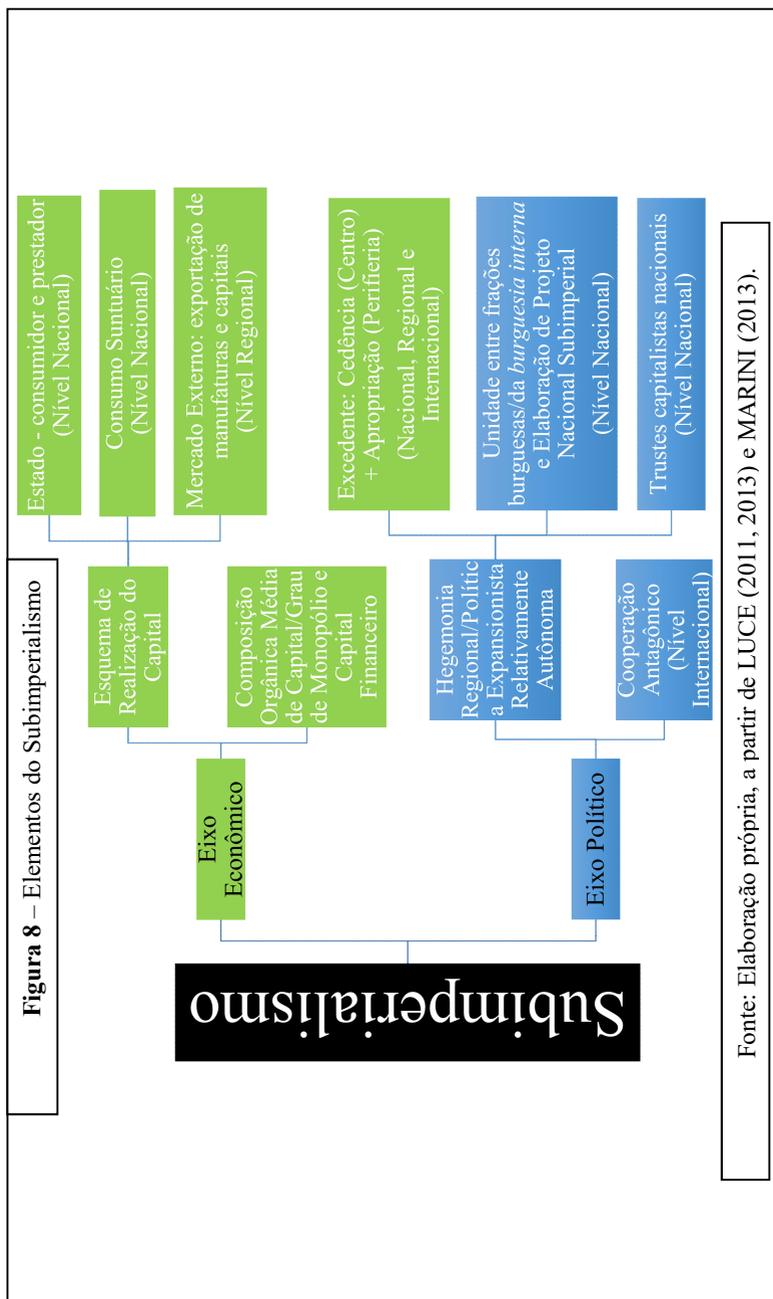
exportador de especialização produtiva teria dominado a América Latina (OSORIO, 2012). Esta tipologia, embasada numa tentativa de representar de modo mais concreto a noção de padrão de reprodução, se pretende uma representação da divisão internacional do trabalho desde uma perspectiva mais ampla e que, ao mesmo tempo, traz o foco para o espaço geoterritorial em um período histórico específico.

Reduzindo o foco ainda mais, agora para os subcentros hegemônicos, Luce (2011) propõe olhar para o subimperialismo enquanto uma forma que o padrão de reprodução do capital poderia tomar, estabelecendo, assim, uma mediação entre os níveis de análise do ciclo do capital e da política externa. O controle sobre certas esferas de influência que o subimperialismo engendraria implica na reprodução da dependência, representada: no acirramento do intercâmbio desigual em nível regional, fomentando uma divisão regional do trabalho; na consequente apropriação de excedente dos países mais débeis; e no deslocamento das contradições internas da formação econômico-social subimperialista aos países dentro de sua esfera de influência e a consequente mitigação dos efeitos da dependência no seu interior, sem romper com a mesma.

Em uma representação que tenta expressar uma face da complexidade que está embutida na categoria subimperialismo, demonstrando tanto os eixos econômico e político como os diferentes níveis de cada elemento, a Figura 8 traz os diferentes elementos que compõem o fenômeno, de acordo com o exposto anteriormente. As quatro variáveis do subimperialismo estão apresentadas na segunda coluna, e os demais elementos que os compõem na terceira, marcados pela diferenciação entre fatores econômicos (verde) e políticos (azul) e classificados a partir de seu nível de análise.

Ressaltamos, no entanto, que

[...] o fenômeno não é igual à soma das partes. Enquanto totalidade, o subimperialismo somente existe na dialética que nasce da articulação das determinações históricas que constituem sua essência. [...] o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes (LUCE, 2013, p. 130).



Fonte: Elaboração própria, a partir de LUCE (2011, 2013) e MARINI (2013).

Em outras palavras, a dialética “da articulação das determinações históricas” engendrará um enfoque para a transformação, distanciando-se de um olhar estático que a Figura 8 poderia, a partir de uma leitura breve e simplista, fomentar sobre o fenômeno. Ao corpus teórico dependentista-marxista como um todo é imprescindível essa sustentação no materialismo histórico e uma metodologia que se usa da dialética, do olhar para as contradições que dão engrenagem ao motor da história.

### **4.3 Perspectiva dependentista-marxista sobre a Relação Agência-Estrutura**

No início deste capítulo, apresentamos algumas contribuições pontuais feitas a respeito tanto da perspectiva ontológica da TMD sobre a estrutura quanto da relação que esta desenvolve com a agência. Uma vez que a leitura consultada não tenha arguido sobre o papel da agência na conformação da estrutura desde um ponto de vista ontológico, nos resta discernir a partir de outros apontamentos e análises qual seria o papel da agência na mesma. Está claro que, na TMD, o agente é necessariamente coletivo e é compreendido a partir da luta de classes. A agência é, portanto, prerrogativa da classe social, e/ou de frações de classe. O que nos resta compreender é se as classes sociais também moldam a estrutura, ou se somente sofrem as mudanças determinadas pela mesma.

Um primeiro apontamento a se fazer, isto é, a retomar (uma vez que foi feito no primeiro capítulo deste trabalho), é a distinção entre o que seria uma teoria *estrutural* e uma onto-metodologia *estruturalista*. Uma teoria estrutural não é nada mais do que uma teoria que tem o nível sistêmico de análise como seu ponto de partida, como Wendt (1987) demonstrou ser o caso do Neorealismo. E não há dúvida que a TMD seja também uma teoria estrutural, uma conclusão que se poderia tirar facilmente da leitura de análises dependentistas-marxistas e que não precisaria se sustentar apenas na afirmação de Bambirra (2012), de que a TMD nasce para desenvolver a visão sistêmica da dependência a partir da relação entre centro e periferia.

Diferentemente do caráter estrutural da teoria, uma onto-metodologia estruturalista se define a partir de uma prevalência da estrutura sobre a agência, aqui nos níveis ontológico e metodológico, levando a uma leitura determinista dos acontecimentos. O caráter estruturalista de uma ontologia, isto é, a delimitação de uma precedência ontológica da estrutura em relação à agência, significa que a estrutura

“determina, molda e cria seus elementos constitutivos”<sup>88</sup> (WIGHT, 2006, p. 76), inclusive seus agentes, tirando destes qualquer autonomia e possibilidade de efetuar mudanças na estrutura. A questão a ser trabalhada aqui é se a ontologia dependentista-marxista é estruturalista, recorrendo a um reducionismo da agência, ou se é compatível com o Elisionismo ou o Emergentismo ao negar qualquer antecedência ontológica.

Recapitulando as contribuições de Bambilra (2012), entendemos que a TMD é construída sobre as seguintes referenciais ontológicos: (1) a estrutura tem um caráter *condicionante* sobre os parâmetros de atuação, e seu efeito não pode ser desenvolvido de forma absoluta ou mecanicista; (2) a estrutura tem um caráter *modelador* sobre as forças/classes sociais; e (3) a agência das forças/classes sociais se apresenta por meio das ações e decisões dentro dos parâmetros dados pela estrutura. Nessa direção, o conceito de dependência desenvolvido, amparado pelas categorias transferência de excedente e superexploração da força de trabalho, vem para caracterizar a perda de autonomia relativa das forças que compõem o Estado e o capitalismo dependentes na direção do (sub)desenvolvimento econômico, político e social dos países dependentes. Implícito na discussão da metodologia e das categorias da TMD e explícito na análise está um certo grau de voluntarismo, embora variado no tempo, no espaço e entre as diferentes forças sociais. Está implícito a partir do momento em que se fala em um leque de opções e alternativas dentro de um parâmetro de possibilidades de atuação. Isso porque o curso que se seguirá, dentre limitações estruturais, dependerá de decisões moldadas mas não determinadas pela estrutura. E está explícito na leitura que Marini (2013) traz do capitalismo dependente brasileiro do século XX. O autor rejeita enfaticamente as análises que atribuem o golpe de 1964 a fatores externos, sem dispensar o papel dos mesmos, para categorizar o desfecho dos diferentes momentos a partir de uma análise da luta entre as diferentes classes e frações de classe. Embora não caiba no escopo deste trabalho apresentar uma análise pormenorizada dos textos consultados, vale destacar alguns trechos que expressam essa leitura. No texto *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, republicado em *Subdesenvolvimento e Revolução*, Marini (2013) apresenta a política subimperialista como uma decisão consciente que vai muito além de uma amálgama de elementos estruturais:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão

---

<sup>88</sup> “[...] determines, shapes and creates its constitutive elements.”

de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina [...]: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses [...], mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de pais-chave (p. 127).

E em seguida, relaciona esta agência com os parâmetros condicionantes:

Essa pretensão não nasce tão somente de um desejo de liderança política por parte do Brasil, devendo-se principalmente aos problemas econômicos que a opção da burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado coloca. O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado interno brasileiro (ibidem, p. 127).

Este desfecho das contradições do capitalismo dependente brasileiro se deu após diferentes tentativas de solução, um manejo dentro do espaço de manobra dado pelos condicionantes, expresso em alianças e políticas governamentais variadas, que não só refletiam como acabavam por moldar as relações de forças sociais. Marini (2013) exemplifica esta postura em sua crítica a uma leitura sobre a relação entre a revolução de 1930 e o equilíbrio político que se deu por meio do compromisso entre a burguesia e a tradicional oligarquia latifundiária e mercantil. Uma perspectiva de esquerda vigente em sua época atribuíra esse compromisso a uma ausência de consciência de classe da burguesia. A consciência de classe por parte da burguesia industrial teria se expressado, no entanto, na luta travada pela mesma

[...] para impor sua política, sempre que seus interesses não coincidiam com os interesses da oligarquia latifundiária-mercantil. Toda a história político-administrativa do país nos últimos 40 anos foi, justamente, a história dessa luta, no terreno do crédito, dos tributos, da política cambial. Se o

conflito não foi ostensivo, se não explodiu em insurreições e guerras civis, é precisamente porque se desenrolou nos marcos de um compromisso político: o de 1937. Os momentos nos quais esse compromisso foi colocado em xeque foram aqueles nos quais a vida política do país se convulsionou: 1954, 1961, 1964 (Ibidem, p. 137).

Na análise de Marini (2013), portanto, os desfechos dos diferentes acontecimentos não são explicáveis se não se leva em conta o papel da agência nos mesmos. Em nossa leitura, a categoria que mais bem expressa o papel da agência na TMD é o subimperialismo – estrutura moldada e erguida na interação entre elementos estruturais previamente elaborados e as ações de frações de classe historicamente específicas para levar adiante uma política ativa em defesa de determinados interesses. Em outras palavras, é no fenômeno do subimperialismo que as frações de classe dominantes conseguem ampliar seus parâmetros de ação, isto é, sua agência, no capitalismo dependente. Não se deve confundir, aqui, o subimperialismo com agência, mas sim reconhece-lo como um espaço em que se amplia a agência de determinados grupos sociais.

Embasada a visão de que não se trata de uma teoria estruturalista em sua onto-metodologia, e que há uma interação entre a estrutura e a agência na conformação de ambas, nos resta questionar se esta relação na perspectiva dependentista-marxista seria melhor representada pelo estruturacionismo/Elisionismo ou na morfogênese/Emergentismo. Em outras palavras, como se encaixa no debate entre a inseparabilidade e a separabilidade, respectivamente, das categorias agência e estrutura? A visão ontológica da TMD acerca da relação agência-estrutura se compreende melhor a partir da dualidade da estrutura ou do dualismo<sup>89</sup> analítico?

Com isso, adiantamos que, a partir de nossa leitura, a inseparabilidade de Giddens implicaria na negação da dialética enquanto método, uma vez que a dialética pressupõe dois elementos *analiticamente* separados que dialogam e entram em conflito. A intenção do

---

<sup>89</sup> É importante ressaltar que o conceito *dualismo analítico*, utilizado para discutir a relação ontológica entre agência e estrutura, se difere da noção de *dualismo estrutural*, muito criticada por dependentistas-marxistas por apresentar a sociedade latino-americana como composta por duas esferas, uma arcaica-tradicional, que explicaria o atraso social, e um moderno-capitalista, que seria a força motora por detrás do progresso na sociedade. Para críticas ao dualismo estrutural, ver Gunder Frank (1969, 1970).

estruturacionismo de Giddens (2009) é justamente superar diferentes tipos de separações/dualismos<sup>90</sup> por meio da dualidade, a visão de que as duas coisas seriam, na realidade, duas faces da mesma moeda, duas caras de Jano, já no nível analítico. A superação de dualismos implicaria, neste sentido, na rejeição da teorização dependentista-marxista, uma vez que esta se ergue sobre uma metodologia histórico-dialética e que, portanto, somente é compreensível a partir da separabilidade analítica.

Com isso, voltemos à noção de totalidade do Marxismo. A separabilidade analítica advogada pela ontologia social do Emergentismo é desenvolvida para trabalhar categorias em níveis diferentes de abstração e, com isso, não vai na contramão da noção da totalidade. Ou seja, a separabilidade é apenas no nível analítico e deve ser apreendida no desenvolvimento da relação agente-estrutura. Neste sentido, reconhecemos várias instâncias de separação analítica no Marxismo, como entre classes sociais e as relações de classe, a base e superestrutura, ou mesmo a diferenciação entre momentos orgânicos e momentos conjunturais.

Uma segunda incompatibilidade entre a TMD e a Teoria da Estruturação reside na definição que utilizam da estrutura. Na Teoria da Estruturação, a estrutura é definida como regras e recursos, enquanto na TMD trabalha-se a estrutura enquanto relações sociais de produção, assim como no marxismo em geral, compatível, neste sentido, com o desenvolvimento da mesma por Bhaskar e Archer (WIGHT, 2006).

Assim, para buscar a aplicação da dualidade da estrutura de Giddens na TMD, seria necessário não só a superação das dicotomias trabalhadas no Marxismo, como a redefinição conceitual da estrutura. Isso, ou uma nova conceitualização dentro da Teoria da Estruturação que trabalharia a relação entre a agência e os sistemas sociais (relações sociais), em que Giddens teria que analisar se essa relação, que é aquela trabalhada no Marxismo, também seria de dualidade.

Uma vez constatada a relação antagônica entre a ontologia elisionista e aquela que sustenta a TMD, e posta a observação de que esta se desenvolve a partir de uma ontologia que reivindica a separabilidade, podemos olhar mais de perto se a abordagem morfogenética é condizente com a TMD. Retomando as características ontológicas da estrutura de

---

<sup>90</sup> De acordo com Archer (1982), seriam três as dicotomias ou os dualismos que Giddens (2009) tentaria superar: o dualismo entre (1) voluntarismo e determinismo, entre (2) sujeito e objeto e entre (3) sincronia e diacronia. Neste sentido, a estrutura seria tanto um meio como um resultado da reprodução de práticas.

acordo com Archer (1995), esta precisaria ser (a) autônoma ou independente, (b) pré-existente (em relação a um determinado agente) e (c) causalmente eficaz. Parece-nos, portanto, ser condizente com as categorias da TMD que foram apresentadas até aqui. A dependência (e as categorias correlatas) enquanto estrutura não tem apenas uma existência (a) que independe da vontade dos agentes e (b) que os pré-data, mas também se apresenta como (c) causalmente eficaz uma vez que facilita ou constringe diferentes atividades. Em outras palavras, a dependência constringe um tipo de desenvolvimento (viz. capitalismo autônomo, socialismo) e facilita outro (viz. capitalismo dependente, subimperialismo); tem uma autonomia ou independência frente às classes sociais que compõem o capitalismo dependente, já que existe e interage independentemente da vontade das mesmas (em qualquer dado momento histórico, a vontade dos agentes não determinou a existência ou não da dependência); e esta estrutura pré-data os agentes que coincidem temporalmente (viz. se formos analisar acontecimentos da década de 1950, entendemos que a agência deste período pós-data a elaboração da dependência em que atuam naquele dado momento; ou seja, os agentes atuam numa estrutura dependente já existente, embora em transformação). Bambirra (2012) poderia estar parafraseando Archer (1995) quando, definindo o condicionamento estrutural, explica que “setores e classes sociais [...] *se formam dentro desses parâmetros* gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis” (p. 41, itálicos nossos.).

A compatibilidade entre a Abordagem Morfogenética e a metodologia da TMD se evidencia também no ciclo morfogenético/estático de Archer (1995), separado em três fases: de (1) condicionamento estrutural, de (2) interação social e de (3) elaboração/reprodução estrutural. Essa metodologia sugere que, antes que se possa discutir a segunda fase do ciclo, a de interação social, é necessário antecipar uma leitura da estrutura que condicionará a agência. Parece-nos que teóricos da TMD fazem uma separação similar em determinados momentos de sua teorização, mesmo entre textos. Se um indivíduo fizer uma leitura pouca apurada de *Dialética da Dependência*, uma das mais conhecidas obras de Marini (2011), não nos estranharia se chegasse à conclusão de que se trata de uma perspectiva ontológica estruturalista, pois neste texto o foco central é definir as especificidades estruturais do capitalismo dependente latino-americano, e, com isso, dá-se pouco peso ao papel da agência. No entanto, seus textos mais analíticos demonstram o contrário: trazem a agência e apresentam as fases seguintes de interação social e elaboração/reprodução estrutural. Em outras

palavras, a visão onto-metodológica da TMD apenas é passível de ser apreendida a partir de um conjunto de textos em que os autores desenvolvem, separadamente, as partes que compõem a totalidade desta visão. Destaca-se, com isso, a semelhança entre a organização dos textos de Marini e o ciclo morfogênético/estático de Archer, uma vez que ambos separam, analiticamente, as fases da elaboração estrutural, da interação social e da elaboração/reprodução estrutural.

Desde o olhar da ontologia emergentista, a categoria subimperialismo representaria uma elaboração (terceira fase da morfogênese) moldada a partir de uma interação social (segunda fase) que foi condicionada por uma estrutura anterior (primeira fase). Em outras palavras, poderíamos apresentar, *grosso modo*, a gênese do subimperialismo nas três fases da morfogênese: a estrutura previamente elaborada (o condicionamento estrutural) do subimperialismo remeteria a uma formação social que atingira (1) uma composição orgânica média, com o desenvolvimento de trustes capitalistas nacionais cujo vínculo ao capitalismo imperialista foi fomentado pelo Estado, e (2) um nível de maturidade da burguesia local ao nível de burguesia interna cujos interesses seriam conciliáveis.

A interação social, segunda fase da morfogênese, apresentaria o desenvolvimento de (1) uma unidade entre as frações de classe dominantes, (2) a criação, no plano estatal, de um projeto nacional subimperial pela representação de classe dentro e fora do governo. O projeto subimperial poderia incluir a criação de organizações ou instituições (formais ou informais) regionais, mas não prescindiria da formação de um bloco regional de poder capitaneado pelas forças dominantes do país subimperialista, com a subordinação das demais forças dominantes nacionais, sob uma ideologia integradora para assegurar o consentimento das mesmas. Ao mesmo tempo, o projeto subimperial não representaria uma ameaça sistêmica aos interesses do imperialismo hegemônico.

A fase da elaboração estrutural se veria representada na subsequente (1) efetivação da política subimperialista, por meio de uma política externa ativa e altiva que se confrontaria, pontualmente, com o imperialismo hegemônico mas sem ameaçar a posição dominante do mesmo (cooperação antagônica), (2) a execução do esquema de realização do capital e a (3) transferência bidirecional do valor, com apropriação de outras economias periféricas e cedência às economias centrais. Neste primeiro ciclo, a primeira fase condiciona os agentes e desenvolve a estrutura necessária para que os agentes, na fase de interação, criam a política subimperialista, mas é somente na terceira fase,

de elaboração estrutural, que o subimperialismo se consagra enquanto padrão de reprodução do capital. Um segundo ciclo morfogênico teria como ponto de partida o padrão de reprodução do capital subimperialista para análise a subseqüente interação social e a elaboração/reprodução estrutural conseqüente.

Buscamos, até aqui, demonstrar que, embora as categorias fundantes da TMD sejam de caráter estrutural, a ontologia dependentista-marxista não é estruturalista, mas emergentista, conforme demonstrado acima. A metodologia que utiliza se sustenta na atribuição de poder de agência às classes sociais que dialoga dialeticamente com as categorias estruturais dependentistas e as marxistas. A teorização apresenta, portanto, uma consistência interna na ligação tripartite entre ontologia social, metodologia e teoria social prática, cuja importância foi advogada por Archer (1995). No capítulo seguinte, ensaiaremos o diálogo propriamente dito entre as contribuições da TMD e da TCN, amparada em Gramsci, para buscar a construção de pontes teóricas a partir, principalmente, de pontos de convergência nas esferas ontológica e epistemológica. A Abordagem Morfogênica, enquanto proposta ontológica emergentista, proverá o plano de fundo para a discussão.



## 5 CONSTRUINDO PONTES ENTRE TMD E TCN: COMPATIBILIDADES E COMPLEMENTARIEDADES

Das variadas interpretações que se pode fazer das leituras marxiana e gramsciana, nos níveis ontológico, epistemológico, metodológico e teórico, são poucas as que podem embasar possibilidades de diálogo entre a Teoria Crítica neogramsciana segundo Robert Cox e a Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini. Trabalha-se, portanto, a partir do pressuposto de que há várias possíveis interpretações das escritas em questão, sobre as quais os teóricos dependentistas e os neogramscianos disputam, tanto entre si como dentro do campo mais amplo de estudos marxistas e gramscianos, a certeza de terem a correta leitura tanto das obras como da realidade concreta. E indagar sobre as possibilidades de diálogo entre duas teorias que se desenvolvem dentro de um campo de pesquisa mais amplo requer trabalhar a partir de leituras específicas das obras em questão. A partir disso, pode-se afirmar, portanto, que haveria compatibilidade teórica entre as teorias A e B se trabalhássemos a partir das interpretações W e X, mas não se utilizássemos as leituras X e Y ou Y e Z.

Desenvolver o debate entre a TCN e a TMD prosseguiria somente a partir de uma constatação de que se sustentam sobre leituras ou interpretações específicas de alguns aspectos da teoria marxiana e da gramsciana. Nesta direção, Cox (1981) apresenta uma dicotomia entre o que chama de teoria crítica e teoria de solução de problemas, como apresentado na introdução deste trabalho. Podemos ressignificar esta dicotomia em outros termos: uma teoria crítica, que olha para a mudança, e a teoria estática, cujo foco na continuidade anularia o olhar para a mudança.

Neste mesmo sentido, Cox (1981) traça uma distinção entre o que seria um marxismo crítico, embasado no materialismo histórico, e o marxismo estrutural<sup>91</sup>, desenvolvido a partir de uma onto-metodologia estruturalista. Por ser estruturalista, renegaria o papel da agência, obscurecendo possibilidades de transformação advinda da relação entre

---

<sup>91</sup> Entendemos que, por marxismo *estrutural*, Cox (1981) não se refere à intenção da teoria de partir do nível sistêmico de análise, mas ao seu desenvolvimento a partir de uma onto-metodologia. Lembremos que esta distinção entre uma teoria estrutural e uma onto-metodologia estruturalista foi tomada de Wendt (1987).

agência e estrutura<sup>92</sup>. Apreende-se disso que haveria uma ligação entre o caráter estático/crítico de uma teoria e sua onto-metodologia, isto é, a maneira que a teoria trata a relação entre agência e estrutura. Lembrando que, para Cox (1981), uma teoria pode ter tanto elementos críticos como de solução de problemas (estáticos), mas que uma caracterização prevalecerá sobre a outra. Neste sentido, o autor julga que a Teoria dos Sistemas-Mundo, apesar de seus esforços para olhar para a transformação, acaba por apresentar uma parcialidade a favor da manutenção do sistema<sup>93</sup>.

Dentre os marxismos que caberiam na categoria estática e a-histórica, ou de solução de problemas, estariam os de Althusser, Poulantzas (1981) e as próprias Teorias da Dependência, em seu conjunto, pois, segundo Cox (1987, p. 108-9),

[...] colocam o peso integral no sistema mundial, considerando os estados e as sociedades nacionais como simplesmente desenvolvendo os papéis designados a eles por seu lugar no sistema. Estas teorias subestimam a capacidade endógena de efetivar mudanças no poder relativo e nas formas de sociedade. Defendo, aqui, que o peso relativo de forças internas e externas, e a natureza destes fatores, não é constante, mas sim condicionada pela estrutura prevalecente da ordem mundial (Tradução nossa).<sup>94</sup>

Pelo que foi apresentado no capítulo anterior, é evidente que discordamos desta leitura. Com isso, enfatizamos que aceitar a categorização crítica/estática (solução de problemas) não requer a anuência com a análise metateórica de Cox. Jessop (2008) discordaria

---

<sup>92</sup> Cox (1981) não apresenta essa relação de modo direto, mas subentende-se a partir das características dadas de uma teoria de solução de problemas e de sua explanação do marxismo estrutural enquanto uma perspectiva estática.

<sup>93</sup> Cox (1981, p. 127) apresenta o que poderia vir a ser a noção de *system-maintenance bias*.

<sup>94</sup> Dependency theories [...] put the whole weight on the world system, regarding states and national societies as merely playing out roles assigned to them by their place in the system. These theories underestimate the indigenous capacity to bring about changes in relative power and in forms of society. Here I am suggesting that the relative weight of internal and external factors, and the nature of these factors, is not constant but is conditioned by the prevailing structure of world order.

desta categorização do marxismo poulantziano, argumentando que esta não só adere ao programa de pesquisa do materialismo histórico como desenvolve uma abordagem relacional, não economicista, capaz de desenvolver análises concretas, discordando, portanto, de acusações de que se trataria de um hiper-abstracionismo e obscuridade teórica.

Embora apresente sua crítica da escola ampliada da dependência, o que poderia abarcar tanto Marini, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso quanto os cepalinos, nosso foco é na vertente marxista, exemplificada pela obra de Marini. No prefácio à quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução*, Marini (2013, p. 27-8) traz argumentos que podem rebater essa crítica de Cox, oferecendo, ainda uma leitura divergente:

A evolução da ciência social latino-americana nos anos recentes [...] contribuiu com elementos suficientes para invalidar uma das teses que me esforcei aqui em combater: aquela de que o regime militar brasileiro era um simples efeito da ação desse *deus ex-machina* representada para alguns pelo imperialismo estadunidense. Não é em prol do imperialismo que se deve criticar esse tipo de análise, mas em função das possibilidades das massas exploradas da América Latina abrirem caminho à própria libertação. As consequências do conhecido símbolo gráfico que coloca o malvado Tio Sam manipulando suas marionetes não podem ser mais que denúncia lacrimosa e impotência indignada para a análise política e a estratégia de luta. *Para lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos* (Itálicos nossos).

Essa perspectiva se confirma na análise apreendida nos diferentes trabalhos reunidos nessa obra, em que o enfoque na luta de classes interna se articula com os fatores externos de modo a não os atribuir centralidade mas também sem desprezar sua influência. Neste sentido, coincide com Gramsci (2000b) ao dar precedência aos fatores internos.

Dito isso, por que Cox teria reconhecido na(s) Teoria(s) da Dependência, especificamente na vertente marxista, um caráter

estruturalista?<sup>95</sup> Desenvolveremos algumas possibilidades a seguir, abrangendo o escopo epistemológico, antes de proceder com a análise propriamente dita das esferas ontológica e teórico-conceitual.

### 5.1 Discussão metateórica: questões epistemológicas

Uma primeira motivação, mencionada anteriormente, que poderia levar a categorizarem a TMD como uma teoria estruturalista, seria uma leitura pouco apurada de poucos textos da escola dependentista-marxista. Embora o ensaio *Dialética da Dependência* tenha representado, nas palavras de Marini, uma “explicação teórica global da dependência latino-americano” (2013, p. 27), não se desenvolveu no mesmo, de modo tão contundente como em outros textos, o papel da agência. O enfoque principal do texto é o desenvolvimento, em um nível mais abstrato, da dependência e de suas categorias explicativas (transferência de valor e superexploração da força de trabalho) e o funcionamento de seus mecanismos. Para tal empreendimento, utilizou-se das leis tendenciais do capitalismo para sustentar as contribuições dependentistas. Com isso, a explanação do desenvolvimento não adentrou nas lutas particulares travadas no seio das sociedades em questão que teriam convergido com as condições estruturais para resultar nas diferentes etapas da dependência. Isso foi feito em outros textos, notavelmente naqueles organizados no livro *Subdesenvolvimento e revolução*.

Este problema poderia ser agravado por resquícios positivistas de uma análise textual da obra em questão. Como demonstrou o terceiro debate das Relações Internacionais, a partir do eixo paradigmático, a visão positivista tem como unidade científica a lei ou generalização, enquanto no pós-positivismo (assim como no marxismo), a mesma se define a partir de um programa de pesquisa mais amplo, abarcando um conjunto de teorias inter-relacionadas e suas premissas e suposições (LAPID, 1989).

Em outras palavras, uma análise a partir do paradigmatismo positivista do ensaio de Marini, focada nas categorias da dependência, renegaria o corpo metateórico do materialismo histórico da qual a TMD faz parte. Com isso, postulamos que a TMD só pode ser analisada como parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, que poderia ser definido como o materialismo histórico, ou mesmo, a partir de outra

---

<sup>95</sup> A pergunta supõe que a vertente marxista estava incluída na crítica de Cox. Mesmo que não estivesse, não importa para o propósito deste trabalho, que é analisar a compatibilidade entre a TMD e a TCN.

perspectiva, da teoria social latino-americana, abraçando, aqui, tanto a marxista como a não marxista. Quem se limitar a determinado texto da TMD (*Dialética da Dependência*) pode, por estar não só fazendo uma leitura limitada e pouco apurada, como também partindo de uma epistemologia positivista, chegar à conclusão de que se trata de uma teoria estruturalista.

Isso nos leva a uma segunda possível motivação por detrás da designação estruturalista. As categorias desenvolvidas dentro da TMD dizem respeito à estrutura, ou base, propriamente dita, não se desenvolvendo categorias dependentistas da superestrutura. No entanto, a partir do ponto de análise do paradigmatismo, i.e. do projeto de pesquisa enquanto unidade científica, do fato de não desenvolverem categorias próprias da superestrutura não segue que a superestrutura não desempenhe um papel relevante na análise dependentista-marxista. Isto porque a TMD poderia muito bem tomar emprestado categorias desenvolvidas dentro do projeto de pesquisa mais amplo, como o demonstra Marini ao utilizar a lei do valor para sustentar as categorias transferência de valor e superexploração da força de trabalho. Demonstraremos, mais adiante, como Marini utiliza conceitos que dizem respeito à superestrutura não só para demonstrar sua influência na agência como a maneira em que também implica em mudanças na base. Antes disso, no entanto, vale divagar um pouco sobre qual herança marxista seria compatível com o trabalho de Gramsci e Cox e qual não seria.

Em suas críticas ao fatalismo mecanicista de um certo marxismo, Gramsci (1999, 2000b) traça uma distinção entre o que poderíamos designar como duas linhas antagônicas do marxismo, pelo menos no plano epistemológico, em termos parecidos com a diferenciação feita por Cox (1981).

A filosofia da práxis gramsciana converge com a visão delineada no prefácio à *Contribuição à crítica à economia política* de Marx (2008), em que, de acordo com Gramsci (1999), se apresenta a possibilidade de romper com o mecanicismo. Delineia-se, aqui, os fundamentos para se pensar a relação entre a base, a superestrutura e a agência, sustentando a centralidade da produção material no desenrolar dos acontecimentos. O foco recai, portanto, na relação entre as relações de produção e as forças produtivas materiais. Marx (ibidem, p. 47) apresenta o resultado geral de sua pesquisa:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas

relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência.

A revolução social, que traz a transformação da sociedade, se dá a partir das contradições que se abrem entre as forças produtivas (os agentes) e as relações de produção (a estrutura), refletindo-se em toda a superestrutura. É necessário, porém, distinguir as transformações materiais da esfera da produção daquelas de cunho ideológico, abrangendo formas jurídicas, políticas, filosóficas, artísticas e religiosas, uma vez que é a partir da esfera da superestrutura que se adquire consciência do conflito e o desenvolve até seus limites.

A questão, portanto, é verificar como teóricos da TMD tratam a relação entre base e superestrutura. De acordo com Williams (2005), o dualismo base-superestrutura teve reflexos negativos na análise concreta uma vez que parece sugerir uma relação espacial de caráter fixo e definido, o que, por sua vez, está ligado à noção de determinação, ou determinismo, utilizada. Em sua história, o termo determinação apresenta dois sentidos diferentes cujas implicações são antagônicas.

O primeiro sentido, advinda de uma herança teológica<sup>96</sup>, teria atribuído ao termo a *noção de prefiguração*, onde uma causa externa prefigura, prevê e controla as atividades humanas. Esse sentido teria sido rejeitado por Marx, pois o mesmo teria trabalhado a noção no sentido da *experiência da prática social*, uma vez que a determinação teria sua origem nas atividades humanas. Este segundo sentido da noção reconhece na determinação a imposição de limites e pressões.

Em linha com a distinção estabelecida por Cox (1981) e Gramsci (1999, 2000b), Williams (2005) aponta que é no sentido da prefiguração

---

<sup>96</sup> Williams (2005) traz a noção de herança teológica para desenvolver o conceito de determinismo no sentido do mecanismo. Embora não o apresente desta maneira, é compatível com a noção de metafísica desenvolvida por Gramsci (1999).

e do controle que muitas análises marxistas utilizam o termo determinação, implícita ou explicitamente. A noção teológica e metafísica da determinação é condizente com a caracterização da base enquanto algo estático e uniforme, que controla de modo mecânico as transformações na superestrutura. Já a noção da determinação que parte da prática social é compatível com uma leitura da base enquanto um estágio particular do desenvolvimento do modo de produção. Se formos capazes de identificar estágios particulares no desenvolvimento das relações de produção, então precisaríamos aceitar que a base nunca é uniforme nem estática.

Como posto anteriormente, são as contradições no cerne das relações de produção que abrem as possibilidades de contínua transformação dinâmica. A partir disso, enxergaríamos a base como um processo, e não um estado, que limitaria e pressionaria transformações da superestrutura, e a relação de ambas não é direta, mas mediada.

Em sua divagação sobre a relação base-superestrutura, Williams (2005) sugere o que seria uma terceira motivação para a designação estruturalista de uma teoria marxista, dentre os parâmetros postos até aqui. Segundo Williams (ibidem, p. 214), ao discorrer sobre a base, “não podemos atribuir a esse processo *certas propiedades fijas* para transposição subsequente aos processos variáveis da superestrutura” (Itálicos nossos). A base, portanto, não pode ser tida “como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso está sempre em estado de processo dinâmico” (ibidem).

Indagar sobre propriedades *fixas* e abstrações *fixas* remete a uma crítica de Burgos (2012) ao denominado marxismo categorial, corrente que daria formas objetivistas às propriedades da sociedade capitalista. O autor retoma a relação em Gramsci entre o humanamente objetivo e o historicamente subjetivo, em que aquilo que o ser humano conhece como objetivo tem, no decorrer da história, um caráter subjetivo. Nisso jaz sua crítica à análise categorial:

[...] el concepto de ‘objetivo’ del materialismo metafísico parece que quiere significar una objetividad que existe fuera del hombre; pero cuando se afirma que una realidad existiría aún si no existiera el hombre, se hace una metáfora o se cae en una forma de misticismo. Conocemos la realidad sólo en relación al hombre, y como el hombre es devenir histórico, también el conocimiento y la realidad son un devenir, también

la objetividad es un devenir [...] (p. 144, nota de rodapé).

Se tomarmos essa interpretação de Burgos do marxismo categorial como um desenvolvimento intelectual não histórico, seria necessário rejeitar a categorização da TMD como parte do materialismo histórico, não somente por a mesma se fundamentar na construção de duas categorias, mas por se sustentarem em outras categorias marxistas (viz. mais-valia, valor) e leis tendenciais do capitalismo (viz. lei do valor, lei tendencial da queda da taxa de juros). Essa visão, e aparentemente a de Williams (2005), criticaria a utilização de leis e categorias numa análise por tratarem de propriedades *fixas* da base, o que seria incompatível com a proposta de trabalhá-la como um processo dinâmico.

No entanto, uma categoria operar e funcionar de modo efetivo na vida social, independentemente do conhecimento dos homens, como afirma José Paulo Neto (2006 apud Burgos, 2012), não significa que opera e funciona independentemente da existência dos homens, como parece sugerir Burgos (ibidem). Utilizar categorias *como se* agissem de modo *independente da existência* dos homens seria, de fato, renegar a herança de Marx que, segundo Williams (2005), determina que o foco seja posto na experiência da prática social. Mas disso não segue que o uso de categorias remeta necessariamente a um estruturalismo, em que a existência dos homens poderia ser prescindida.

Em contraposição a essa postura se encontra a morfogênese de Archer (1995), em que a estrutura, ou base, seria independente da agência no sentido de ter mecanismos em funcionamento a despeito da vontade e do conhecimento dos homens *no momento em que estejam operando e funcionando*. Neste sentido, as leis tendenciais do capitalismo e as categorias marxianas podem ser tratadas como *propriedades* da base, no sentido de que há algo concreto que define o capitalismo. No entanto, sua caracterização enquanto *fixas* é problemática se por isso formos entender que são rígidas, mas não o seria se entendermos por *fixo* aquilo que o define. E este *fixo* somente o é no devir histórico, em que as leis do capitalismo dizem respeito ao período histórico em questão, a uma realidade que foi socialmente e subjetivamente construída no decorrer da vida social. Ao contrário, se não se pode falar em propriedades neste sentido, não há como falar em capitalismo, e nem em estágios do capitalismo, porque seriam estas propriedades, num sentido não rígido, que definiriam os mesmos.

Na análise, isto significa que, no capitalismo, haverá transferência de valor com base tanto na produtividade como na remuneração do

capital, mas o grau em que operam e a força de cada mecanismo é variável. Ao cessar essa transferência, o capital para alimentar um novo ciclo de reprodução se encontrará limitado. Traduzir aquilo que é necessário para a reprodução destas relações sociais específicas em categorias analíticas não implica em dar uma independência, exógena ao âmbito social, às mesmas, uma vez que dizem respeito justamente ao funcionamento humanamente objetivo das relações sociais.

Os possíveis pontos de divergência entre a TMD e a TCN até aqui apontados dizem respeito à problemática epistemológica de como classificar a perspectiva dependentista-marxista. Epistemológica porque, apesar de alguns pontos tratarem, também, de questões ontológicas e metodológicas, dizem respeito à delimitação de como uma ciência deveria prosseguir.

O Quadro 2 traz os possíveis pontos de divergência discutidos acima e os argumentos que se poderia apresentar a partir da alegação de que a TMD se desenvolve como uma perspectiva emergentista, de um lado, ou estruturalista, de outro. Também toma como pressuposto, a partir do que já apresentado anteriormente, que a TCN se enquadra na unidade metateórica do materialismo histórico e na perspectiva onto-metodológica do emergentismo.

Embora tenhamos, no terceiro capítulo deste trabalho, apresentado elementos para justificar a inclusão da TMD no materialismo histórico e no emergentismo, não havíamos trazido argumentos contrários a essas hipóteses. Embora haja críticas à TCN, a bibliografia consultada não apresentou elementos contrários à sua categorização dentro desta metateoria e desta perspectiva onto-metodológica.

**Quadro 2 – Possíveis Pontos de Divergência**

<b>Motivação da Divergência</b>	<b>Perspectivas</b>	
	<b>Emergentista</b>	<b>Estruturalista</b>
Leitura pouco apurada	Conjunto dos textos dariam uma visão mais global da teoria	Leitura apenas de textos conceituais, que desenvolvem aspectos da estrutura
Paradigmatismo: Unidade Científica	Unidade Metateórica - Conjunto de teorias e suas premissas e suposições: Materialismo histórico	Lei ou generalização: Categorias elaboradas na TMD Ou Unidade Metateórica: Materialismo Estrutural (COX); Materialismo Metafísico/Economicista (GRAMSCI, BURGOS)
Relação Base-Superestrutura	Relação mais fluída (bidirecional). Determinação enquanto limites e pressões, entendido a partir da experiência das práticas sociais	Relação direta (unidirecional). Determinação prefigurada e controladora; herança teológica.
Categorias e Leis	Definem o objeto. Independente da vontade e/ou do conhecimento dos homens.	Fixam o objeto, rigidamente. Independente da existência dos homens.

Fonte: Elaboração própria.

Antes de prosseguir, vale apresentar um forte ponto de convergência epistemológica. Anteriormente, colocamos que a força motriz de uma teoria crítica é seu olhar para a mudança. Esse olhar, no entanto, vale apontar agora, traz como condicionante uma responsabilidade para com o movimento progressivo, a prática, a luta de classes. Como Gramsci (2000b) bem colocou, a teoria pela teoria não traz valor algum. O seu valor jaz na relação dialética que traça com a prática, desenvolvendo este ponto ao delimitar que uma análise de relações de forças somente teria alguma importância na medida em que traz algum benefício para a prática política. Neste sentido, demonstrando compatibilidade epistemológica acerca do papel da ciência, Gramsci e os

dependentistas-marxistas deram concretude à premissa epistemológica da união entre teoria e prática ao casar/entrelaçar seu desenvolvimento intelectual com sua militância (DOCUMENTÁRIO, 2016; ANTONIO, 1977). Ouriques (2003, p. 19) ressalta este ponto, argumentando que

É neste terreno que o exemplo de Ruy Mauro Marini deve ser observado e enaltecido, pois o rigor teórico de suas obras é indissociável de seu compromisso militante: no Brasil como fundador e dirigente da POLOP (Política Operária) e no Chile como intelectual e dirigente do MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária). Estamos, portanto, diante de um duplo desafio que a geração dos sessentas soube solucionar – embora tenha sido derrotada na esfera política – e para o qual as novas gerações ainda não estão sensibilizadas: a difícil relação entre teoria e praxis.

Consciente dessa relação, Cox (1981) argumenta que toda teoria serve a alguém e a algum propósito. Apresentando este pensamento, Silva (2005) o explicita, argumentando que “é imprescindível conhecer o contexto em que [a teoria] é gerada e usada; igualmente imperativo é conhecer se o objetivo do teórico e de quem se utiliza da teoria é manter a ordem social existente ou mudá-la” (p. 262). Este conhecimento, esta consciência, é o que permite trabalhar esta relação imperativa, onde a teoria se compromete com a práxis.

Nessa seção, defendemos que ambas as teorias fazem parte do materialismo histórico enquanto unidade metateórica, não só por compartilharem uma visão não estruturalista da relação entre agente e estrutura, como por terem em comum alguns delineamentos epistemológicos. Consideradas algumas questões epistemológicas, em seguida adentraremos em questões de nível ontológico e teórico, incluindo análise de compatibilidade categorial. Desenvolveremos alguns temas relativos à problemática da dependência e do subdesenvolvimento, em um primeiro momento, para depois adentrar nas categorias da TCN.

Esta próxima seção tem como objetivo analisar *se e como* os objetos específicos são analisados em cada corrente teórica; quando não fazem parte de um dos quadros conceituais, como poderia ser trabalhado, a partir da bibliografia consultada; e as possibilidades de compatibilidade e incompatibilidade nos diferentes planos. Em outros termos, apresenta-se um duplo objetivo: verificar se há compatibilidade e, caso houver, quais seriam as contribuições respectivas de uma teoria para a outra.

## 5.2 Discussão metateórica: questões ontológicas e teóricas

### 5.2.1 *A problemática da dependência e do subdesenvolvimento*

A problemática do subdesenvolvimento remete, em um primeiro momento, a uma discussão ontológica – sobre a natureza do mesmo. Como aponta Silva (2005, p. 256),

A ontologia precede a investigação. Antes de iniciar a tarefa de tentar tornar o mundo que nos cerca mais inteligível, as ontologias já estão presentes, já se fazem evidentes na maneira como enxergamos o que está em nossa volta. Para definir um problema, e esse é o ponto de partida da investigação científica, da pesquisa, urge conhecer e reconhecer as entidades envolvidas, bem com as relações entre elas. Teorias são construídas sobre tais premissas.

Como a TCN e a TMD possuem problemáticas diferentes, embora não antagonicas, não é possível afirmar contundentemente, sem uma análise apurada, se as premissas ontológicas que as sustentam são complementares ou antagonicas. Mas podemos, sim, afirmar quais são as premissas que ambas precisariam compartilhar. Esquivando os méritos de diferentes perspectivas ontológicas, por não ser este o objetivo aqui endossado, olharemos para algumas premissas que, embora antagonicas dentro de um mesmo corpo teórico, podem ser trabalhadas (em tese) dentro do materialismo histórico.

É neste sentido que devemos olhar para a ontologia dependentista-marxista no que tange ao subdesenvolvimento e à sua compatibilidade, ou falta de, com a TCN. Um neogramsciano precisaria aceitar a premissa da complementariedade entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em nível sistêmico, de que o desenvolvimento do capitalismo central se ergue a partir justamente do desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia e na semiperiferia. Isto é, precisaria tomar como válida a premissa de que o capitalismo necessita da transferência de valor das regiões menos produtivas e, portanto, com menor composição orgânica do capital, em direção a regiões mais produtivas.

No mesmo sentido, teriam que ter uma visão compatível a respeito das limitações impostas ao capitalismo dependente no que tange à

remuneração da força de trabalho. Retomando o capítulo anterior, o que define a superexploração da força de trabalho é sua

[...] característica essencial [de negar] ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um *dispêndio* de força de trabalho *superior ao que deveria proporcionar normalmente*, provocando assim seu *esgotamento prematuro*; no[s] último[s], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do *estritamente indispensável* para conservar sua força de trabalho em *estado normal* (MARINI, 2011, p. 149-50, grifos nossos).

Olhando para esta definição enquanto uma determinação no sentido da *experiência de práticas sociais*, isto é, enquanto uma *limitação* imposta pelas possibilidades reais de acumulação dependente, reconhece-se que não se trata de uma relação rígida e inflexível no tempo e no espaço, mas em que a luta de classes determinará o grau e o sentido da superexploração.

Uma análise neste sentido por um marxista não dependentista é a desenvolvida por Bellamy Foster e McChesney (2012) ao tratar da superexploração da força de trabalho na China<sup>97</sup>. Eles explicam como um regulamento maoísta que servia para assegurar direitos do campesinato chinês sofreu uma contrarreforma durante o movimento de reformas pró-mercado ao diminuir o acesso dos mesmos à terra sem romper com o contingenciamento dos benefícios públicos à residência no campo. Isto forçou a criação de uma mão de obra itinerante, aumentando o exército industrial de reserva, uma superpopulação urbana, que enfraqueceria a luta de classes nas cidades, uma vez que o novo regimento da terra não permitiria aos camponeses se autossustentarem sem que buscassem complementos alternativos de renda.

A partir da crise atual vivida na Europa, surgiu a proposta da necessidade de uma revisão dos limites geográficos da superexploração, de questionar se eles se mantêm ou se a crise a está tornando uma

---

<sup>97</sup> Embora os mesmos não apresentem uma definição do que seria a superexploração, é interessante destacar que, o uso do termo *superexploitation* aparte, eles descrevem a situação no mesmo sentido que Marini.

característica comum ao sistema como um todo<sup>98</sup>. Para pensarmos esta questão, no entanto, precisamos fazer apontamentos sobre a crise e a categoria.

Em primeiro lugar, precisaríamos verificar se a remuneração do trabalhador foi rebaixada a um patamar inferior às necessidades de sua reprodução. Seria possível, teoricamente, uma situação conjuntural em que os trabalhadores europeus teriam conseguido uma remuneração acima das necessidades de sua reprodução<sup>99</sup>. Neste caso, uma diminuição na remuneração não chegaria necessariamente ao patamar da superexploração.

Em segundo lugar, vale questionar se uma categoria estrutural pode e deve ser usada para apresentar uma situação conjuntural. Aqui, precisaríamos fazer o esforço analítico proposto por Gramsci (2000b) de distinguir os movimentos orgânicos dos movimentos conjunturais. Se utilizarmos uma categoria desenvolvida para explicar um movimento orgânico/estrutural para analisar um movimento conjuntural, corremos o risco de confundir e apagar essa diferença. Propomos, com isso, que o rigor intelectual exigiria a restrição desta categoria a movimentos estruturais e que, portanto, o uso da categoria para a situação atual na Europa exigiria que a perda salarial fosse estrutural, e não conjuntural.

Para além disso, a categoria da superexploração tem um caráter histórico além de analítico e talvez o mesmo deva ser problematizado no processo de sua significação<sup>100</sup>. Neste sentido, falar em superexploração

---

<sup>98</sup> Como um outro contraponto ao caráter periférico-estrutural da categoria da superexploração, o Professor Jaime Coelho ofereceu, em conversas no âmbito do Grupos de Estudos sobre o Estado e o Capitalismo Contemporâneo, a necessidade de considerarmos o caráter endógeno da superexploração em países centrais sobre segmentos da população mais vulnerável, como seria o caso de imigrantes nos Estados Unidos. Apresenta-se, portanto, a hipótese de que a superexploração da força de trabalho poderia adentrar nessas formações econômico-sociais não somente em situações conjunturais; e abre-se, com isso, uma situação concreta a ser confrontada por teóricos dependentistas-marxistas.

<sup>99</sup> Ao contrário, todo e qualquer rebaixamento salarial, a despeito do nível socialmente necessário, seria banalizado como uma superexploração. Considerando que há diferenças salariais entre diferentes trabalhos em qualquer sociedade, uma perda salarial daqueles que são remunerados a um patamar acima da média não pode se confundir com o patamar daquilo que é socialmente necessário. Assim como a média salarial também não pode ser confundida com o mesmo.

<sup>100</sup> Agradeço a colega de mestrado, Poliana Garcia Temístocles, por essa observação.

em países centrais pode acarretar na banalização de uma categoria que dialogaria, segundo à TMD, com o que há de essencial no capitalismo dependente. Menosprezar diferenças críticas entre objetos distintos pode direcionar a análise a uma conclusão simplista de que, essencialmente, tudo é o mesmo e nada é diferente.

Assim, pontos importantes a serem analisados neste debate seriam o caráter do aumento da superpopulação relativa em nível mundial, se o caracterizaríamos como um movimento estrutural/orgânico ou conjuntural, e mesmo a relação desse movimento com o processo de financeirização do capitalismo mundial, em que o eixo dinâmico da reprodução do capital teria se deslocado da esfera produtiva para a esfera financeira<sup>101</sup>.

Feitas as observações no início deste capítulo, defendemos que não há nada no quadro conceitual da TCN que exclua a possibilidade de se tomar a premissa da relação complementar e necessária entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como ponto de partida para se analisar a situação do capitalismo dependente.

Dito isso, poderíamos indagar, também, sobre as possibilidades de a TCN trabalhar com a premissa cepalina de que há, sim, espaço dentro da periferia para se superar o subdesenvolvimento. A priori, não parece haver nada no quadro conceitual da TCN que exclua essa possibilidade. Precisaríamos desenvolver questionamentos epistemológicos parecidos com aqueles postos acima para verificar se há convergência metateórica e mesmo onto-metodológica quanto à relação agente-estrutura.

Uma ressalva, no entanto, precisa ser colocada quanto à convergência entre Bambirra (2012) e Cox (1983) quanto ao papel e as reais possibilidades da intelectualidade que trabalha dentro de uma instituição da ordem. A partir disso, poder-se-ia chegar a conclusões parecidas com as postas por Bambirra (2012) em relação ao desenvolvimentismo, de que este trabalharia mais em prol da manutenção do sistema capitalista (isto é, do macrossistema) ao limitar suas possibilidades de análise àquilo que não o ameaçaria. Em outras palavras, considerações de mudança de regime da propriedade em detrimento do privado, ou de mudança de modo de produção, estariam fora de cogitação. Neste sentido, a escola cepalina deixaria de ser crítica e se enquadraria como uma teoria de solução de problemas.

Feitos os apontamentos no segundo capítulo, tocaremos brevemente nos pontos essenciais da bibliografia coxiana e gramsciana.

---

<sup>101</sup> Para uma discussão destes dois pontos, ver Amaral (2012), Bellamy Foster e McChesney (2012) e Braga (1997; 2012)

As principais contribuições gramscianas para buscar uma complementariedade entre seu pensamento e aquele da TMD se encontra na dicotomia apresentada entre os países que se desenvolvem no sentido do domínio (com maior produtividade e, portanto, maior composição orgânica relativa do capital) e os que, por extensão, se desenvolvem no sentido da subordinação.

A partir disso, podemos utilizar o conceito de revolução passiva para analisar a relação entre as forças dominantes internas e as forças hegemônicas ou dominantes internacionais. Para compreender como alguns aspectos de revoluções externas são incorporadas no interior de uma formação econômico-social mas sem mudar a estrutura de poder prevalecente. Florestan Fernandes (2005) é um dependentista que incorpora elementos em sua análise da revolução brasileira que tangenciam o conceito gramsciano de revolução passiva. Embora muitos não o incluam como teórico da TMD, talvez por incorporar elementos weberianos em sua análise, Fernandes (2005) explica a ideologia do “espírito modernizador” da burguesia brasileira e seu alcance limitado dos valores democráticos ao se esbarrarem com os interesses das forças dominantes. A burguesia extraíra de uma ordem capitalista idealizada fundamentos axiológicos de caráter legal e formal, “furt[ando] as roupagens do arsenal ideológico e utópico das nações hegemônicas e centrais” (p. 248), mas os mesmos se limitavam à esfera das forças dominantes, não reconhecendo uma contradição entre estes fundamentos e o caráter autocrático de sua dominação sobre as classes subalternas. Embora não tenha se apresentado na bibliografia da TMD consultada, o trabalho de Fernandes (2005) sugere que a incorporação do conceito revolução passiva poderia contribuir para a mesma. Este movimento nos ajudaria a entender como medidas externas são incorporadas ao âmbito doméstico, como refletem um caráter contraditório em sua aplicação e suas limitações frente à estrutura de poder prevalecente.

Quanto à categoria superexploração da força de trabalho, Gramsci (2001) apresenta um quadro do campesinato italiano condizente com aquele de uma força de trabalho que é superexplorada, onde a remuneração aos trabalhadores está abaixo do mínimo necessário para a sua reprodução. O autor traça a relação dessa superexploração ao caráter parasitário dos detentores de poupança. Embora argumente que essa relação seria funcional para a acumulação de capital nos grandes centros urbanos, Gramsci contrasta esse desenvolvimento com a racionalização da composição demográfica norte-americana (fordismo e americanismo), sugerindo que poderia haver uma racionalização da composição demográfica na Europa, mas não sem reconhecer as dificuldades inerentes

à sociedade europeia e italiana. Racionalizar seria fazer com que todo homem e toda mulher teria uma razão econômica que substanciasse seu trabalho. Neste movimento, Gramsci desconsidera outros fatores limitadores da esfera econômica que deteria tal processo. A TMD sugeriria a transferência de valor e a necessidade de manter uma ordem dependente como forças pujantes, que pressionam a sociedade em direção à superexploração e ao subdesenvolvimento.

O fator econômico adentra na análise coxiana diretamente em três pontos: na categoria de força *capacidades materiais*, que inclui tanto a composição orgânica do capital quanto capacidades militares e organizativas; no nível de estrutura *relações sociais de produção*; e na gênese do agente, *forças sociais*. No desenvolvimento destas categorias, no entanto, Cox (1981) não apresenta sua relação com leis tendenciais do capitalismo ou categorias que remetem à exploração da força de trabalho ou ao valor.

O quadro conceitual, apresentado de tal maneira, pode ser desenvolvido de duas formas distintas. Primeiro, pode-se negar o valor das leis tendenciais do capitalismo e das categorias marxianas, opção em linha com a crítica de Peter Burnham (1991 apud BIELER e MORTON, 2013) de que à teorização neogramsciana faltaria rigor materialista-histórico por não conceder a devida centralidade às relações de capital. O contra-argumento parte da observação de que, na TCN, o ponto de partida para se pensar a ordem mundial e a gênese de configurações de forças sociais é precisamente as relações sociais de produção (BIELER e MORTON, 2013; COX, 1987).

A segunda forma, portanto, partiria do entendimento de que o quadro conceitual da TCN não apresenta choques/contradições com uma análise propriamente marxista. Neste sentido, diríamos não só que é possível trabalhar com as categorias transferência de valor/excedente e superexploração da força de trabalho dentro dos marcos da TCN, como também que esta se beneficiaria tanto com a inclusão de categoriais e leis marxianas quanto com um olhar advindo do Sul. Nesta direção, diríamos que não há dúvida de que as capacidades materiais, no quadro da TCN, é de caráter mutável, mas fica menos claro os motivos por trás de seu desenvolvimento, i.e. quais as forças pujantes que influenciaram neste, e quais as reais possibilidades dos Estados com menor poder relativo de melhorarem sua posição em relação aos Estados mais fortes.

Desenvolvido o aspecto político das relações sociais, a TCN carece de um aprofundamento das limitações econômicas, expostas pelas leis tendenciais e categorias marxianas. A importância deste aspecto é apresentada por Gramsci (2000b) ao enfatizar a necessidade de distinguir

os diferentes graus ou momentos das relações de forças, onde o momento econômico é o que delimita não só as condições necessárias e suficientes para uma transformação como a viabilidade de projetos de nação. Desenvolver uma análise deste momento requer compreender os mecanismos e as tendências dentro da dinâmica do modo de produção e do estágio em que se encontra. Não basta, para isso, compreender que uma maior capacidade material lhe concede maior poder relativo na dinâmica das relações internacionais, mas como as regras do jogo capitalista favorecem uns em detrimento de outros tanto no seio dos Estados, entre as diferentes classes e frações de classes, como entre as diferentes formações econômico-sociais, em sua complexa rede de divisão do trabalho no nível nacional, regional e internacional. Neste sentido, a TMD não só se complementa à TCN, ao oferecer uma proposta de como analisar o momento econômico, como apresenta a oportunidade à mesma de seguir com mais rigor o quadro analítico proposto por Gramsci (2000b).

#### 5.2.1.1 Subimperialismo e hegemonia regional

Essa complexidade na rede de divisão do trabalho se expressa na categoria *subimperialismo*, uma representação do desenvolvimento consciente de uma “política externa ativa e altiva”<sup>102</sup> que, sem buscar romper com o sistema corrente e com sua própria dependência, ensaia mudanças *dentro* do sistema em prol de uma posição mais favorável no âmbito internacional. Em um diálogo cruzado de termos, poderíamos dizer que o subimperialismo se apresenta em um complexo Estado-sociedade civil, em que prevalece uma relação de dominação e, portanto, não hegemônica, em que uma burguesia interna de um país semiperiférico (de composição orgânica média de capital), desenvolve um projeto consciente de expansão de seus interesses.

O uso do conceito de hegemonia por Luce (2011; 2013) para descrever a política expansionista regional nos parece acertado na medida que no subimperialismo haveria uma busca de anuência do país dominante entre os que seriam subordinados nesta relação. A aplicabilidade do conceito de hegemonia é, no entanto, muito mais frágil neste contexto, uma vez que países subordinados (inclusive o subimperialista) não apresentam, em geral, as condições para a formação de uma hegemonia interna.

---

<sup>102</sup> Termo utilizado pelo ex-chanceler Celso Amorim para descrever política externa durante os governos Lula (2003-2010) (MEDEIROS, 2015).

A amplitude da aliança entre as classes e frações de classe de uma hegemonia, dentro da obra de Gramsci, pressupõe concessões para com as classes subordinadas. Em países dependentes, no entanto, haveria entraves impostos tanto pela transferência de valor e pela superexploração da força de trabalho (como apontaria a TMD), quanto pela gelatinosidade do complexo Estado-sociedade civil dependente.

Nesta direção, Marini (2013) desenvolve uma análise de um ensaio de capitalismo autônomo brasileiro que, em termos dependentistas-marxistas, representa nada mais que a tentativa fracassada de construção de uma hegemonia de classe. Dependentistas apontaram para a incapacidade da burguesia interna de subordinar a oligarquia agroexportadora, por depender das receitas de exportação para o desenvolvimento da indústria, e a conseqüente impossibilidade de romper com a superexploração, que permitiria não só expandir o mercado interno para a formação de um capitalismo autossustentável como seria medida necessária para a anuência da classe trabalhadora à liderança burguesa. Ou seja, o primeiro momento de relações de forças, o econômico, já apresenta um bloqueio estrutural dentro da ordem capitalista.

Os neogramscianos, de modo complementar, apontariam para a dificuldade de construção de um bloco histórico quando a sociedade civil é pouco desenvolvida, uma análise do segundo momento, o político. Isto seria um reflexo de aquela sociedade não ter passado por uma revolução social, o que traria mudanças de baixo para cima que repercutiriam e se esgotariam nos diferentes ramos da sociedade.

A análise de Marini (2013) parte justamente do momento econômico mas se desenvolve particularmente no momento político. Embora não trabalhe com a noção de gelatinosidade, isto é, a de que as instituições da sociedade civil não teriam atingido um nível de desenvolvimento suficiente para a criação de uma hegemonia, como forma explicativa do fenômeno, o autor acaba por demonstrar justamente isso quando postula os embates que o desenvolvimento de instituições da classe trabalhadora e do campesinato sofrem na tentativa de se solidificar. As instituições de esquerda, incluindo aqui partidos políticos, os sindicatos, as agremiações de estudantes, de trabalhadores rurais e urbanos, e outros movimentos sociais, se deparam com a necessidade de *recomeçar* e não *retomar* a construção anterior com as derrubadas dos quadros em cada nova onda de repressão. Encontram-se em uma necessidade de se reerguer sem conseguir construir a partir daquilo que foi erguido no passado. Marini (2013) demonstra, com isso, mas sem utilizar a terminologia gramsciana, que a classe dominante acaba por

impor a gelatinosidade à sociedade civil por não lhe permitir o desenvolvimento.

O uso que Cox (1983) faz de hegemonia no nível internacional também é mais limitado em relação ao nível nacional, demonstrado na sua afirmação de que o consenso tende a se diluir quanto mais se afasta do centro e se aproxima da periferia. Defendemos, portanto, que falar em hegemonia regional dependente é falar em uma *hegemonia regional limitada*, que abarca apenas segmentos das classes sociais das nações dentro da esfera de influência subimperialista. Abarcaria, portanto, os diferentes blocos no poder da região sob a liderança política e econômica do bloco no poder do país subimperialista. Pode-se incluir, também segmentos das classes subalternas que tenham sido cooptadas dentro do bloco. Porém, este tipo de aliança apresentaria uma fragilidade mais aguda devido tanto à importância da dominação interna sobre o consenso, quanto às pressões e limitações estruturais devido à sua condição de países dependentes.

O espaço de manobra de países periféricos e semiperiféricos tem uma relação muito mais forte com o momento conjuntural do que o dos países centrais; isto é, estes dependem muito mais de condições externas favoráveis, como disponibilidade de crédito e demanda por seus produtos de exportação, dada as fortes limitações impostas pelo momento orgânico. Se não buscarem reformas estruturais, seja no âmbito de uma revolução passiva ou de uma revolução social, durante os períodos mais favoráveis, a dependência orgânica não se alterará.

Consoante com a análise de Marini (2013) e a categoria subimperialismo, Cox (1981) apresenta um leque de alternativas para o desenrolar das relações internacionais. Três possíveis desenvolvimentos, não negando outras possibilidades, seriam: (1) a construção de uma nova hegemonia baseada na internacionalização da produção e do Estado, com a cooptação de alguns países do Terceiro Mundo; (2) o desenvolvimento de uma estrutura mundial não hegemônica e conflituosa, com a emergência de blocos de poder antagônicos; e (3) o aparecimento de uma força contra-hegemônica a partir de uma coalizão de países do Terceiro Mundo em prol do desenvolvimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. No fervor da ascensão econômica e política de potências médias no cenário internacional, os ditos países “emergentes” ou “em desenvolvimento”, abriu-se a necessidade de uma avaliação crítica destes conceitos e o de “contra-hegemonia”.

Sem adentrar no mérito dos argumentos de cada posição, ressaltamos apenas que se abriu uma discussão que opõe a designação das novas potências “emergentes” enquanto contra-hegemônicas, de um lado,

ou subimperialista ou interimperialistas, de outro. Este debate se dá dentro de algumas confusões ou divergências no ponto de partida analítico, muitas vezes não reconhecidos.

O primeiro ponto se encontra em uma discordância em relação à caracterização da atual ordem mundial. Caso enxergarmos que há uma continuidade da *pax americana*, colocar-se-ia a pergunta se o bloco dos BRICS, representado por uma aliança (tácita ou estratégica, teria que se definir) entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com a anuência dos países em sua esfera de influência, estaria buscando um reordenamento da ordem mundial que ameaçaria a hegemonia norte-americana. A partir de outra leitura do quadro mundial, se chegássemos à conclusão de que a hegemonia atual se baseia na internacionalização da produção e do Estado, e não no poder de um único Estado, a problemática se centraria no papel dos BRICS em apoiar este desenvolvimento ou em se opor a ele. Caberia a pergunta, portanto, se os BRICS se opõem ao caráter neoliberal da ordem mundial.

A segunda alternativa posta por Cox (1981), e a nossa terceira, veria um mundo não hegemônico com a aparição de novos blocos, conflituosos entre si, do qual os BRICS poderia se apresentar como um bloco, a partir da liderança chinesa. Esta alternativa, vale destacar, não apresenta mudanças de ordem anticapitalista, como teria sido o bloco soviético durante a Guerra Fria, centrando a oposição entre nações no desenvolvimento dos capitalismo nacionais em detrimento da integração capitalista mundial.

Assim, a designação dos países “emergentes” enquanto subimperialistas ou imperialistas apresentaria consonância com estas três alternativas (a primeira descartada por Cox, uma vez que considera o fim da *pax americana* nos anos 1960, e as outras duas dadas pelo autor). Os BRICS poderiam ser classificados enquanto um bloco contra-hegemônico, por um lado, de acordo com Cox (1981), somente à medida que buscariam desenvolver a quarta alternativa, trabalhando efetivamente em prol da Nova Ordem Econômica Mundial, conceito que também teria que ser definido com precisão; ou, por outro, discordando de Cox, na avaliação de que ainda estaríamos vivendo sob a hegemonia norte-americana.

A partir disso se ergue um segundo ponto de nível categorial, no que diz respeito à noção de contra-hegemonia e sua relação com os conceitos de revolução social e revolução passiva. Há uma tendência em segmentos da esquerda de considerar qualquer movimento contra uma hegemonia estabelecida como algo benéfico, beirando uma análise acrítica, como se fosse necessariamente um reflexo de uma revolução

social. Como explicitou Gramsci (2000b), erros analíticos muitas vezes têm suas raízes em paixões que deturpam a perspectiva do analista e o caráter objetivo de seu trabalho.

Com isso, defendemos que a análise de uma mudança de ordem mundial não deve ser tida como algo benéfico ou não a priori, mesmo quando iniciada fora do centro geográfico capitalista. Da mesma maneira que o cesarismo pode apresentar tanto um caráter progressista quanto um conservador (GRAMSCI, 2000b) em uma dialética revolução-restauração, o mesmo seria válido para um movimento contra-hegemônico. É neste sentido que defendemos que se deve analisar a relação entre a noção de contra-hegemonia e os conceitos de revolução social e revolução passiva.

Nesta direção, na introdução do livro *BRICS: an anti-capitalist critique*, uma coletânea de artigos editado por Patrick Bond e Ana Garcia (2015)<sup>103</sup>, os dois traçam um quadro de diferentes posturas ideológicas sobre os BRICS, distinguíveis a partir de sua relação de classe com os Estados do agrupamento. Em outra versão do mesmo trabalho, escrevem:

Se olharmos para os posicionamentos nas sociedades em relação aos BRICS buscando uma análise de classe, podemos enxergar, *grosso modo*, algumas posições ideológicas diante desse bloco de países, cujos níveis de análise podem ser organizados em: *BRICS from above* (a posição de algumas instâncias governamentais e empresariais), *BRICS from the middle* (a posição de alguns acadêmicos, *think tanks* e algumas ONGS), *BRICS from below* (movimentos sociais de base em luta nos países, que podem criar laços comuns de luta e solidariedade internacional), e, por fim, aqueles intelectuais do meio empresarial pró-Occidente, adeptos à velha ordem capitalista com base na hegemonia estadunidense, que temem a ascensão dos BRICS (2014, p. 18).

A partir dessa tipologia, é possível desenvolver a relação entre contra-hegemonia e a diferenciação entre a revolução social e a revolução passiva. A expressão dos *BRICS from above* remete às diferentes

---

<sup>103</sup> Uma outra versão deste livro foi publicada em uma série de artigos e ensaios da revista *Tensões Mundiais/World Tensions* em uma edição temática sobre os BRICS para a Cúpula de Fortaleza.

perspectivas sobre a atuação daqueles no comando político e econômico dos Estados nacionais; enquanto os *BRICS from below*, os pontos de vista dos movimentos de base. Pela definição gramsciana dos conceitos de revolução, os *de cima* não poderiam desenvolver mais do que uma revolução passiva, uma vez que uma autêntica revolução social precisaria partir das massas para que possa haver mudanças na estrutura de poder.

É neste ponto que jaz grande parte da confusão conceitual de parte da esquerda, uma vez que não diferenciam uma revolução *de cima* de uma *de baixo*, dando uma concepção positivista ao Estado – unitário, uma representação da nação, onde a classe desaparece em um embate entre nações. Pois, passaria a prevalecer a valorização das conquistas do Estado-nação na esfera internacional, sem importar a condição da luta de classes tanto nacional quanto a nível internacional e os possíveis desdobramentos para a mesma com o fortalecimento relativo e absoluto das classes dominantes.

A categoria subimperialismo traz, portanto, um olhar crítico para o conceito de ordem mundial, uma vez que obriga a distinção entre o fortalecimento e o enfraquecimento dentro das relações de força e afirma que não é presumível a priori que a atuação do país “emergente” seja benéfica para a construção da hegemonia da classe trabalhadora. É esta distinção que o caráter ideológico dos termos “emergente” e “em desenvolvimento” oculta, além de apagar a relação dialética entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, em prol de uma concepção etapista do desenvolvimento. Essa conceitualização idealista mascara a possibilidade de o país “emergente” trabalhar em prol da exploração da classe trabalhadora, acirrando a superexploração em diferentes formações sociais. Reafirmar estas distinções é permitir, também, o exame crítico de situações em que a atuação de potências médias poderia ser caracterizada como anti-imperialista, que se acarretaria em favorecer a conscientização e organização das classes subalternas em prol do fim da exploração do homem e da mulher pelo homem.

Alguns insistiriam que a TMD, por trabalhar muito a reprodução do sistema, negligenciaria a transformação e teria, portanto, uma parcialidade a favor da manutenção do sistema. Essa perspectiva se daria, no entanto, a partir da não diferenciação entre níveis de análise em geral, e de como a TMD trabalha a mudança nos diferentes níveis, em particular. Gramsci (2000b) e Carcanholo (2013) distinguiram dois momentos: o estrutural/orgânico e o conjuntural. Bieler e Morton (2001) designaram o momento conjuntural como microestrutura e traçaram uma segunda distinção dentro do momento estrutural/orgânico: o mesoestrutural, que designa etapas ou estágios de duração de décadas; e o macroestrutural,

que teria a duração de séculos e estaria, portanto, mais profundamente embutido nas relações sociais de produção.

Esta diferenciação de níveis de análise permite distinguir mudanças *dentro de* uma macroestrutura (mudanças mesoestruturais), de um lado, de mudanças *de* macroestruturas, isto é, de uma macroestrutura para outra, do outro. Os conceitos de ordem mundial, hegemonia e subimperialismo trabalham dentro do nível da mesoestrutura e é nele que se dão as divergências na caracterização da atual ordem mundial e na concepção de contra-hegemonia.

A categoria subimperialismo, no entanto, dialoga com ambos os níveis. Desde a perspectiva macroestrutural, o subimperialismo se apresenta como uma forma em que o capitalismo soluciona problemas de realização, servindo, portanto, para a sua reprodução. No entanto, a partir da perspectiva mesoestrutural, o subimperialismo representa uma transformação concreta tanto na formação econômico-social em questão, como dentro da ordem vigente, isso porque se manifesta não como uma contestação mas como uma reivindicação assertiva de uma posição mais elevada entre os Estados.

Do mesmo modo, transformações no nível mesoestrutural podem trazer flutuações ao grau de dependência e de superexploração, mostrando variações no subdesenvolvimento; contudo, o fim dos mesmos, de acordo com a TMD, apenas ocorrerá com uma mudança no nível macroestrutural, isto é, quando os países subdesenvolvidos adotarem outro modo de produção e cessarem com a reprodução do capitalismo. Neste sentido, a análise coxiana se limita a mudanças no nível mesoestrutural e talvez, por este motivo, Cox não teria enxergado o olhar crítico na TMD, por a mudança almejada na teorização dependentista-marxista se apresentar no nível macroestrutural.

Feitos estes apontamentos acerca de algumas das principais categorias e conceitos da TMD e da TCN, na seção seguinte traçaremos um esboço de uma análise comparativa das categorias de força e dos níveis de estrutura trabalhadas nos dois corpos teóricos.

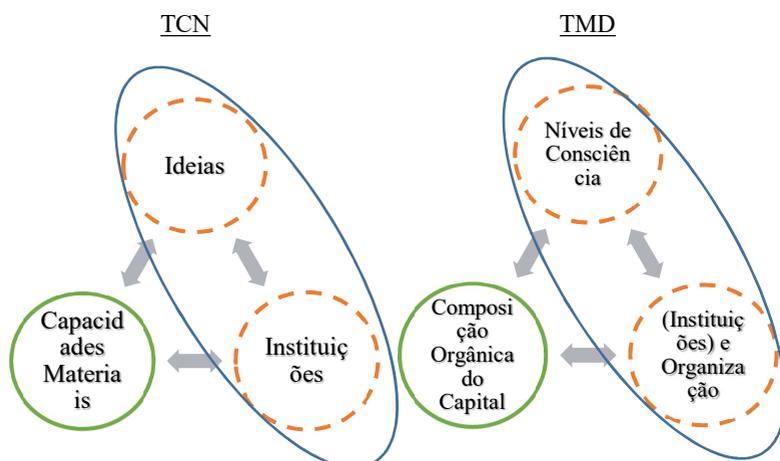
### *5.2.2 Marco conceitual: relação base-superestrutura e relação nacional-internacional*

Como ponto de partida para esta análise comparativa da esfera conceitual, adotaremos os dois quadros conceituais da TCN que traçam a relação entre capacidades materiais, ideias e instituições das *categorias de força* e aquela entre relações sociais de produção, formas de Estado e ordens mundiais dos *níveis de estrutura*. A TMD, embora não elabore

categorias próprias em todos estes aspectos, adota algumas já elaboradas dentro do programa de pesquisa do materialismo histórico. Esta discussão se faz necessária a partir do pressuposto de que a construção de pontes teóricas necessitaria uma prévia compatibilidade analítica no que diz respeito o quadro conceitual utilizado. Isto é, uma teoria que se ergue a partir do desenvolvimento do conceito de capacidades materiais pode não deixar espaço para a inclusão da esfera das ideias em seu marco teórico.

A Figura 9 abaixo parte do entendimento de que as categorias de força representam, *grosso modo*, a relação base-superestrutura marxiana, onde as capacidades materiais representariam a base material, e as duas categorias ideais e instituições, a superestrutura.

**Figura 9** – Categorias de Força/Base-Superestrutura



Fonte: Elaboração própria a partir de Bieler e Morton (2001), Cox (1981) e Marini (2013).

Não há categorias na TMD que sejam estritamente homólogas às categorias de força da TCN. No entanto, há diferentes conceitos, noções e categorias que se assemelham, *grosso modo*, às caracterizações do quadro conceitual coxiano. Veremos, a seguir, as relações entre as diferentes conceitualizações dos dois corpos teóricos a partir do marco conceitual da TCN, que relaciona a dialética das categorias de força com a dialética dos níveis de estrutura.

### 5.2.2.1 Categorias de forças: relação conceitual entre TMD e TCN

Dentro do que seria uma categoria homóloga a capacidades materiais, a TMD privilegia a composição orgânica do capital para desenvolver a relação entre os diferentes setores da economia, seja industrial, de serviços ou primário, e seus graus de produtividade, abrangendo aspectos da *forma acumulada* (recursos naturais, estoques de equipamento, riqueza) e da *forma dinâmica* (capacidade tecnológica e organizacional) da categoria na TCN. Revisitando o segundo capítulo, encaixaríamos essas contribuições dentro do momento econômico das relações de força em Gramsci (2000b).

Dentro da categoria *ideias*, Marini (2013) trabalha principalmente com a subcategoria *imagens coletivas*, embora não faça uso do termo. Privilegia-se, neste sentido, a noção de níveis de consciência, demonstrando bastante consonância com a abordagem gramsciana na análise de relações de forças políticas, i.e. o segundo momento. Imagens coletivas remeteriam, se traçarmos sua raiz na obra de Gramsci, a níveis de consciência mas não necessariamente limitadas a classes e frações de classe, abarcando também outros agrupamentos sociais (identidades comuns geradas em torno de raça, orientação sexual e gênero, entre outras, que dialogam com a questão de classe).

Marini (2013) trabalha prioritariamente com os movimentos de classe, com exceção ao movimento estudantil. No texto *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, Marini (2013) apresenta e desenvolve várias imagens coletivas que tiveram papel incisivo na luta de classes, muitas das quais foram sedimentadas em doutrinas (doutrina da barganha leal, do general Golbery do Couto e Silva) e nos diferentes projetos nacionais (o nacional-desenvolvimentista, o revolucionário, o subimperialista), e expressos em políticas governamentais (política de conciliação) e na campanha anticomunista da burguesia. Perante essa campanha e a radicalização reivindicatória da classe operária, setores da classe média teriam reagido com pânico.

Já considerando a subcategoria dos significados intersubjetivos, embora não adentram muito em sua análise, Marini apresenta uma declaração do chanceler Leitão da Cunha que expressa um esforço de suprimir o significado intersubjetivo de segurança nacional com uma imagem coletiva tecnocrático-militar:

“A concepção ortodoxa e rígida da soberania nacional [...] foi formulada em uma época na qual as nações não reuniam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperar entre si em busca de objetivos comuns”. O chanceler do governo militar

brasileiro preconizou ainda “o reforço dos instrumentos multilaterais para a defesa da instituição política mais americana – a democracia representativa”. E esclareceu: “Poucos têm dúvidas de que os mecanismos previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos contra agressões ou ataques abertos são inteiramente inadequados às novas situações produzidas pela subversão que transcende as fronteiras nacionais” (p. 119-120).

Em um discurso posterior, desenvolvendo esta campanha, o marechal Castelo Branco teria defendido a necessidade de redefinir o conceito de fronteiras; antes delimitadas geograficamente, agora deveriam ser vistas como fronteiras ideológicas. Esta reconceitualização das fronteiras, e, com isso, a reafirmação da imagem coletiva tecnocrático-militar, justificaria reconhecer ameaças comunistas em um país como uma ameaça a todo o continente americano, enfatizando, conseqüentemente, o direito a intervenção externa, desde que interna à região e à ideologia.

Um terceiro momento em que Marini (2013) traz significados intersubjetivos à sua análise é em sua crítica à ideologia nacional-desenvolvimentista que buscara melhorar os termos de troca sem enfrentar as limitações estruturais apresentadas pelo significado intersubjetivo de ter o *valor de troca* como base das relações econômicas internacionais. Este significado intersubjetivo teria implicações para o momento econômico ao definir o modo de se fazer comércio a uma intersubjetividade que se sustenta sobre a transferência de valor. Assim, é nestes e em outros casos que Marini desenvolve analiticamente o papel das imagens coletivas e dos significados intersubjetivos na sua relação com interesses de classe e a agência propriamente dita, embora em outros termos, isto é, sem utilizar a nomenclatura da TCN.

Buscando compreender os termos em que a TMD desenvolve a categoria de ideias, tomaremos como base o texto *O movimento revolucionário brasileiro*, terceiro capítulo da obra *Subdesenvolvimento e revolução*. Aqui, Marini (2013) desenvolve mais plenamente os níveis de consciência das diferentes classes e frações de classe, e da relação que estes têm com os intelectuais e a organização de classe. De acordo com Marini (2013, p. 163-4):

Existe [...] uma diferença entre a *démarche* teórica, que permite captar e sistematizar as contradições

básicas da sociedade, e a compreensão de tais contradições por parte das forças sociais que delas se ressentem; utilizando uma terminologia lukácsiana, a consciência *possível*, que o momento histórico torna factível, não coincide necessariamente com a consciência *real* da sociedade. Ambos os níveis de consciência encontram seu ponto de convergência na prática política.

Neste trecho, compreende-se as limitações postas pela consciência real, quando esta não reconhece as possibilidades reais de ação política, mas é nessa convergência, necessária para a mudança efetiva, que se encontra o papel dos intelectuais, que Marini ora trata como *representação* de classe, ora como *vanguarda*, quando trata do movimento de esquerda.

A análise que Marini desenvolve tem bastante consonância com a proposta analítica de Gramsci (2000b) dentro do momento político das relações de força, demonstrando os erros da esquerda brasileira. Para demonstrar sua reflexão neste sentido, tomemos como exemplo uma análise de Marini (2013) a respeito dos erros da esquerda brasileira: o proletariado, sob a direção do PCB, teria tido uma posição subordinada na luta de classes, sendo que o papel da representação de classe, segundo Marini (2013), não é se antecipar às massas, nem dirigir todas as suas ações. Em consonância com Gramsci (2000a) no que diz respeito ao papel dos intelectuais, defende que a função destes seria de apoiar o desenvolvimento da consciência de classe, lutar a seu lado e apresentar formas de organização, dando direção política aos seus movimentos.

A intelectualidade teria, portanto, um papel decisivo na construção das *instituições* organizativas, o que poderia vir a ser uma forma da categoria de *instituições* trabalhada na TCN. As *organizações* de luta em Marini (2013) seriam uma instituição, embora às vezes de caráter menos formal, que representaria uma relação dialética tanto com as *ideias* (níveis de consciência, *imagens coletivas*) e a esfera econômica das capacidades materiais, influenciando na prática social reivindicatória (greves, paralisações, manifestações) que levaram, em determinados momentos, a diminuição da superexploração.

Trabalha-se, também, na TMD com instituições mais formais de caráter estatal e de classe, como as de Bretton Woods, a CEPAL, os *think tanks* e centros de educação, como a Escola Superior de Guerra (ESG) (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2013). Embora não seja explicitado que as três categorias de força, dentro da TMD, tenham essa relação dialética,

em que cada uma influi na outra, a análise desenvolvida não deixa sombra de dúvida.

A análise desenvolvida dessas duas esferas da superestrutura exemplifica, também, as dificuldades reais de se formar uma hegemonia de classe no seio de um país subdesenvolvido, dado a importância da dominação frente aos fortes constrangimentos estruturais. Na tentativa de se construir uma hegemonia burguesa no Brasil, a representação de classe das classes dominantes encontrava dificuldade em vencer a consciência parcial e incompleta que as frações dominantes dentro da burguesia (o grande capital) tinham de seus próprios interesses; e o projeto subimperialista prescindiu, neste sentido, da anuência das frações burguesas subordinadas (a pequena e média burguesia), adotando uma política favorável à concentração e centralização do capital. Ensaiou-se, por meio do projeto de um capitalismo autônomo, uma hegemonia de classe, em que o grande capital buscou o apoio tanto da pequena e média burguesia, como da classe média e do proletariado (MARINI, 2013).

No entanto, os constrangimentos da dependência não teriam permitido as condições necessárias para sua concretização, como explica Marini (2013, p. 165): “aqueles que defendiam uma política de desenvolvimento autônomo, baseado na dinamização do mercado interno, não consideram que a própria natureza da acumulação não permitiria tal projeto”. O desenvolvimento capitalista autônomo, como política de Estado e projeto de hegemonia, iria requerer o fim da superexploração para a criação de uma dinâmica autossustentável interna e para a conquista da anuência do proletariado, mas o mesmo obrigaria um confronto com o imperialismo internacional, para cessar ou mesmo diminuir a transferência de valor, e com a oligarquia agroexportadora, para diminuir o valor da força de trabalho via uma reforma agrária. Ambos os confrontos abririam, no entanto, outros constrangimentos para o desenvolvimento capitalista nacional: o acesso a crédito internacional e a divisas advindas da agroexportação, necessário para o pagamento de importações para a indústria (MARINI, 2013).

É na confluência das três categorias de força da TCN, um reflexo de uma hegemonia, em que subjaz, talvez, a maior contribuição deste marco teórico para a TMD, mais especificamente, para o desenvolvimento da categoria do subimperialismo. Retomando a proposta de conceito de *hegemonia limitada* dentro da teoria da totalidade do subimperialismo, defenderíamos, a partir da TCN, que a hegemonia no mesmo precisaria se refletir na consonância da estrutura histórica regional (capacidades materiais, ideias e instituições). A aliança do bloco regional no poder, expressão do consenso regional que não contaria com

o apoio abrangente das diferentes classes subalternas, não eliminaria as imagens coletivas e nem os projetos de nação (e, por extensão de sentido, os projetos de região) antagônicos. No momento da hegemonia limitada, prevaleceria a imagem coletiva representativa dos interesses da liderança do bloco regional no poder, convivendo, no entanto, com consciências de classe fragmentadas e conflitantes.

Dito isso, há de se enfrentar uma aparente incoerência: por que não tipificar este fenômeno como dominação regional quando não se atende o consenso necessário para atingir uma hegemonia, isto é, quando não se apresentam os elementos com o rigor analítico posto por Gramsci? A resposta, no entanto, jaz nos esforços de Gramsci e Cox em compreender a natureza da hegemonia. O fato a se observar é que *se ensaia* a construção de uma hegemonia regional no movimento de se construir um subimperialismo, buscando erguer imagens coletivas e traçar novos significados intersubjetivos na defesa daquilo que viria a ser um projeto de região dominante e com consenso limitado. As instituições levantadas ou disputadas neste processo apresentarão marcas deste consenso, assim como da influência que o país subimperialista apresenta e o controle que exerce sobre estoques regionais de matérias-primas e fontes de energia. O *ensaio* terá, portanto, resultados, embora limitados. Neste sentido, a leitura dos trabalhos de Luce (2011, 2013), de sistematização das contribuições de Marini em prol de uma teoria global do subimperialismo, nos sugere que a noção de hegemonia regional utilizada é consoante com a análise de estruturas históricas da TCN e pode ser fortalecida pelas contribuições neogramscianas.

#### 5.2.2.2 Níveis de estrutura: relação conceitual entre TMD e TCN

A compatibilidade entre os dois corpos teóricos quanto à relação entre os níveis de estrutura se apresenta de maneira mais óbvia. Ao contrário do que foi alegado por Cox (1987), já defendido anteriormente, a TMD não proporciona uma análise determinista que anula os fatores internos e garante controle aos controles externos. Ao contrário, é a relação das forças dominantes internas tanto com as classes subalternas nacionais quanto com as forças dominantes internacionais que explica o desenvolvimento dos fenômenos próprios ao subdesenvolvimento.

O nível de estrutura *relações sociais de produção* da TCN enquanto componente da TMD já foi amplamente discutido anteriormente, mas vale propor a necessidade de subdividir a mesma em duas *subestruturas*, uma do capitalismo central e outra do capitalismo dependente, onde a síntese se expressaria nas relações sociais globais de

produção, com a divisão internacional do trabalho representando o ponto fulcral deste nível de estrutura.

Neste sentido, reafirmamos que a TMD desenvolve a subestrutura do capitalismo dependente, passo importante para compreender a síntese global das relações sociais de produção. As categorias *transferência de valor/excedente* e *superexploração da força de trabalho* adentrariam nesta esfera, imprescindíveis, de acordo com a TMD, para a compreensão da subestrutura do capitalismo central, que se desenvolve com o auxílio das economias subdesenvolvidas no que diz respeito ao rebaixamento do valor de sua força de trabalho e dos custos dos insumos para a sua produção e à realização de suas mercadorias e capital excedentes.

A maneira em que a TMD desenvolve o nível de estrutura *formas de Estado*, isto é, o complexo Estado-sociedade civil, apresenta algumas diferenças, porém não de modo antagonico. Trabalha-se com a noção de *formação econômico-social*. Historicizado por Osorio (2012) dentro do modo de produção capitalista, a formação econômico-social remete a unidades limitadas territorialmente que abrangem “relações econômico-políticas existentes [nas mesmas] e nos agrupamentos humanos que tais relações constituem, assim como os processos que o capital teve e tem de levar a cabo para estabelecer sua ordem, as soluções alcançadas e os conflitos abertos” (Ibidem, p. 40). Assim como o conceito Estado-sociedade civil abrange relações políticas e econômicas, a noção de formação econômico-social o faz mas sem explicitar a dialética entre sociedade civil e sociedade política<sup>104</sup>. Trabalha-se na TMD também com a noção de sistemas de aliança, mais limitado em escopo mas que dialoga mais diretamente com o sistema de poder aparente no complexo Estado-sociedade civil.

Por outro lado, a noção coxiana de proto-Estado, por expressar as dificuldades e as limitações que o Estado em países do Terceiro Mundo encontram para se sustentar coerentemente sobre forças sociais internas, tem coerência com a noção de sistemas de aliança, uma vez que esta apresenta a sustentabilidade política de uma dominação de classe que prescinde de um consenso amplo. Assim, em sua análise de formas de Estado dependentes, Cox (1987) desenvolve uma compreensão das

---

<sup>104</sup> Osorio (2012) reconhece a necessidade de se desenvolver mais profundamente a noção de formação econômico-social. Por motivo do caráter incompleto da formulação da mesma, entendemos que não é possível, neste momento, discutir com mais profundidade as forças e fraquezas que o uso deste ou do conceito complexo Estado-sociedade civil apresentariam um em relação ao outro.

limitações políticas dentro de uma formação econômico-social dependente condizentes com as análises dependentistas-marxistas. Sem determinar a impossibilidade da formação de um Estado coerente, o autor coloca que o proto-Estado seria uma estrutura comum a países periféricos.

Já o terceiro nível de estrutura, da *ordem mundial*, está presente na obra de Marini, em especial em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Neste texto, Marini (1977) desenvolve uma análise da ordem mundial no pós-II Guerra Mundial, sem utilizar o termo, apresentando a categoria *subimperialismo* como pertencente ao nível internacional. De acordo com Bichir e Santos (2012, p. 31-32), na apresentação da tradução ao português deste texto, um

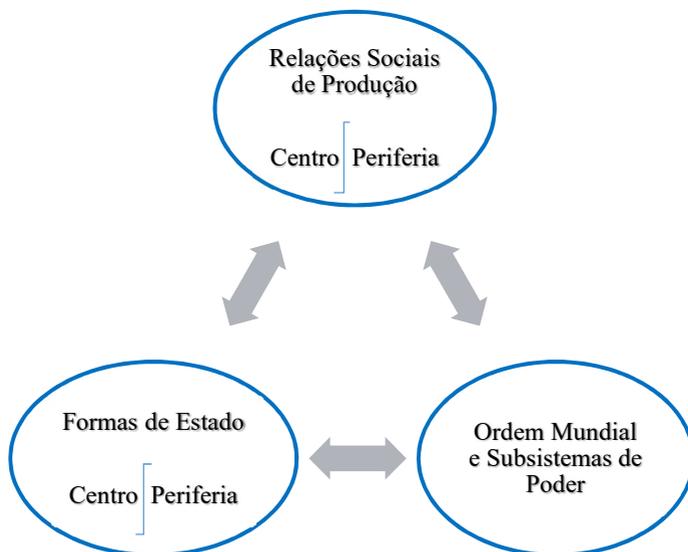
[...] elemento vital [desta obra] é a análise dos termos em que se têm estabelecido as relações de dominação e subordinação nos seguintes âmbitos: Como tem se figurado a ordem política e econômica internacional? Quais têm sido as mudanças fundamentais ocorridas na relação estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos; e entre o Brasil e os demais países periféricos? Como a relação de “aglutinação” entre o Estado brasileiro e o capital tem se expressado hoje? Como têm se manifestado as tensões internas no Brasil?

Esta obra, em linha com os trabalhos desenvolvidos no nível de estrutura internacional no âmbito da *Monthly Review*, marca o desempenho de Marini para desenvolver a TMD enquanto teoria das relações internacionais, esforço reconhecido por Luce (2007) e Bichir (2012). Com isso, postulamos que as maiores contribuições da TMD para o desenvolvimento do conceito de ordem mundial e para a análise neste nível de estrutura jaz não só na categoria subimperialismo, como na sua perspectiva ontológica da dialética desenvolvimento-subdesenvolvimento e na subsequente diminuição no nível de abstração para se pensar outros níveis regionais de poder.

A partir das contribuições dependentistas para os diferentes níveis de estrutura, sugeriríamos um quadro dialético, representado na Figura 10, mais complexo do que aquele apresentado por Cox (1981). As relações sociais de produção precisariam ser pensadas enquanto síntese de uma dialética entre o desenvolvimento no centro e o subdesenvolvimento na periferia e na semiperiferia. A categoria e nível de estrutura formas de Estado precisam, no mesmo sentido, ser desenvolvidos a partir do reconhecimento das especificidades da divisão

internacional do trabalho e da acumulação mundial do capital. Da mesma forma, o nível de estrutura de ordens mundiais não pode prescindir de uma análise de sua relação com os subsistemas regionais de poder, relação cujo caráter pode sustentar ou não uma hegemonia na ordem mundial.

**Figura 10** – Níveis de Estrutura, Ampliado



Fonte: Elaboração própria, a partir de Cox (1981) e Marini (1977, 2013).

Defendemos, com isso, que é na análise substantiva de relações de forças que a TMD demonstra mais claramente a sua compatibilidade teórica e conceitual com a TCN, uma vez que as principais categorias destas são trabalhadas de forma dialética na análise dependentista-marxista.

Em outras palavras, verificamos, nesta seção, que o conteúdo das categorias da TCN é trabalhado como dado na TMD; isto é, o conteúdo analítico da TCN se vê representado no conteúdo substantivo da TMD. A necessidade que Cox encontrou de explicitar aquilo que para Marini está subentendido pode ser uma reflexão de estarem dialogando com públicos diferentes, uma vez que no campo das Relações Internacionais o materialismo histórico é marginalizado, enquanto que a TMD se desenvolve dentro de um campo de teoria social latino-americano onde o mesmo processo de marginalização não se evidencia. Nossa análise da TMD serve ao propósito, portanto, de reivindicar a sua incorporação ao

campo das RI por meio das propostas do paradigmatiso e do perspectivismo abertos pelo Terceiro Debate, vis-à-vis a explicitação de suas premissas ontológicas, epistemológicas e teóricas.

### **5.3 Agência em sua relação com a estrutura: algumas considerações**

Defendemos, anteriormente, que, dentro das duas teorias em análise, a gênese do agente se dá a partir das relações sociais de produção. Falar em agência na teoria marxista é falar em agência de classe. Neste sentido, o termo agência não se confunde com a noção de ator, termo que redimensiona a agência em padrões que anulariam a perspectiva de classe. No entanto, falar em agência também não remete automaticamente às classes sociais. O termo se desenvolve enquanto categoria ontológica e de caráter mais objetivo, uma vez que remete àqueles que efetuam mudança. A natureza deste agente fica a definir pelos que o teorizam. Desenvolver a categoria de agência no nível internacional dentro do materialismo histórico é trabalhar com a noção de agente coletivo. Isto também significa que, como argumentado anteriormente, a noção positivista do Estado enquanto agente é rejeitada tanto na TMD como na TCN, isso não só porque enxergam no Estado uma estrutura, como também por terem os grupos sociais/forças sociais como os agentes de mudança.

Uma diferença aparente entre agência na TMD e agência na TCN são os grupos sociais/forças sociais que privilegiam em sua análise. Diferentemente da TMD, a TCN reconhece explicitamente a existência de agentes que não se definem a partir de parâmetros de classe.

Neste sentido, podemos falar em organizações e movimentos sociais feministas, de negritude, indígena, de diversidade sexual, etc. Essa visão do agente não é, no entanto, automaticamente divergente daquela apreendida pela TMD. Haveria divergência na conceitualização destes agentes caso os desapegassem por completo do caráter classista de sua gênese; isto é, caso não se reconhecesse uma relação entre estas identidades sociais, seus respectivos movimentos e as relações sociais de produção. A dificuldade em reconhecer esta conexão se apresenta no caráter transversal de muitos destes movimentos, sendo que pode haver tanto burgueses quanto operários em um mesmo movimento social defendendo a mesma causa que não trata, aparentemente, de relações sociais de produção.

Para pensar a questão da transversalidade entre classes, no entanto, defendemos que são necessárias duas considerações. Em primeiro lugar, o capitalismo, em sua adaptabilidade e constante busca por maiores lucros, busca “sequestrar” movimentos sociais, redimensionando suas

pautas e formas de luta de maneira a lhe conceder vantagens. Vemos isso com a adoção da estratégia do *pink money* dentro do movimento de diversidade sexual dominante no Brasil, onde se tornou uma forma de luta fazer campanha para que *gays* e lésbicas direcionem sua renda disponível de modo a favorecer empresas *gay-friendly* e punir aquelas que os discriminam. Ao invés de trabalhar pela humanização das relações, a discriminação se tornaria indesejável apenas em circunstâncias em que não se poderia lucrar sobre as mesmas. Este fenômeno é mais aparente enquanto um movimento colonizador, cuja expressão se reflete na importação de conceitos e ideias sem que passem por um processo antropofágico; isto é, sem que os desenvolvamos à luz das nossas especificidades. Um reflexo disso é a utilização de terminologia estrangeira que muitas vezes obscurece aquela que é autóctone e que melhor expressa as realidades locais.

Em segundo lugar, movimentos sociais transversais que desconsideram a centralidade da luta de classe tenderiam a servir aos interesses de um segmento específico dentro das classes já avantajadas. Isto poderia se dar ao reduzir o movimento de negros à questão das cotas sem trabalhar, simultaneamente, a questão de classe. Se o objetivo é enegrecer a elite, este passo seria palpável. Assim como se o objetivo do movimento LGBT é permitir que dois homens *gays* se hospedem em um hotel de luxo, a estratégia do *pink money* também serviria. No entanto, se o movimento se preocupa com as condições do preto pobre e do viado<sup>105</sup> da periferia, então a análise e a estratégia de luta não podem prescindir de um olhar de classe.

Outra questão, então, seria se na perspectiva dependentista-marxista há espaço para se desenvolver esta compreensão ampliada das forças sociais. Dado o desenvolvimento analítico anterior que exige o olhar de classe para a análise dos diversos movimentos, não parece haver motivo pelo qual a TMD não possa incorporar esta mesma compreensão de forças sociais. Esta proposta se sustenta, em parte, na própria obra de Marini (2013), onde o autor trabalha com um agrupamento social não classista – os movimentos estudantis.

Assim, a luta dos movimentos sociais não classistas dirá respeito a interesses de classe, sejam da burguesia, da classe média ou mesmo da classe trabalhadora como um todo. No caso do movimento estudantil que

---

<sup>105</sup> Privilegia-se o uso do termo *viado* sobre *gay* tanto pelas sutilezas de suas diferenciações culturais, sendo que ser viado no Brasil não é a mesma coisa que ser *gay* nos Estados Unidos, como pelo carácter higienizado do termo norte-americano em sua aplicação no Brasil.

Marini (2013) analisa, especificamente no ano de 1968, as reivindicações puramente estudantis da União Nacional dos Estudantes (UNE) representou um exemplo de corporativismo nos termos gramscianos, visando melhorar as condições de um agrupamento específico dentro de uma classe específica, já que o acesso à educação universitária, que a UNE representa, era privilégio de certas classes. Mais adiante retomaremos a noção de corporativismo para se pensar a luta de classe na construção de uma hegemonia.

Se as forças sociais, isto é, os agentes, encontram sua gênese nas relações sociais de produção, a agência propriamente dita se dá na luta de classes. O movimento do mesmo, a prática política, se desenvolve a partir do aumento da consciência de classe e da organização que resulta dos esforços das forças sociais neste processo. Marini (2013) aponta algumas dificuldades histórico-concretas que esclarecem sua perspectiva.

Primeiro, apresenta-se a necessidade da vanguarda de criar uma teoria social capaz de “fundamentar uma estratégia e uma tática adequadas ao processo real da luta de classes” (MARINI, 2013, p. 188). Em tese, imbricada nesta afirmação está o reconhecimento e conhecimento das limitações *reais* postas pelas relações de força econômica, seguindo a conceitualização gramsciana. Uma leitura equivocada do processo real apresentaria, portanto, um entrave ao desenvolvimento estratégico e tático adequado da luta de classes. É neste sentido que Marini (2013) apresenta o papel dos dois projetos distintos da esquerda brasileira: um nacional-desenvolvimentista liderada pelo PCB, de caráter reformista; e um revolucionário, constituído por um bloco de grupos à esquerda do PCB. Embora houve tentativas de explicar o fracasso da vanguarda de esquerda a partir tanto dos equívocos da política do PCB quanto da divisão da esquerda como um todo, as razões, em última instância, “se reduzem à incapacidade [da vanguarda] de captar a essência do processo que a esquerda estava vivendo e afirmar uma estratégia global de ação” (Ibidem, p. 217).

De acordo com a análise de Marini, a corrente reformista teria errado já na análise das forças econômicas, não reconhecendo as limitações reais e concretas que o capitalismo dependente impunha no desenvolvimento, no momento político, da política de colaboração de classes. Analisando principalmente o grupo Política Operária (POLOP), Marini julga acertada sua compreensão do momento econômico, mas equivocada a leitura das relações de força políticas, se amarrando em abstrações que não condiziam com a realidade da luta de classes brasileira. Em seguida, ambas as perspectivas teriam se equivocado na

análise do momento militar ao não prepararem o terreno adequadamente para a luta armada.

Uma segunda problemática para ser desenvolvida no plano agencial, na esfera organizativa e teórica, é a relação entre a representação e as massas. De acordo com Marini (2013), e em linha com Gramsci (2000b), o objetivo último dos intelectuais de esquerda não pode ser outro que não a prática política das massas. Este objetivo é melhor compreendido quando contrastado com o papel de espectador passivo que muitas vezes lhes é atribuído. Neste sentido, seria necessário o desenvolvimento gradual da consciência de classe para que elas não permaneçam numa posição subordinada dentro da luta.

Embora encontre menos consonância aparente com a obra de Cox, a leitura de Marini desta problemática é compatível com as contribuições de Gramsci quanto ao papel dos intelectuais na formação da consciência de classe e no direcionamento político que dariam aos grupos. Citando Lenin, Marini (2013, p. 199) apresenta a base na qual se sustenta essa consonância, onde o marxismo:

[...] “distingue-se de todas as formas primitivas do socialismo porque não vincula o movimento a uma única forma determinada de luta. O marxismo admite as mais diversas formas; além disso, não as ‘inventa’, mas limita-se a generalizar, a organizar, a tornar conscientes as formas da luta das classes revolucionárias que aparecem por si mesmas no decurso do movimento” E destaca: “o marxismo *aprende*, se assim se pode dizer, com a prática das massas, longe de pretender ensinar às massas as formas de luta inventadas por ‘sistematizadores’ de gabinete”.

Nessa mesma linha, de ter como requisito um caráter singelo da parte da intelectualidade, Gramsci (1999, p.221) diferencia o “saber” do “conhecer” do “sentir” em um dualismo massas-intelectuais. “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”. Apresenta-se, com isso, um elemento necessário para o desenvolvimento da síntese entre teoria e prática, em que o conhecimento é necessariamente uma síntese entre o “sentir” das massas e o “saber” dos intelectuais. Olhando para a perspectiva do trabalho da vanguarda, Gramsci (ibidem, p. 221-2) continua nesta direção, apontando que:

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática ou formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio[...]. Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico” (Itálicos do autor).

É na consonância entre os aportes de Marini e os de Gramsci que encontramos mais claramente as possibilidades de uma complementariedade no desenvolvimento da agência enquanto categoria na TMD e na TCN, uma vez que os dois autores, em comparação com Cox, apresentam mais claramente um compromisso normativo com a mudança macroestrutural, nível em que a reprodução é mais enfática e a transformação mais lenta e problemática.

De acordo com Cox (1983), a crise prolongada propicia os desenvolvimentos que poderiam levar a um movimento contra-hegemônico. Nisso, o autor sugere que seriam necessárias mudanças no centro que tirariam dos trabalhadores transferências de renda e geraria alto desemprego para abrir possibilidades de se criar uma ampla aliança entre os segmentos desfavorecidos do centro e da periferia. Contudo, poderia haver um descompasso na periferia entre a preparação política das massas – um alto nível de maturidade de sua consciência coletiva e

de sua organização – e as oportunidades revolucionárias abertas pelas crises, diminuindo o panorama para a construção de um bloco histórico.

A construção de um bloco histórico contra-hegemônico e antissistêmico precisaria, primeiro, partir de uma análise adequada das relações de forças econômicas. O diálogo entre a TMD e a TCN, na construção de uma síntese teoria-prática, partiria, portanto, da relação dialética entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Logo, a análise das relações de forças políticas e o desenvolvimento subsequente da autoconsciência coletiva e de sua organização precisariam não só teorizar a relação entre os intelectuais de esquerda e as massas, mas também pensar as bases para a criação de um diálogo com os diversos movimentos sociais de caráter não classista em prol do desenvolvimento de uma hegemonia ampla. Isto ocorreria, portanto, numa análise do momento político, que não poderia prescindir de uma leitura do papel das diversas imagens coletivas nas consciências de classe e frações de classe. No plano prático, a elevação da autoconsciência e a organização não seriam bem sucedidas se não centrarem seu enfoque sobre a atuação política das massas e na atribuição às mesmas de papel ativo no desenvolvimento de síntese entre teoria e prática, buscando privilegiar o concreto sobre a abstração. E não desprezível, segundo Gramsci (2000b), seria o momento militar, em que o novo bloco histórico precisaria desenvolver as capacidades necessárias a partir de uma análise das relações de forças militares.

Embora Cox (1983) e Gramsci (2000b) coloquem a necessidade de o bloco histórico se desenvolver primeiro dentro de um Estado-nação antes de se expandir, colocamos a proposição da possibilidade de se criar um bloco histórico regional que não siga a cronologia proposta por ambos, isto é, por meio da consolidação de relações entre frações de classe em uma região periférica como a América Latina, com o desenvolvimento de relações entre diferentes movimentos sociais de classe, estudantis, feministas, de negros, ambientais, indígenas, de diversidade sexual, entre outros, com o apoio de intelectuais orgânicos comprometidos com estes grupos sociais, sem ter como requisito que a consolidação ocorra primeiro no âmbito nacional antes de que se comece a desenvolver os níveis regional e internacional. A formação de instituições e organizações regionais que trabalhem neste sentido, mesmo antes de uma consolidação hegemônica no âmbito nacional, poderia apoiar a construção de blocos históricos nacionais e, subsequentemente, regional.

### 5.3.1 Abordagem Morfogenética e a ponte TMD-TCN

A proposta de se pensar a construção de pontes ontológicas, epistemológicas e teóricas entre a TCN e a TMD não tem a Abordagem Morfogenética como elemento fundamental. A mesma desempenha um papel heurístico na análise das convergências, uma vez que a proposta de Archer (1995), defende-se, não precede as teorizações dependentista-marxista e neogramsciana, mas se apresenta concomitantemente em outro campo. Em outras palavras, trabalhar com a Abordagem Morfogenética é uma proposta de se olhar para a problemática desde uma outra perspectiva não antagônica, mas que analisaria a situação em outros termos, complementares. Isso porque o materialismo histórico já trabalha, *grosso modo*, dentro dos parâmetros propostos por esta abordagem.

Como proposta analítica, a Figura 11 abaixo traz contribuições de Archer (1995) e Bieler e Morton (2001) em uma representação que une a Abordagem Morfogenética com o olhar para os diferentes níveis de análise. Apresenta-se, portanto, a necessidade de se diferenciar o primeiro momento do ciclo, de condicionamento estrutural, entre os níveis de análise das macroestruturas e das mesoestruturas, fazendo o mesmo para o momento da elaboração/reprodução estrutural. Isto porque é necessário delimitar sobre qual nível se está trabalhando para compreender a gênese dos agentes assim como a elaboração/reprodução posterior pelos mesmos. Isto é, enquanto é possível verificar a elaboração estrutural em nível mesoestrutural, pode-se apresentar a reprodução estrutural no nível macroeconômico. Enquanto verificamos uma morfogênese na ordem mundial, poderíamos verificar uma morfostase no modo de produção capitalista ou no capitalismo dependente. Precisa-se, também, delimitar o momento da interação social entre os diferentes níveis de estrutura, se está ocorrendo nas relações sociais de produção, nas formas de Estado ou na ordem mundial.

**Figura 11** – Ciclo Morfogenético e Níveis de Estrutura

Condicion. Estrutural (Macro vs. Meso)

T<sup>1</sup>

Interação social

T<sup>2</sup>

(Três Níveis)

T<sup>3</sup>

Elaboração Estrutural (Macro vs. Meso)

T<sup>4</sup> Reprodução Estrutural (Macro vs. Meso)

Fonte: Elaboração Própria, a partir de Archer (1995) e Bieler e Morton (2001)

Este movimento analítico nos permite indagar sobre a relação dialética entre a interação social nos diferentes níveis de estrutura, de um lado, e a dialética entre a elaboração estrutural numa mesoestrutura e possibilidades de elaboração estrutural na macroestrutura. Ou seja, se aceitarmos a premissa dependentista-marxista que o fim do subdesenvolvimento requer o rompimento com a macroestrutura do capitalismo, uma questão se sobressalta: quais mudanças no nível mesoestrutural diminuiriam os constrangimentos impostos pela macroestrutura? Neste sentido, a confluência entre a Abordagem Morfogenética e a TMD oferecem à TCN possibilidades de olhar para além do nível mesoestrutural. Embora Bieler e Morton (2001) tenham defendido que a perspectiva neogramsciana trabalharia, também, com o nível macroestrutural, não conseguimos constatar o mesmo na obra de Cox.



## CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação, assim como o trabalho em si, perpassou um processo de transfiguração no decorrer de sua construção. Muito mais do que direcionar o objeto – a verificação de possibilidades de construção de pontes entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Crítica Neogramsciana – para pensarmos a superação do subdesenvolvimento, acabou-se por atribuir maior peso à relação agência-estrutura, à qual o debate do subdesenvolvimento faria parte, porém sem o enfoque inicialmente almejado.

O motivo por trás dessa ligeira mudança se apresentou no decorrer do esforço empreendido para alcançar os cinco objetivos específicos, que poderiam ser remanejados em três eixos: a) o esforço por preencher as lacunas na bibliografia no que diz respeito aos termos do debate geral aqui desenvolvido (i.e. a apresentação da perspectiva dependentista-marxista no debate agente-estrutura; e a visão ontológica do subdesenvolvimento que se poderia apreender das bibliografias gramsciana e neogramsciana); 2) a busca por compatibilidade onto-epistemológica entre as duas teorias por meio do discernimento de suas perspectivas nestes níveis e da construção de um diálogo a partir disso; e 3) a reflexão sobre as contribuições que a construção de pontes entre a TMD e a TCN poderia auferir para a problemática do subdesenvolvimento.

No processo de construção da dissertação, verificou-se o desenvolvimento dos parâmetros que fundamentariam um debate mais amplo sobre o subdesenvolvimento e sua superação *dentro dos termos propostos*, i.e., a partir do debate agente-estrutura e por meio de um diálogo teórico entre a TMD e a TCN. Ou seja, um debate sobre o subdesenvolvimento nestas linhas poderá ser desenvolvido a partir desta dissertação, uma vez que nossa pesquisa apenas pavimentou o terreno sobre o qual algo novo possa ser erguido. Com isso, vale destacar alguns apontamentos sobre o que se apreendeu através dos processos de sintetização e reflexão que marcaram a dissertação.

Tomando as hipóteses iniciais como ponto de partida, verificou-se que partes da segunda, da quarta e da sexta hipóteses, todas em relação à TMD, não se comprovaram na análise empreendida. Assim, a segunda hipótese tinha que a TMD desenvolve a agência a partir de análise de classes e frações de classe, mas não enquanto categoria, o que não se verificou porque, embora os teóricos da TMD não tenham tomado para si a tarefa de desenvolver uma categoria própria de agência, o fato de esta

teoria fazer parte de um projeto de pesquisa mais amplo no Marxismo concedeu à mesma a categoria de agência que utiliza.

A quarta e sexta hipóteses, por sua vez, tinham que a TMD não consideraria por suficiente os níveis mesoestruturais e que poderiam, neste sentido, ser complementada pelo foco atribuído a este nível de análise na TCN. Rechaçamos estas parcelas das hipóteses uma vez que se verificou que a TMD desenvolve amplamente os níveis de análise mesoestruturais, embora não nos mesmos parâmetros que a TCN. Isto é, enquanto que na TMD prevalecem as fases do capitalismo e da dependência, na TCN prevalecem as fases hegemônicas e ordens mundiais. O que se verificou quanto à complementariedade, portanto, é que uma poderia ganhar com as contribuições da outra *no que diz respeito ao nível mesoestrutural analisado*. Ou seja, não é com o olhar para o nível de análise da mesoestrutura que a TCN poderia contribuir, uma vez que a TMD já a utiliza, mas com o foco específico dentro deste nível de análise que *ambas* poderiam contribuir com a outra.

Dito isso, podemos seguir com o objetivo geral modificado: a construção de pontes entre a TMD e a TCN para pensarmos a transformação a partir da relação agente-estrutura. O processo reflexivo deste empreendimento trouxe à luz a necessidade de constatar, para a sua realização, a presença de dois elementos: a compatibilidade, que permitiria o diálogo, e a complementariedade, que justificaria o desenvolvimento do mesmo. Com isso, apresentou-se a premissa de que a compatibilidade onto-epistemológica e, portanto, teórica, não é o suficiente para justificar a construção de pontes; seria necessária que ambas as teorias tivessem algo a agregar à outra. Embora tenhamos marcado esta diferença aqui, vale apontar que o decorrer da discussão refletiu uma relação de entrelaçamento dos dois elementos.

Assim, a compatibilidade entre a TMD e a TCN foi constatada nos níveis ontológico, epistemológico e metodológico com a demonstração de que ambas fazem parte do materialismo histórico enquanto metateoria e que apresentam uma visão ontológica a respeito da relação agente-estrutura compatível com a ontologia social do Emergentismo. A compatibilidade também se apresentou no uso analítico de categorias referentes tanto à estrutura quanto à superestrutura, assim como na relação de determinação multidirecional que apresentam.

Já a proposição de complementariedade apresenta um caráter mais complexo. Isto porque requer a construção de críticas que permearão o debate. Neste sentido, criticou-se, por um lado, a TCN por não trazer o subdesenvolvimento enquanto objeto de análise e por não apresentar em seu marco teórico o funcionamento de leis tendenciais do capitalismo. Por

outro, a categoria do subimperialismo não apresenta uma conceitualização forte do que seria a hegemonia regional, elemento crucial para a mesma, assim como o conceito de hegemonia que a TMD utiliza não aparenta carregar o mesmo rigor analítico que aquele desenvolvido por Gramsci (1999, 2000b) e adaptado por Cox (1981, 1983) para o nível das relações internacionais.

Com isso, ressaltamos que a maior contribuição que a TMD pode oferecer à TCN é de um duplo caráter: por um lado, sua ontologia do subdesenvolvimento e da dependência e suas noções e categorias analíticas – cisão do ciclo de capital, transferência de valor, superexploração da força de trabalho e subimperialismo – como objeto e ferramentas analíticas; e, por outro, as implicações do olhar para o subdesenvolvimento e do uso destas categorias: i.e., uma maior capacidade explicativa no que diz respeito ao espaço de manobra de países subdesenvolvidos, tanto no nível nacional, como no regional e no internacional. A incorporação dos elementos analíticos da TMD pela TCN permitiria, portanto, que esta descesse de níveis mais altos de abstração para analisar as limitações concretas, determinadas pela estrutura, sobre a agência das diferentes classes e frações de classe (ou forças sociais) de países periféricos.

Um segundo elemento que agregaria força analítica à teorização neogramsciana complementa o anterior: o uso de leis tendenciais do capitalismo. Demos um passo para trás para apresentar nosso raciocínio. No campo da metodologia, destacou-se nesta dissertação a proposta analítica de Gramsci, de analisar os três momentos de relações de força (econômico, político e militar) e a compatibilidade que os esforços analíticos de Marini (2013) apresentam com a mesma. Esta compatibilidade sugere uma crítica à TCN, uma vez que Cox (1981) não parece desenvolver sua análise do momento econômico com o mesmo rigor que o fazem os outros dois autores. Apreende-se do quadro conceitual da TCN, das categorias de força mais precisamente, que as capacidades materiais apresentam elementos do momento econômico gramsciano. No entanto, não são oferecidos elementos para explicar as tendências implicadas na estrutura ou apreender as limitações impostas pela mesma. Logo, poder-se-ia apreender da categoria de capacidades materiais algo meramente circunstancial, uma relação com a estrutura apenas limitada pelo que já foi previamente acumulado, em que não haveria necessariamente forças pujantes que se imporiam para solidificar as diferenças relativas nas capacidades materiais.

Por outro lado, a noção de contra-hegemonia e o conceito de ordem mundial de Cox (1981), junto com os conceitos gramscianos de

revolução passiva e hegemonia, agregariam à TMD maior rigor para trabalhar as relações políticas no nível internacional. Embora as categorias do imperialismo e do subimperialismo, assim como o conceito de dependência, apresentam um aspecto político, não aparentam desenvolver plenamente o momento político das relações de força como apresentado por Gramsci (2000b). Neste sentido, acrescentar os elementos gramscianos e neogramscianos à conceitualização da TMD poderia, por um lado, fortalecer a categoria do subimperialismo, que abarca a construção de uma hegemonia regional, assim como a análise propriamente dita, pois traria conceitos úteis para complementar análises já compreendidas por dependentistas-marxistas.

Seguindo esta mesma linha, defendemos que a complementariedade entre a categoria do subimperialismo e o conceito gramsciano de hegemonia, junto com os conceitos pares de revolução passiva e ordem mundial, representaria a maior contribuição do diálogo entre a TMD e a TCN ao debate acadêmico sobre a transformação em geral, e particularmente sobre o subdesenvolvimento. Trazendo o olhar não apenas para mudanças nas mesoestruturas e como se dá a agência na mesma, representado pela categoria do subimperialismo e o conceito de ordem mundial, como para possibilidades de mudanças na macroestrutura ao desenvolver a dicotomia reprodução/transformação em relação às diferentes forças sociais. No sentido do olhar para a macroestrutura, a TCN se beneficiaria com os aportes da TMD, ampliando seus horizontes analíticos para reconhecer os momentos em que a transformação no nível mesoestrutural pode acarretar na reprodução de uma macroestrutura. A partir disso, poder-se-ia desenvolver o diálogo para se pensar quais transformações na mesoestrutura podem acarretar a reprodução da macroestrutura e quais a sua transformação.

Embutido nas considerações até aqui delineadas está uma série de propostas de trabalho, especificamente no que diz respeito a aspectos complementares das duas teorias. Sem precisar repetir aquelas já postas, vale ressaltar algumas outras. Relacionada à proposta de trabalhar a relação dialética entre a transformação mesoestrutural e a reprodução/transformação macroestrutural, está uma outra que buscar apreender o papel dos BRICS na ordem mundial e no sistema capitalista como um todo. Para trabalhar a relação mesoestrutura-macroestrutura com o BRICS enquanto objeto, poder-se-ia questionar quais as contradições abertas pela criação deste bloco? Na mesma linha, quais as possibilidades de organização e luta a partir dos BRICS *desde baixo* (*from below*), ou mesmo, no contexto latino-americano, do Mercosul, Unasul, Celac, Alba desde baixo (lembrando que a agência de classe nestes

âmbitos não se limitaria à institucionalidade, apesar da categorização posta). Em outras palavras, quais as possibilidades de organização e luta dos movimentos sociais em nível regional e internacional e qual o papel das redes existentes ou a serem construídas dentro da luta de classes internacional? O desenvolvimento desta proposta precisaria refletir sobre o papel dos intelectuais, dos BRICS *do meio* (*from the middle*) e os congêneres nas diversas redes. Retomando Gramsci (2000b, p. 45-6) no desenvolvimento da agência na luta de classes, enfatizemos que o elemento decisivo da mesma é “a força permanente organizada e há muito tempo preparada”.

Outra proposta seguiria na linha de desenvolver o conceito de dependência no sentido de trabalhar os diversos *tipos* de dependência, um empreendimento já iniciado pela TMD e outras correntes marxistas, e a relação integral entre as mesmas: dependência no que tange ao peso relativo da tecnologia, da liquidez, da demanda comercial, do dólar para as transações, entre outras. Isto é, pensar a dependência dentre os diferentes regimes da ordem, seja comercial, monetário, financeiro e considerar o espaço de manobra relativo em cada esfera. Esta proposta abre um espaço para trabalhar a anterior: como as possíveis transformações na mesoestrutura, mesmo as que tenderiam a reproduzir a macroestrutura (como poderia ser o caso do bloco dos BRICS), poderiam abrir novas contradições no sistema capitalista. Mais especificamente, na busca por desenvolver o capitalismo interno em seus países respectivos, os BRICS desde cima (*from above*) estariam buscando romper com uma forma de dependência no nível internacional posta pela dominação do dólar. Como elucidado anteriormente, este passo serviria para permitir a reprodução do capitalismo em nível ampliado, mas ao mesmo tempo moveria um obstáculo para a luta de classes.

Assim, esperamos que essa dissertação contribua de alguma forma para trazer o debate do subdesenvolvimento e da dependência para o campo das Relações Internacionais, mais especificamente para as teorizações críticas dentro da mesma, assim como o devido reconhecimento da Teoria Marxista da Dependência como uma teoria das RI. Por ser uma teoria ainda inacabada e de caráter crítico, abre-se ao diálogo e ao debate, embora dentre certos termos onto-epistemológicos. Neste sentido, a Teoria Crítica Neogramsciana terá muito a ganhar ao se valer de esforços teóricos de perspectivas periféricas, pois é apenas desde baixo que uma verdadeira revolução social, em termos gramscianos, pode ocorrer e transcorrer.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_; CARCANHOLO, Marcelo. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 87-102.

AMARAL, Oswaldo do. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. *Cadernos Cemarx*, n. 4, p. 125-35, 2007.

ANTONIO Gramsci – os dias do cárcere. Direção de Lino Del Fra. [S/I]: Cooperativa Nuovi Schermi C., 1977. 122 min, p&b. Título original: Antonio Gramsci – il giorno del carcere. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7m0XFL-OHaA>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ARCHER, Margaret. Morphogenesis versus Structuration: On combining structure and action. *British Journal of Sociology*, v. 33, n. 4, p. 455-83, 1982.

\_\_\_\_\_. *Realist social theory: The morphogenetic approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 344p.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012. 223p.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Monopoly capital: an essay on the American economic and social order*. New York: Modern Reader Paperbacks, 1968. 391p.

BELLAMY FOSTER, John; MCCHESENEY, Robert W. *The Endless Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2012. 264p.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 115-27, 2013.

BHASKAR, Roy. CALLINICOS, Alex. Marxism and Critical Realism: a debate. *Journal of Critical Realism*, v. 1, n. 2, p. 89-114, may 2003.

BICHIR, Maíra Machado. A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da Teoria da Dependência. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Fábio Pádua dos. Apresentação: subimperialismo e a premissa de um debate. In: MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Outubro*, no. 20, p. 29-70, 1. semestre 2012.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. The Gordian knot of agency-structure in International Relations: a neo-gramscian perspective. *European Journal of International Relations*, v. 7, n. 5, p. 5-35, 2001.

\_\_\_\_\_. Hegemonía, orden mundial y cambio histórico: siguiendo el camino de la teoría crítica. Perspectivas neogramscianas en las relaciones internacionales. In.: KAN, Julián; PASCUAL, Rodrigo (Comps.). *Integrados (?): debates sobre las relaciones internacionales y la integración regional latino-americana y europea*. 1ª ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013, p. 23-42.

BORBA DE SÁ, Miguel. A presença (oculta) do marxismo nos ‘Grandes Debates’ de Relações Internacionais: o caso do primeiro debate. In: Encontro Nacional ABRI, 4., 2013, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte: ABRI, 2013, 18p. Disponível em:

[http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONT EUDO=873](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONT EUDO=873). Acesso em: 15 dezembro 2014.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, n. 33, p. 83-104, 2011.

BOND, Patrick; Garcia, Ana. Apresentação. *Tensões Mundiais/World Tensions*, vol. 10, n. 18, 19, p. 15-40, 2014

\_\_\_\_\_ (Eds.). BRICS: an anti-capitalist critique. Auckland Park: Jacana Media, 2015, 300p.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José L. (Orgs). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

\_\_\_\_\_. Crise sistêmica e era da indeterminação no início do século XXI. In: CINTRA, M. A. M.; GOMES, K. R. (Orgs). *As transformações no sistema financeira internacional*. Brasília: IPEA, 2012, p. 649-680.

BURGOS, Raúl. Para una teoría integral de la hegemonía: una contribución a partir de la experiencia latinoamericana. *Realidade Económica*, n. 271, p. 133-70, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARLSNAES, Walter. The agency-structure problem in foreign policy analysis. *International Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 245-70, sept. 1992.

CASTELO, Rodrigo. A decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 191-211.

CHECKEL, J. The constructivist turn in international relations theory. *World Politics*, v. 50, n. 2, p. 324-48, jan. 1998.

\_\_\_\_\_. Theoretical pluralism in IR: possibilities and limits. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; Simmons, Beth (Eds.). *Handbook of International Relations*. Thousand Oaks CA: Sage, 2012, p. 220-241.

COELHO, Jaime C. *Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 296p.

COUTINHO, Carlos Nelson. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. *Lua Nova*, n. 54, p. 103-13, 2001.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Relations*, v. 10, n. 2, p. 126-55, 1981.

\_\_\_\_\_. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Relations*, v. 12, n. 2, p. 162-75, 1983.

\_\_\_\_\_. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987, 462p.

\_\_\_\_\_. Towards a posthegemonic conceptualization of world order: reflections on the relevancy of Ibn Khaldun (1992). In: COX, Robert; SINCLAIR, Timothy J. (Orgs.). *Approaches to world order*. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 144-68.

DOCUMENTÁRIO: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. Realização de Editora Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes. Coordenação de Cecília Luedemann. S/I: Editora Expressão Popular, 2014. 51 min: son., color. Com narrativa. Série Realidade Brasileira. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ww4\\_HoY-UYA](https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA)>. Acesso em: 22 jan. 2016.

FATTORELLI, M. *Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos*. Brasília: Inove, 2013.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 239-424.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 458p.

GUNDER FRANK, André. *Latin America: underdevelopment or revolution*. New York: Monthly Review Press, 1969, 409p.

\_\_\_\_\_. The development of underdevelopment. In: RHODES, Robert

I. (Ed.). *Imperialism and underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1970, p. 4-17.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

\_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

JESSOP, Bob. *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press, 2008, 301p.

KEOHANE, Robert. International institutions: two approaches. *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 379-96, dec. 1988.

LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-54, 1989.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Imperialismo, dependência e subimperialismo: mapeando as relações categoriais. *Revista Espaço Crítico*, n. 22, p. 28-39, 2015.

LEMOS, Alexandre Piana. A formação histórica brasileira: perspectivas marxistas. *Aedos*, v. 2, n. 3, p. 52-72, 2009.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 36, p. 129-141, 2013.

\_\_\_\_\_. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões Mundiais/World Tensions*, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

MACLEAN, John. Marxism and international relations: a strange case of mutual neglect. *Millennium: Journal of International Relations*, v. 17, n. 2, p. 295-319, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, Ciudad de México: Ed. Era, p. 20-39, abr./jun. 1977.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência, 1973. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-72.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 21-35.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013. 270p.

MARX, Karl. Prefácio. *Contribuição à crítica à economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-50.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001, 533p.

MEDEIROS, Josué. Resenha: Diplomacia sem filtros. *Carta Capital*, Revista, A Lista de Janot, publicado 10 mar 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/840/diplomacia-sem-filtros-9313.html>>. Acesso em 27 fev 2016.

NEUFELD, M. Interpretation and the ‘science’ of International Relations. *Review of International Studies*, v. 19, n. 1, p. 39-61, jan. 1993.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; \_\_\_\_\_; LUCE, Mathias. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.

OURIQUES, Nildo. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 13-22.

REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. Between utopia and reality: the practical discourses of International Relations. In: REUS-SMIT, C., SNIDAL, D. (Orgs.). *The Oxford handbook of International Relations*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 3-37.

RUGGIE, John G. What makes the world hang together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist challenge. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 855-85, 1998.

SEABRA, Raphael L.; BUENO, Fabio M. El protagonismo brasileño en el siglo XXI: ¿subimperialismo o semiperiferia? *REBELA*, v. 2, n. 1, p. 75-86, jun. 2012.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: \_\_\_\_\_; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 11-44.

SILVA, Daniel da Cunda Corrêa. Latitude e longitude: quem domina o ensino e a pesquisa da Economia Política Internacional no Brasil? Um estudo sobre a presença das escolas britânica e estadunidense. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-

graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 27, n. 2, p. 249-282, jul/dez 2005.

TOITIO, Rafael. Sobre a hegemonia heterossexista. In: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2015, Campinas: CEMARX, 2015. 8p. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos/2015/Rafael%20Toitio%2010252.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos/2015/Rafael%20Toitio%2010252.pdf)>. Acesso em: 17 janeiro 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world system. In. SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. (Eds.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 11-44,

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 429p.

. The agent-structure problem in International Relations Theory. *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-70, summer 1987.

WIGHT, Colin. They shoot dead horses don't they? locating agency in the agent-structure problematique. *European Journal of International Relations*, v. 5, n. 1, p. 109-42, 1999.

. *Agents, structures and international relations: politics as ontology*. New York: Cambridge University Press, 2006. 340 p.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, n. 65, p. 210-224, mar/maio 2005.

ZEHFUSS, Maya. The politics of 'reality': Derrida's subversions, constructivism and German military involvement abroad. In: \_\_\_\_\_. *Constructivism in international relations. The politics of reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 196-249.